



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 107

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de outubro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Dionísio Maia)*

Secretários: *Deputada Marta Matos (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Manuel Pereira) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Iniciou-se a Agenda da Reunião com a **Interpeção ao Governo Regional “A respeito da inventariação dos danos ocorridos no território açoriano devido à ação do furacão Lorenzo, do planeamento logístico montado para assegurar o abastecimento das ilhas do Corvo e das Flores na sequência da destruição parcial do Porto das Lajes das Flores e da necessidade de solicitar apoio ao Estado para fazer face aos prejuízos decorrentes da referida intempérie”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM;

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou de imediato da palavra a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Para além dos oradores referidos, pediram a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), os Srs. Deputados: João Paulo Corvelo (*PCP*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), António Lima (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Ferreira (*PSD*), José Contente (*PS*), Francisco César (*PS*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Posteriormente, foi apresentada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI – “Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores”](#).

Depois de feita a sua apresentação pela Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*), participaram no debate os Srs. Deputados: Carlos Ferreira (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Manuel Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Em votação final global, a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo no final sido proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*).

Deu-se continuidade aos trabalhos com a apresentação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XI – “Regula a extinção da SAUDAÇOR, S.A.”](#)

Após a apresentação da iniciativa feita pela Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*), participaram no debate as Sras. Deputadas: Mónica Seidi (*PSD*) e Graça Silveira (*Independente*) e os Srs. Deputados:

Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Domingos Cunha (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Foram proferidas declarações de voto pelos Srs. Deputados: Paulo Estêvão (*PPM*) e Domingos Cunha (*PS*) e pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 147/XI – “Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar no PSD, o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) usou da palavra para justificar a retirada do mesmo.

Em seguida foi apresentada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XI – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2020 a 2023”](#), cuja apresentação coube ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Usaram da palavra para o efeito os Srs. Deputados: Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a sua aprovação por maioria, pediu a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Por fim, foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI – “Modificação da área das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada”](#), apresentado pelos [Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e Representação Parlamentar do PCP](#);

Feita a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usaram da palavra as Sras. Deputadas: Sónia Nicolau (*PS*) e Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), assim como os Srs. Deputados: Alonso Miguel (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos **Correia Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa Agenda de hoje... Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos então interromper por 30 minutos.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos entrar no Ponto 1 da nossa Agenda de trabalho - **Interpeção ao Governo Regional “A respeito da inventariação dos danos ocorridos no território açoriano devido à ação do furacão Lorenzo, do planeamento logístico montado para assegurar o abastecimento das ilhas do Corvo e das Flores na sequência da destruição parcial do Porto das Lajes das Flores e da necessidade de solicitar apoio ao Estado para fazer face aos prejuízos decorrentes da referida intempérie”**. Esta interpelação foi requerida pela Representação Parlamentar do PPM, regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nossos Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes ao abrigo do artigo 132.º e estão assim distribuídos: o interpelante – o PPM, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o CDS 15 minutos, Bloco de Esquerda 12 minutos, o PCP 10 minutos e a Deputada Independente 5 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Decidi no passado dia 2 de outubro provocar uma interpelação parlamentar a respeito dos estragos causados pela passagem do furacão Lorenzo na Região.

Pretendo que o Parlamento dos Açores, enquanto órgão de governo próprio da nossa Região, possa desempenhar um papel ativo na construção das políticas e das respostas que é necessário promover para apoiar todos os que foram, de alguma forma, afetados pela passagem do furacão Lorenzo.

Pretendo que o Parlamento dos Açores seja informado da dimensão dos estragos causados e das respostas públicas, entretanto organizadas. Do que correu bem e do que correu menos bem, no âmbito do esforço que foi entretanto montado para proteger as pessoas e os bens, no âmbito da passagem do furacão.

Pretendo que o Parlamento dos Açores tenha um papel ativo no âmbito da exigência da ativação dos mecanismos de apoio nacional e europeu previstos para enfrentar as consequências materiais e a necessária reconstrução e recuperação de infraestruturas e implementação de medidas de apoio e compensação a todos os que sofreram prejuízos provocados pela calamidade que a nossa Região teve de enfrentar.

Pretendo que o Parlamento dos Açores, enquanto órgão cimeiro da nossa democracia representativa, possa interpelar o governo a respeito de algumas questões concretas relacionadas com reconfiguração dos circuitos de abastecimento das ilhas do grupo ocidental e a implementação prática das medidas de apoio programadas para apoiar todos os afetados pelos estragos causados pela passagem do furacão Lorenzo. As pessoas têm questões para colocar, querem ser informadas a respeito dos procedimentos adotados e têm sugestões para fazer. Numa democracia representativa como a nossa cabe ao Parlamento assumir essa função de representação e de porta voz da vontade popular.

Agendei esta interpelação parlamentar com o propósito da mesma constituir um momento de pressão, melhor dito, um mecanismo democrático de exigência e de responsabilização a respeito da atuação do Governo Regional. O executivo regional sabe, desde o dia 2 de outubro, que terá de prestar contas a este Parlamento a respeito das ações que desenvolveu no âmbito da situação criada pelos estragos causados pelo furacão Lorenzo nas nossas ilhas.

O nosso papel no sistema representativo é também este: manter elevados padrões de exigência a respeito da atuação das entidades públicas, nomeadamente o Governo Regional, e assegurar a existência de um pensamento crítico que anule os efeitos, sempre perversos, da autocomplacência.

Agendei esta interpelação parlamentar ao Governo Regional para ter oportunidade de assinalar e reconhecer o mérito do trabalho desenvolvido por todas as entidades públicas locais, regionais e nacionais envolvidas na situação de emergência que a nossa Região teve de enfrentar. O trabalho desenvolvido foi globalmente muito meritório, isto não quer dizer que não tenham existido erros e omissões, existem sempre. Mas o saldo global é, na minha perspetiva, muito positivo.

Finalmente, não posso deixar de assinalar o extraordinário trabalho desenvolvido por milhares de cidadãos anónimos. Mais uma vez, as circunstâncias excepcionais que tivemos que enfrentar revelaram a imensa resiliência do povo açoriano e a força indestrutível dos laços de solidariedade que unem as nossas ilhas e o nosso povo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em política, o que parece é. O Governo Regional apresentou ontem (a menos de 24 horas da presente interpelação parlamentar) o balanço dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo e enumerou as medidas entretanto

executadas e planeadas. O propósito é evidente: pretendeu esvaziar de conteúdo a iniciativa da representação parlamentar do PPM e da discussão que agora se inicia neste hemiciclo.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: No que me diz respeito: nada a opor, o Governo Regional apenas antecipou 24 horas o efeito que eu pretendia alcançar. O meu objetivo político era catalisar, estimular a rapidez e a celeridade do processo de reconstrução e de resposta às populações.

O facto do Governo Regional o ter conseguido fazer em menos de 24 horas do presente debate, mostra até que ponto as críticas a respeito da oportunidade do mesmo eram infundadas. O objetivo foi assim plenamente alcançado.

Já temos uma estimativa global dos estragos causados pelo furacão Lorenzo no nosso território – 330 milhões de euros.

Já sabemos, tal como o PPM reivindicou desde o primeiro momento, que foram acionados os mecanismos de apoio financeiro nacionais e europeus.

Também se ficou a saber que o Governo Regional decretou a situação de calamidade pública.

Finalmente, foram enumeradas diversas medidas de apoio aos cidadãos e às empresas afetadas nas áreas da habitação, pesca, agricultura, comércio e serviços.

Restam no entanto muitas questões por esclarecer. Vou, de forma sintética, expor algumas questões que me preocupam e para as quais pretendo obter respostas:

- 1- No dia 27 de setembro o Serviço Regional de Proteção Civil de Bombeiros dos Açores anunciou o reforço de meios para as ilhas sem hospital. Porque razão não foi considerado o reforço de meios e o

auxílio à ilha do Corvo nesse primeiro momento, tendo em conta a exiguidade de meios com que a ilha conta?

- 2- De acordo com informações que me foram transmitidas o Porto das Lajes das Flores, em especial a zona do molhe, estava fragilizado e a necessitar de obras de manutenção urgentes, desde o inverno passado. Essa situação terá, alegadamente, originado uma menor capacidade do mesmo resistir aos efeitos do furacão. O Governo Regional confirma, ou não, estas informações? E está disponível para tornar públicos todos os relatórios referentes ao estado em que se encontrava a referida infraestrutura na data imediatamente anterior à passagem do furacão Lorenzo?
- 3- Continua a discutir-se na opinião pública em geral e mesmo em alguns meio especializados, a vulnerabilidade da infraestrutura portuária das Lajes das Flores. Existe quem defenda que a sua má localização a torna extremamente vulnerável. O Governo Regional possui estudos ou relatórios que apontem nesse sentido? Está a ser equacionada a deslocalização do Porto comercial marítimo da ilha das Flores?
- 4- No caso da questão anterior não estar a ser equacionada que estimativa possui o Governo Regional em relação ao tempo necessário para concluir a reparação total do porto comercial das Lajes das Flores? Que trabalho já foi realizado?
- 5- O navio Paulo da Gama realizou ontem o primeiro desembarque de mercadorias e combustíveis no Porto das Lajes das Flores. Diversos especialistas e utilizadores locais garantiram-nos que o mesmo não possui capacidade de transporte de contentores para responder às necessidades da ilha das Flores. Por outro lado, o mesmo navio não pode, alegadamente, transportar em simultâneo combustível,

congelados e refrigerados. Outra questão relevante, prende-se com a necessidade de utilizar contentores de 20 pés em vez dos de 40 pés, algo que encarece muito significativamente toda a operação. Durante o inverno as condições de navegabilidade no grupo ocidental pioram muito consideravelmente, uma situação que agravará ainda mais os condicionalismos anteriormente descritos. Nesta condições a pergunta é: se o Governo Regional reconhece a existência destes condicionalismos e se tem outra solução pensada para manter o abastecimento regular da ilha das Flores?

- 6- Porque razão a viagem programada para a semana passada, para abastecer a ilha do Corvo de mercadorias e combustível, ainda não se realizou?
- 7- O Presidente do Governo Regional afirmou numa entrevista realizada na RTP Açores no dia 3 de outubro que o abastecimento da ilha do Corvo será realizado diretamente a partir da ilha do Faial. Porque razão então a informação recebida pelos empresários da ilha do Corvo sugere que o abastecimento continuará a ser feito a partir das Lajes das Flores com todos os condicionalismos agora existentes?
- 8- Porque razão o transporte de mercadorias assegurado pelo Governo Regional para as ilhas das Flores e do Corvo não contempla seguro? Não sendo da responsabilidade do Governo, e cito : “a responsabilidade pela perda ou de danos das cargas”. Esta situação não acarreta riscos de desmobilização dos empresários locais e coloca em causa a manutenção das linhas de abastecimento?
- 9- No caso da ilha do Corvo, a indefinição das linhas logísticas de abastecimento e de transporte marítimo de mercadorias estão a causar perplexidade e insegurança nos empresários, algo que está a impedir que os mesmo realizem novas encomendas, sobretudo de frescos e

congelados. É necessário informar, esclarecer e tranquilizar os empresários e os consumidores. Porque razão o Governo Regional ainda não o fez?

- 10- Como e quando se vai assegurar e processar o transporte de gado vivo das ilhas das Flores e do Corvo?
- 11- Que reservas de combustível existem atualmente na ilha do Corvo? Qual a data prevista para o reabastecimento da ilha a este nível?
- 12- Os proprietários dos bens destruídos no Porto das Lajes das Flores estão muito preocupados em relação às perdas verificadas. O Governo Regional irá indemnizar os proprietários que se encontram nesta situação e sofreram estas perdas?
- 13- No que diz respeito à embarcação Ariel importa saber o seguinte: porque razão a mesma se encontrava nas Flores? A embarcação pode ser reparada? No caso da reparação não ser possível, está prevista a compra de outra embarcação? Que características e capacidade terá a mesma, tendo em conta as necessidades crescentes de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Corvo e das Flores?
- 14- Porque razão alguns particulares, nomeadamente da ilha do Faial, não estão a receber as respostas das entidades competentes aos seus pedidos de apoio e de esclarecimento na sequência dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo?
- 15- De um ponto de vista mais geral, pode o Governo Regional revelar a disponibilidade concreta do Governo da República em relação aos apoios financeiros que o mesmo está na disposição de conceder? Existe algum compromisso concreto? Quais são as expectativas do Governo Regional nesta matéria?

Estas são, para já, algumas das questões que a representação parlamentar do PPM pretende ver esclarecidas no âmbito desta discussão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Diz o nosso regimento que, querendo, pode haver agora uma intervenção por parte do Governo Regional.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Passada a tempestade foi tempo de avaliar os danos. Esses danos foram avaliados com rigor, exatidão e com um trabalho conjunto de todos os departamentos do Governo Regional e entidades do setor empresarial envolvidas, nomeadamente Portos dos Açores e foram já quantificados e são públicos.

Houve que atender de imediato às necessidades emergentes. Nesse sentido, foram mobilizados meios para abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo, aquelas em que o abastecimento se tornou crítico, e foram, não só inventariadas todas as necessidades ao nível dos combustíveis, como também todas as necessidades existentes das ilhas e reservas existentes ao nível de bens essenciais de primeira, segunda e terceira necessidade, conforme se entender designá-los.

Foi ainda estabelecida uma logística que permitiu o abastecimento à ilha das Flores, ontem, com o Paulo da Gama e antes através do apoio de um dos ramos das forças armadas, da Marinha. Como foi também possível abastecer de combustível aquela ilha através do recurso a uma empresa de construção civil.

Neste momento qualquer uma das ilhas, quer as Flores, quer o Corvo, possuem reservas de combustível quantificadas e prevê-se o seu abastecimento, neste momento contínuo com cisternas, até se avaliar da possibilidade do barco São Jorge atracar no Porto das Lajes das Flores.

O porto foi aberto à navegação com limitações, é certo, o que inicialmente até parecia de difícil concretização. Essas limitações são conhecidas, apenas pode operar em termos diurnos, barcos até 60 metros e com um calado de 4 metros, mas ainda assim conseguimos abastecer com recurso ao tráfego local.

Trabalha-se para aumentar esta sua operacionalidade em termos de dimensão dos barcos acostáveis e nomeadamente, falando em termos de abastecimento do combustível, do barco São Jorge.

Há ainda que planificar e ontem foi dado conta disso a ação concertada que o Governo Regional, Assembleia Legislativa Regional, Governo da República e Comissão Europeia (porque serão necessários realizar avultados investimentos) no que se refere ao seu financiamento, mas o importante agora era repor a normalidade e essa está a ser reposta.

Em relação às perguntas que foram colocados pelo Sr. Deputado do PPM e sendo certo que nem todas conseguirei responder, desde já começava pela segunda pergunta que refere que ouviu dizer que o Porto das Lajes das Flores estava fragilizado.

É sabido que o porto já tinha sido, mais recentemente, atingido por uma tempestade em fevereiro que atingiu a cabeça do molhe deste porto. Neste caso concreto do Lorenzo, o dano deu-se exatamente no extremo oposto, começou no seu enraizamento e depois arrastou toda a infraestrutura. Não está equacionada, neste momento, qualquer deslocação deste porto, nem sabemos ao certo o tempo que demorará a recuperá-lo integralmente. Haverá sim, e a Portos dos Açores já contratou o projeto de execução de trabalhos a médio prazo que tem que permitir que o porto continue a operar em condições de segurança, e a obra a longo prazo que se traduzirá na reconstrução da infraestrutura.

O abastecimento do Corvo a partir do Faial está neste momento em curso. O Lusitânia, barco de tráfego local, está a abastecer neste momento no Faial com destino ao Corvo. Prevê-se que saia até à meia noite para chegar amanhã de madrugada.

A questão dos seguros da mercadoria já foi abordada pelo Governo por diversas vezes, nomeadamente em Conselho de Ilha do Corvo, como sendo uma preocupação, não só na altura dos srs. conselheiros, dos srs. deputados, mas também em primeira linha dos empresários. Compete dizer que o seguro das mercadorias cabe fazê-lo aos seus proprietários ou a quem as encomenda. Não pode o Governo Regional estar a assegurar a mercadoria que é encomendada, e nem sequer sabe qual é, pelos empresários. Os empresários é que tem que fazer esse seguro.

Quanto à necessidade de tranquilizar os empresários e as populações, quer nas Flores, quer no Corvo tem sido feito um trabalho de grande proximidade entre os representantes dos diversos departamentos e as populações, para além da presença de, não só membros do governo, mas também com a colaboração das câmaras municipais e deputados desta Casa, tem sido feito um trabalho de grande proximidade, diálogo, aferir quais são as necessidades, ouvir soluções e propostas dos mais diversos quadrantes, das diversas ilhas e de deputados de todos os partidos, que deixando um pouco a luta política de parte, se interessam e com um contacto telefónico, presencial (que eu posso testemunhar que comigo já aconteceu e com os meus colegas também) aproveitaram o contacto para adiantar, não só algumas preocupações que lhes foram chegando por parte da maioria das pessoas com quem contactam, mas também para adiantar algumas propostas de soluções, muitas delas válidas e preocupações, todas elas, muito legítimas.

Como e quando será processado o transporte de gado? O Sr. Secretário Regional da Agricultura, já fez menção disso publicamente de que tudo será

feito para assegurar a saída de gado vivo do Grupo Ocidental. Mais recentemente em termos de trabalho mais concreto, apuramos que será necessária a saída entre quatro a cinco contentores por semana e é essa a logística que estará a ser preparada.

Quanto às reservas de combustíveis exatas no Corvo neste momento, o Corvo será abastecido nesta viagem do Lusitânia com 6.000 litros de gasóleo e 2.000 litros de gasolina e tem reservas de 17 mil litros, suficientes para cerca de três semanas.

A este propósito mencionava que além do mais foi declarada, como sabem, a situação de crise energética, precisamente para dosear os consumos do combustível, para que ninguém fique sem acesso a este bem.

Ariel, a lancha Ariel está danificada como todos nós vimos, quer no local, quer através de fotografias. Também conforme já tive oportunidade de afirmar está a ser avaliado o seu estado atual e o custo da sua reparação pela seguradora e neste momento ainda não há qualquer posição por parte da seguradora, portanto, não há decisão quanto à sua recuperação ou não.

Em relação à pergunta, julgo que a 14, em que o sr. deputado mencionou que alguns particulares do Faial não estariam a ter resposta aos seus pedidos, eu se calhar precisava de alguma concretização em que área, pelo menos, para que lhe possa responder mais corretamente.

E, nesta altura, é o que me oferece dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem três inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A nossa Autonomia teve nos seus primórdios como uma das suas grandes decisões para garantia do progresso económico e social a imperiosa necessidade de cada ilha ter um porto e um aeroporto, constituindo-se estes como infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento económico e harmonioso da nossa Região.

A 9 de janeiro de 1992, estando ainda em construção, foi operado pela primeira vez o Porto comercial das Lajes das Flores, que viria a ser inaugurado a 12 de junho de 1994. Tal facto marcou uma viragem para a Ilha das Flores, sendo desde então o porto das Lajes essencial para a dinâmica económica de toda a ilha.

No passado dia 2 o furacão Lorenzo deixou um rasto de destruição com a devastação do Porto das Lajes das Flores, ficando a ilha sem abastecimento de mercadorias por via marítima.

É de salientar, e merecedor de elogio, a presença do Senhor Presidente do Governo na Ilha das Flores nos trabalhos preparativos para a passagem do furacão Lorenzo, bem como o reforço de meios e de pessoal que o Governo fez chegar às Flores.

Não podemos também deixar de aqui demonstrar o profundo agradecimento que a população florentina tem pelas Forças Armadas, nomeadamente pela forma pronta e muito determinada em que trabalharam para garantir a reabertura do porto comercial das Lajes das Flores, mesmo que nas suas atuais condições mínimas de operacionalidade.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP desde logo se disponibilizou junto do Senhor Presidente do Governo na busca das melhores soluções para fazer face aos danos provocados na Ilha das Flores pela intempérie e entendemos que as nossas sugestões tiveram bom acolhimento.

Consideramos que no imediato é fundamental assegurar o regular serviço de transporte marítimo de bens e mercadorias para as ilhas das Flores e do Corvo, nomeadamente bens de consumo e combustíveis.

A Ilha das Flores não pode voltar trinta anos atrás e ficar incapacitada de regularmente exportar e importar bens e mercadorias, o que traria terríveis implicações na sua dinâmica económica, em especial nas empresas de comércio e venda a retalho.

Na defesa dos postos de trabalho das empresas florentinas do comércio é necessário que seja dada pelo Governo Regional a garantia de plena regularidade de abastecimento de bens de consumo à Ilha das Flores, nas condições muito específicas de grande dificuldade que sabemos se encontra a operacionalidade do Porto comercial das Lajes. Quer seja em frequência semanal ou quinzenal, mas no imediato não poderá falhar o abastecimento de bens e mercadorias às ilhas das Flores e do Corvo.

Já aqui referimos o setor do comércio, mas não poderemos (como seria de esperar) deixar de referir os setores produtivos e os efeitos provocados pela passagem destruidora do furacão Lorenzo.

Na agricultura, os lavradores florentinos além de terem visto as suas pastagens fortemente afetadas pela salinidade ainda perderam parte da sua produção de milho para as forragens, devendo assim ser providenciada ajuda para quando ocorra a necessidade de alimentação ao gado que seria provida por essas forragens. De imediato, e dado tratar-se da época do ano de maior exportação de gado bovino da Ilha das Flores, também defende a Representação Parlamentar do PCP que deve o Governo Regional dar plena garantia de operação marítima extraordinária que efetue a exportação de gado vivo a partir das Flores.

Nas pescas, consideramos que deve ser garantida a prestação de todas as ajudas necessárias a quem ficou com a sua embarcação total ou parcialmente

destruída, bem como efetivar a garantia de rendimento aos pescadores e suas famílias pelo tempo que ficam sem possibilidade de irem à pesca.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Ilha das Flores, e conseqüentemente todo o Grupo Ocidental, vive tempos excepcionais e não pela positiva. Como acima já defendemos, pugnamos pela garantia imediata de um regular serviço de transporte marítimo de bens e mercadorias para a Ilha das Flores e do Corvo.

Conhecendo as condições do nosso mar nos meses de inverno e dadas as precárias condições de operacionalidade em que se encontra o Porto das Lajes das Flores, consideramos que o Governo Regional deva ter planos de contingência para o abastecimento de bens à Ilha das Flores para o caso da via marítima ficar impossibilitada nalguma semana de mar alteroso.

Os danos causados pelo furacão Lorenzo foram devastadores, mas a Ilha das Flores não pode ficar para sempre na excecionalidade do tempo presente. Mitigando os atuais constrangimentos quanto ao abastecimento de bens e mercadorias à Ilha das Flores, não podemos no entanto de deixar de pensar e olhar para o futuro. Assim, a Representação Parlamentar do PCP considera ser necessário que o mais rapidamente possível o Governo Regional avance para a reconstrução do Porto comercial das Lajes das Flores, com prazos bem definidos e não apenas para um futuro algo difuso.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Por fim, não podemos deixar também de lembrar vossas excelências que é necessária uma ação urgente para normalizar os estragos causados nas ilhas do grupo Central, com especial enfoque na ilha do Faial que muitas famílias perderam os seus bens com esta intempérie, como podemos observar, por exemplo nas Angústias, Feteira, Castelo Branco e Capelo. É necessário um

esforço redobrado dos técnicos da Direção Regional da Habitação e do Instituto da Segurança Social dos Açores para assegurar, nas várias ilhas, o apoio imediato e de emergência às famílias afetadas para que se garanta que voltam ao seu quotidiano com a maior celeridade possível.

Não queremos deixar passar a oportunidade de referir que os deputados do PCP no Parlamento Europeu solicitaram informações à Comissão Europeia sobre que programas e medidas da União Europeia poderão ser mobilizados para a prestação de auxílio às pessoas afetadas, particularmente às famílias que ficaram desalojadas, bem como no necessário restabelecimento das infraestruturas portuárias danificadas, em especial a reabilitação do Porto comercial das Lajes das Flores. Solicitaram informação também os deputados do PCP em Bruxelas sobre as condições de mobilização dos referidos apoios para os necessários investimentos, o que seguramente exigirá a mobilização de vários milhões de euros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras, como não poderiam deixar de ser, são de solidariedade para todas as açorianas e todos os açorianos que de uma forma geral sofreram com a passagem pelo nosso arquipélago do furacão Lorenzo. De forma particular, uma palavra especial a todos os florentinos e corvinos, sem exceção, pelo facto de entre todos terem sido aqueles que mais fustigados foram. Um facto positivo contudo, queremos relevar já que, felizmente, não podemos deixar de nos congratular pelo facto de não ter havido vítimas a lamentar.

Em segundo lugar, uma palavra de reconhecimento e agradecimento pelo empenho, determinação e dedicação com que todos os agentes de proteção

civil se envolveram na ajuda de todos os florentinos e corvinos permitindo o mais rápido restabelecimento da normalidade possível.

Ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores em geral, e de forma particular, à Associação de Bombeiros das Flores, bem como todos aqueles bombeiros que se deslocaram de várias corporações dos Açores para reforçar o contingente na ilha das Flores.

Às Forças Armadas, Exército, Marinha, Força Aérea que mais uma vez com a determinação e espírito de missão prestaram um serviço inestimável às ilhas das Flores e do Corvo.

À GNR, à PSP e à Polícia Marítima que constituem as forças de segurança locais e que contribuíram para a segurança e bem estar de todos.

À Unidade de Saúde da Ilha das Flores e aos seus técnicos que estiveram de prontidão para responder às situações que viessem a ser necessárias.

A todos os funcionários da administração pública que nos dias seguintes trabalharam nas limpezas de todas as zonas afetadas.

A todos aqueles que de forma voluntária deram o seu contributo para ajudar aqueles que ficaram numa situação difícil. Essa postura só nos eleva enquanto povo açoriano.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não teve importância nenhuma!

O Orador: Enfim, a todos, um muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O furacão Lorenzo já passou, mas ficaram os seus efeitos. Neste sentido assumem particular relevância os causados às infraestruturas marítimas das Flores, com especial importância para a destruição do Porto das Flores. Essa infraestrutura é de vital importância para as ilhas das Flores e do Corvo porque é por ela que passa todo o abastecimento a essas ilhas.

O momento exige uma consciencialização, uma avaliação e respostas. Consciencialização dos impactos para as ilhas das Flores e do Corvo, do ponto de vista económico e social, afetando empresas e particulares nos mais variados aspetos e por um período largo de tempo. Avaliação e quantificação dos estragos feitos, ontem apresentados, bem como do tempo necessário para que as ilhas das Flores e do Corvo possam voltar a ter um porto operável por navios porta contentores e serem abastecidas com normalidade.

Precisamos de dar respostas de como chegarão às Flores e ao Corvo as mercadorias destinadas ao consumo, designadamente os bens perecíveis.

Precisamos de dar respostas de como chegará às Flores e ao Corvo o cimento para os nossos empresários e para os particulares.

Precisamos de dar respostas de como chegarão às Flores e ao Corvo os quase 400 mil litros de combustíveis que são necessários por mês.

Precisamos de dar respostas de como chegarão às Flores e ao Corvo os alimentos para os animais, bem como os fertilizantes agrícolas.

Precisamos de dar respostas a todos aqueles que de alguma forma ficaram impossibilitados de exercer a atividade piscatória.

É muito importante e urgente darmos resposta de como vão sair das Flores e do Corvo as cerca de 1500 cabeças de bovinos vivos que todos os anos saem. Conscientes de que toda essa situação é nova e não previsível, temos que dar estas respostas já. Temos de olhar para esse problema como uma situação precária, mas de carácter duradouro e o PSD como partido responsável que é quer deixar aqui um primeiro contributo.

Devem ser agilizados, dentro da legalidade da contratação pública, todos os procedimentos necessários, bem como a elaboração de projetos com vista à reconstrução do Porto das Flores.

Deve ser assegurado, por parte do Governo Regional, o financiamento necessário à reconstrução integral do Porto das Flores.

Devem ser procurados de imediato soluções de navios capazes de operar no ‘Cais -5’ do Porto das Lajes das Flores e com capacidade de transporte de contentores que garante um abastecimento com carreiras regulares em função das necessidades.

A carga deve ser centralizada no porto da Região mais conveniente do ponto de vista logístico e de forma a não aumentar o custo de vida para todos quanto vivam nas Flores e Corvo.

Deve ser desencadeado um procedimento extraordinário, um procedimento destinado a que um navio vá às Flores descarregar alimentos para os animais e no regresso permita a exportação dos bovinos vivos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os especialistas em matérias climáticas têm sido unânimes em considerar que os fenómenos climatéricos naturais, como o que afetou a nossa região na madrugada e dia 2, serão cada vez mais uma certeza e com maior frequência.

Devemos olhar para o que aconteceu nas Flores e no Corvo e tiramos as devidas ilações. Uma Região como a nossa estará sempre muito exposta aos condicionalismos climatéricos e importa prevenir, na medida do possível, situações futuras.

Agora foram as Flores e o Corvo, mas no futuro poderá ser qualquer uma das nossas outras ilhas, por isso importa saber se foram feitas auditorias ou vistorias ao estado em que se encontram as nossas infraestruturas portuárias e conhecer os relatórios.

Importa também saber que planos existem e como estão programados.

O grupo parlamentar do PSD aquando das suas jornadas parlamentares, em julho passado, visitou o Porto das Flores e confirmou a urgência das obras de reabilitação.

O Governo ontem referia que, e cito: “mais de 300 milhões de euros referem-se a estragos estruturais registados em infraestruturas portuárias e de apoio à atividade portuária.”

Em suma, importa saber que informações tem a Portos dos Açores e o Governo e como pretendem agir no futuro. Essas informações são muito importantes e devem ser do conhecimento de todos.

Agora é tempo de trabalho, é tempo de reerguer, é tempo de reconstruir e de devolver às pessoas aquilo que foi destruído pela natureza.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado poucas horas sobre a passagem do furacão Lorenzo que afetou toda a Região, com particular incidência nos grupos ocidental e central, entre outros danos, praticamente destruiu o porto comercial das Flores e provocou enormes prejuízos em outras ilhas, em especial zonas costeiras e habitações, surge esta interpelação apresentada pela representação parlamentar do PPM. Da oportunidade desta interpelação não nos iremos pronunciar, importa sim que nos foquemos naquilo que verdadeiramente interessa, ou seja, a inventariação dos danos, a resposta que o Governo dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, já deu para minorar os danos e repor, em alguns casos de forma precária, a normalidade, de modo a dar segurança e resposta aos anseios das comunidades afetadas.

Parece-nos de elementar justiça salientar a postura de todos os agentes da proteção civil, desde logo no acompanhamento feito pelo Instituto do Mar e da Atmosfera e a articulação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores no acompanhamento deste fenómeno. O reconhecimento da importância da sua ação é naturalmente extensível a todos os membros dos corpos dos bombeiros, funcionários da administração regional e local, equipas de saúde e em particular àqueles que se prontificaram e se deslocaram, por exemplo para a ilha das Flores para reforçarem as equipas ali existentes.

Mas porque à medida que o furacão se aproximava do arquipélago, aumentavam as probabilidades de toda a Região vir a ser atingida, além dos membros do Governo destacados por várias ilhas, o Sr. Presidente decidiu, num gesto que os florentinos por certo não esquecerão, deslocar-se para a ilha das Flores de onde acompanhou todas as ocorrências e permitiu desde logo que começou o amanhecer pudesse visitar os pontos mais afetados e ter sido dado início ao processo no sentido de despoletar a solidariedade nacional e dar início aos trabalhos de recuperação.

Esta postura permitiu ao governo saber desde logo as áreas mais atingidas e uma ideia muito concreta da dimensão dos danos, felizmente circunscritos a danos materiais, graças às medidas de prevenção adotadas e que ontem já soubemos que a sua recuperação está estimada em cerca de 330 milhões de euros.

Permitiu também contactar o Governo da República e após a deslocação os ministros da economia e do planeamento à Região para visitar os locais mais afetados, dessa forma tornar possível desencadear o apoio e os mecanismos de solidariedade nacional materializada na mobilização dos meios das Forças Armadas que se deslocaram aos Açores.

Gostaria ainda de salientar o trabalho desenvolvido por todos, mas permitam-me destacar o trabalho desenvolvido pela Portos dos Açores que em pouco mais de uma semana, com o apoio das Forças Armadas, executaram um trabalho exemplar, no sentido de permitir que existisse, como é público, a atracagem do primeiro navio comercial, ontem, no Porto das Lajes das Flores e assim recomeçar o abastecimento da ilha de bens essenciais que não são possíveis transportar por via aérea e dar início ao escoamento de três contentores de gado vivo que eram uma preocupação expressa pelo Sr. Presidente da Associação Agrícola das Flores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Como já disse, sabemos da estimativa dos prejuízos e podemos afirmar que as primeiras intervenções foram realizadas com pleno êxito.

Temos a indicação de que os mecanismos de solidariedade nacional vão acontecer e que a região não será abandonada como no passado, não muito longínquo.

É necessário termos a consciência de que muito há a fazer para recuperar em definitivo os danos existentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao terminar esta primeira intervenção importará dizer-se que, como em processos semelhantes, poderão ocorrer constrangimentos e percalços e que poderão existir casos em que as pessoas afetadas, por motivos diversos, poderão não ver satisfeitas da forma como desejariam os seus problemas, mas importará dizer que o facto da existência deste interpelação não confere ao seu proponente legitimidade para vir a público ou nesta Casa procurar “cavalgar” descontentamentos de modo a colher dividendos políticos desta situação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Termino com uma questão: sendo certo que o Porto das Lajes das Flores possui um Cais -5 que está operacional, como já foi demonstrado, questionava a Sra. Secretária sobre que medidas estão previstas serem tomadas no sentido de garantir a salvaguarda e a melhoria da estabilidade da baía em permitir as manobras de acesso dentro daquele porto?

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores foram, infelizmente e mais uma vez, fustigados por uma situação imprevista, por uma intempérie que mais uma vez fustigou e causou graves danos à Região, felizmente apenas danos materiais, mas que ainda assim, como pudemos constatar, danos muito avultados.

Não podia deixar de utilizar esta primeira intervenção para manifestar aqui nesta Casa a solidariedade do Bloco de Esquerda, do seu grupo parlamentar, para com todas as pessoas afetadas por esta intempérie que obviamente irá condicionar a vida de muita gente durante muito tempo.

Mas felizmente também sabemos que os Açores e os açorianos são resilientes e que situações destas não são novas e que sabemos sempre seguir em frente, reconstruir e continuar com a vida, que isso é que é o mais importante.

Saudamos também a atuação de todas as entidades que estiveram no terreno ligadas à Proteção Civil, não vou enumerá-las todas para não correr riscos

de deixar alguma para trás, e a coordenação do Governo Regional que nesse aspeto não temos, obviamente, nada a apontar ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é uma intervenção. Oh Bruno, aprende!

O Orador: ... e que felizmente todas essas entidades contribuiriam para que não existissem, felizmente, danos pessoais e isso já é, felizmente, uma situação que devemos valorizar apesar de tudo.

Esta interpelação é trazida pela representação parlamentar do PPM, ela é obviamente legítima e importante, mas não podemos também deixar de dizer que esta iniciativa deveria ter sido uma iniciativa do Governo Regional porque cabe ao Governo Regional procurar também dar as explicações ao Parlamento, aos açorianos, mas também ao Parlamento e é assim que se vê também como o Governo Regional vê o Parlamento. Não vê o Parlamento como uma entidade a quem tenha que prestar contas em primeira linha. Não podemos deixar de o dizer também.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores estão no registo errado!

O Orador: Mas o que interessa é efetivamente olhar para o futuro e olhar para aquela que é a reconstrução e o apoio às pessoas afetadas.

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está! Qual é a solução?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso já está resolvido!

O Orador: Essa mesma atenção que está a ser dada agora ao problema e efetivamente está a ser dada atenção e vêm-se, obviamente, avanços e resoluções de problemas que estão a acontecer, mas é preciso que esta atenção contínua permaneça no tempo, permaneça nos apoios às pessoas afetadas e permaneça na reconstrução. Não podem, obviamente, os apoios e os processos de reconstrução ficarem presos e arrastados por processos burocráticos. E como já referi noutra fórum o Bloco de Esquerda está disponível para contribuir com o seu voto, com legislação excecional, se for

o caso, se o Governo considerar necessário para agilizar procedimentos de contratação pública para que eles sejam mais céleres, nomeadamente na situação que se afigura de maior gravidade que é, sem dúvida, a questão do Porto das Lajes das Flores.

Há algumas questões, aliás já foram variadíssimas as questões aqui colocadas, mas também algumas preocupações que nos chegaram e que não queríamos deixar de colocar nesta interpelação, nomeadamente, ainda relativamente ao abastecimento da ilha das Flores, preocupações que nos chegam relativamente ao abastecimento de produtos de frio, que tenham que ser acondicionados no frio, porque segundo nos chegou a informação o navio que está a operar não tem essa capacidade. Gostaria de perguntar à Sra. Secretária qual é a solução planeada ou se esse problema se coloca ou não? Na ilha do Faial também há preocupações com alimentação para o gado, que muita dela perdeu-se e gostaríamos também de saber se está previsto algum apoio, do ponto de vista da Secretaria Regional da Agricultura, para que sejam antecipadas eventualmente ajudas na questão da alimentação do gado. Ainda na ilha das Flores, há também trabalhadores que estão preocupados com o seu futuro, nomeadamente a Portos dos Açores, trabalhadores que têm contratos precários e que nesta situação têm também a sua situação, porque alguns deles não estão a trabalhar no momento e têm preocupações com o seu futuro.

São estas as questões que deixava para já.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate e nesta interpelação para referir dois ou três aspetos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, naturalmente, não repetirei aqui aquilo que noutras circunstâncias já tive oportunidade de referir, a importância de tudo isto ter passado sem que se verifiquem vítimas, nem danos pessoais. Esse é o aspeto principal e é isso que gostaria de realçar aqui. E de realçar também aquilo que já referi noutras circunstâncias, isso deve-se em primeira mão ao trabalho que foi feito por todos e cada um dos açorianos de acautelarem as recomendações das autoridades das autoridade de Proteção Civil, e também a todos aqueles que, para além disso, trabalharam na preparação da nossa Região para enfrentar esta intempérie.

Dito isto, eu gostaria de fazer uma referência a este debate e à iniciativa do Partido Popular Monárquico e do seu Deputado Paulo Estevão, eu gostava apenas de dizer que subscrevo, quase, na íntegra tudo aquilo que o sr. disse naquela tribuna, quase na íntegra. Eu acho que esta Assembleia tem o direito de ser informada, é por isso que eu aqui estou e que o Governo aqui está.

Deputado António Almeida (PSD): E deve estar sempre!

O Orador: Eu acho que esta Assembleia tem o direito de acompanhar, tem o direito e tem o dever de cumprir o seu papel. Mas o cumprimento do direito e do dever desta Assembleia de forma nenhuma se sobrepões àquele que também é o direito e o dever e as competência que o Governo Regional deve exercer.

Sr. Deputado Paulo Estevão naturalmente que o sr. é livre de fazer a leitura política que entender, quanto ao facto de ontem ter sido dado a conhecer, quer os prejuízos, quer as medidas que foram tomadas, mas eu também não tenho dúvida nenhuma e peço-lhe desculpa se por acaso estarei a ser injusto consigo ou com qualquer outro deputado desta Casa, se porventura o Governo chegasse hoje aqui sem ter anunciado os prejuízos que estavam

calculados e todas as medidas que foram tomadas, seria alvo de censura e de crítica, não pelo facto de os ter anunciado, mas pelo facto de ainda não os ter anunciado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E portanto, reconhecendo toda a legitimidade e a importância daquilo que foi a decisão tomada pelo Sr. Deputado Paulo Estevão e pelo Partido Popular Monárquico vamos, na minha perspetiva, é a minha opinião, ter também a noção de que nem o Governo podia estar de “braços cruzados” à espera desta Assembleia, nem a Assembleia naturalmente pode estar isenta nem deixar de ser informada sobre aquilo que está a ser feito.

Eu quero, numa nota excecional, agradecer as palavras que me foram dirigidas, mas eu acho que o que está aqui em causa desde logo não é o Vasco Cordeiro e não é sequer a figura do Presidente do Governo, mas é algo que é importante chamar a atenção também neste momento. Nós enfrentamos esta intempérie da forma como enfrentamos por uma razão muito simples, que muitas das vezes não é percebida cá e lá fora, que é o facto de termos a nossa Autonomia. Porque pensem, só por um momento, aquilo que seria, quer na fase de preparação para enfrentar o furacão Lorenzo, quer agora na fase de resolver os problemas que essa devastação trouxe, o que seria de nós, açorianos, se por acaso não tivéssemos a Autonomia e órgãos de governo próprio?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Posso estar a ser injusto, mas não tenho muitas dúvidas disso, estaríamos à míngua em relação àquilo que era necessário fazer para acorrer a pessoas e para acorrer a todas as perturbações que nos assolaram.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E quando muitas vezes se questiona, e bem, a necessidade de aperfeiçoarmos a nossa autonomia, de no fundo trabalharmos para que ela seja cada vez melhor, para que ela dê cada vez mais e melhores repostas ao povo açoriano, quando muitas das vezes nós vemos, até a nível nacional, discursos que reduzem a nossa autonomia a algo, enfim, quase supérfluo, é importante lembrar que também nestas ocasiões, ou sobretudo nestas ocasiões, a autonomia dá provas de que é um sistema, de que é um mecanismo, de que é um instrumento que está ao serviço das açorianas e açorianos e, sobretudo, que é um instrumento que faz a diferença para melhor na vida das açorianas e açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estevão houve algumas das questões que o sr. colocou que para além das respostas que já foram dadas pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, mas que, pelo menos na minha leitura, denotam preocupações que são válidas.

A primeira, e aliás foi comum a outras intervenções, tem a ver com a questão do tempo, quanto tempo é que vamos levar. Bom, não restam dúvidas em relação a isso, em primeiro lugar o tempo deste processo não é o tempo político, o tempo político está decidido. Decidir aquilo que é necessário fazer, já foram tomadas as decisões e há medida que for necessário tomar outras decisões, elas serão tomadas.

Mas há um tempo técnico, há coisas que que a política não consegue resolver porque são do domínio da técnica, daquilo que é o tempo necessário para projetar um novo porto, daquilo que é o tempo necessário para realizar a obra

de um novo porto, o tempo necessário para projetar e realizar as obras de reparação em muitas das infraestruturas portuárias que foram afetadas na nossa Região.

E portanto, o tempo é o tempo que, do ponto de vista técnico, esse processo levar. Do ponto de vista político as decisões serão tomadas, têm sido tomadas e serão tomadas no mais curto espaço de tempo possível, o mais rápido possível.

Em segundo lugar eu gostava de dizer que há dúvidas sobre se o Porto da Lajes das Flores estava ou não estava em condições, se estava ou não estava fragilizado. Sim, sr. deputado estava fragilizado. A 2 e 3 de março de 2019 a tempestade Kyllian provocou danos no molhe e na cabeça do Porto Comercial das Lajes das Flores e já agora convém ter presente que aquilo que foi feito desde o dia 2 e 3 de março até ao dia 2 e 3 de outubro para perceber que o assunto não foi deixado ao “Deus-Dará”, que não foi deixado como estava e é isso que eu passo a dar conta às sras. e aos srs. deputados. Conforme vos referi, nos dias 2 e 3 de março de 2019 a tempestade Kyllian provocou danos no molhe e cabeça do Porto Comercial das Lajes das Flores. A 11 de março foi feita uma inspeção subaquática e levantamento com sonda de varrimento lateral aos mantos do Porto Comercial e do Núcleo de Recreio Náutico. Refiro isso porque o Núcleo de Recreio Náutico em fevereiro de 2018 já tinha sofrido danos e havia um processo que estava a decorrer (não sofreu danos desta vez em outubro).

Portanto, a 11 de março a inspeção, a 26 de março foi adjudicada, a elaboração do projeto de execução para empreitada de recuperação dos danos causados pela tempestade Kyllian no Porto Comercial das Lajes das Flores. A 8 de abril de 2019 procedeu-se à entrega do relatório dos levantamentos tridimensionais, enquanto a entrega do projeto de execução destas reparações dos danos causados pela tempestade Kyllian estava previsto para o final

deste mês de outubro. Foi isso que foi feito em relação àquilo que afetava o Porto das Lajes das Flores e eu julgo importante também salientar isto neste momento. Para exatamente esclarecer essa dúvida. Sim, estava fragilizado porque já tinha sofrido uma tempestade antes de 2019, em 2018 já tinha havido uma tempestade que tinha afetado o molhe do Núcleo de Recreio Náutico, o processo para essa intervenção no molhe de recreio náutico estava a decorrer quando se verifica a tempestade Kyllian, como exigia equipamento igual, como exigia isso tudo, foi decidido integrar as duas soluções porque isso trazia benefícios até do ponto de vista de eficácia da obra.

Sr. Deputado Bruno Belo foi levantada aqui a questão sobre um conjunto de propostas que o grupo parlamentar do PSD apresenta em relação a esta matéria, algumas delas já estão em execução, nomeadamente a questão que foi também falada pelo Sr. Deputado António Lima, sobre solicitar um regime especial de contratação pública que possa agilizar os procedimentos. Obviamente que há valores aqui de prejuízos que não é possível outro procedimento que não seja exatamente todo aquele que dê essas garantias, aliás todos dão, mas necessitarão, naturalmente, de ter em conta esses procedimentos, mas foi também colocada a questão sobre que informações é que o governo tinha sobre esses prejuízos e o facto de 300 milhões. Bom, é isso sr. deputado que eu gostaria exatamente de partilhar consigo porque me parece importante que também sobre essa matéria não se suscite dúvidas. Podemos fazê-lo por ilha: na ilha de Santa Maria os danos no cais comercial e nas infraestruturas de apoio ascendem a mais de 19 milhões de euros, estamos a falar sobretudo de danos no manto de proteção, aliás é, tirando o caso da Lajes das Flores em que há destruição completa do cais, é disso que nós estamos a falar sobretudo.

Na ilha de São Miguel os danos no cais comercial, no muro cortina, nas infraestruturas de apoio e no monte de proteção ascendem a mais de 33 milhões de euros.

No caso da ilha Terceira os danos que são verificados – estou a falar apenas de infraestruturas portuárias – no Porto de Pipas e nas infraestruturas de apoio, ascendem a mais de 5 milhões de euros.

No caso da ilha da Graciosa, do ponto de vista de infraestruturas portuárias não houve danos significativos, há apenas algumas questões relativas às pescas, mas nada que se compare – estamos a falar na ordem de dezenas de milhares de euros - com os danos que vim referindo.

No caso de São Jorge as infraestruturas portuárias no Porto de Velas e infraestruturas de apoio ascendem a mais de 300 mil euros.

No caso do Pico, quer no Porto da Madalena, quer no Porto das Lajes do Pico, em termos do molhe de proteção os valores ascendem mais de 17,7 milhões de euros.

No caso do Faial, danos em infraestruturas portuárias no Porto da Horta, no cais de passageiros da Horta e em infraestruturas de apoio ascendem a cerca de 10 milhões de euros (estou a ver os valores por alto, mas um montante mais afinado poder-lhe-ei dar).

No caso das Flores é o valor mais significativo, a destruição completa do molhe e do cais das Lajes das Flores e também os danos que foram verificados no Porto das Poças e em todas as infraestruturas ascendem a mais de 220 milhões de euros.

No caso do Corvo, há também danos no Porto da Casa e em termos de infraestruturas de apoio que, segundo os dados que aqui têm, ascendem a mais de 5 milhões de euros.

Sr. deputado são esses os danos que apenas, apenas, na parte de infraestruturas portuárias estamos a falar e portanto, em relação a esta questão era apenas para clarificar este aspeto.

Há um outro assunto que foi falado pelo Sr. Deputado Paulo Estevão que tem a ver com o apoio e compromisso concreto do Governo da República e as expectativas do Governo Regional. O Governo Regional enviou ontem ao Sr. Primeiro-Ministro uma carta a dar conta de várias ações que nós entendemos que devem ser tomadas em relação a essa matéria, acionar nos termos da lei de finanças das regiões autónomas a solidariedade nacional, o Estado solicitar o acionamento do fundo europeu de solidariedade, mas não nos iludamos porque em relação ao fundo europeu de solidariedade o montante de apoio que está previsto são de 2,5% do montante total do prejuízo, é esse o valor que a União Europeia, no âmbito do fundo europeu tem previsto para esse tipo de situações.

A questão da legislação especial também para os procedimentos de contratação pública: o Sr. Primeiro-Ministro agendou, ontem mesmo, uma reunião para o próximo dia 21 e é nessa reunião que nós debateremos estas matérias, estes pedidos e essa solidariedade, enfim todas as questões que são levantadas. Neste momento, eu entendo que não me devo pronunciar sobre nós querermos x, y ou z. Aguardo por essa reunião e, obviamente, que no final dessa reunião será dada nota pública daquilo que foram as decisões lá tomadas ou do andamento dos trabalhos em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Agradeço os esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Presidente do Governo e pela Sra. Secretária, mas subsistem aqui algumas questões que importam referenciar.

Previamente, gostava só de dizer ao Sr. Deputado Manuel Pereira que quando agendei esta iniciativa foi com o sentido de responsabilidade, sentido de responsabilidade daquilo que nós temos que fazer. A população considera que o Parlamento existe para questionar, para fiscalizar, que o Parlamento e os deputados estão aqui para fazer aquele que é o seu trabalho, no âmbito das suas competências, portanto, eu não fiz mais do que aquilo que a todos nós é exigido por parte da população e portanto, eu, ao contrário do que v.exa. referenciou, de um aproveitamento político em relação à interpelação, eu fiz aquilo que é o meu dever, estou de consciência tranquila, fiz o meu dever que é colocar as questões que a população considera que são questões pertinentes. Aliás, se v. exa. tomou boa nota do discurso que eu fiz, eu dei uma avaliação ao desempenho das entidades públicas e do Governo em relação àquilo que foi feito e portanto, v.exa. poderá constatar que não era essa o meu propósito quando solicitei esta interpelação.

Algumas questões que entretanto não foram respondidas e que gostava de voltar a colocar. Há uma perplexidade no Corvo em relação a duas situações de urgência que tivemos que enfrentar e nessas duas situações, nomeadamente esta última também, não é comunicado por parte das entidades competentes qualquer reforço de meios para a ilha do Corvo. É referenciada nas notas públicas que tivemos conhecimento, até vou aqui citar, Carlos Neves adiantou que “será também aumentada a capacidade de

emergência pré-hospitalar nas ilhas Graciosa e Flores (que não tem hospital) e que serão ativados serviços de suporte básico de vida”, mas há uma referência a diversas ilhas menos à ilha do Corvo, já na última ocorrência também tida sucedido a mesma coisa. Eu gostava de saber é se esta, que depois devo dizer que a seguir, e eu tive oportunidade de telefonar ao Sr. Secretário, o Governo informou que seria feito esse reforço, mas a verdade é que a primeira comunicação causou alguma perplexidade. Torno a repetir, na ilha do Corvo não tem nenhuma referência ao reforço de meios para a ilha do Corvo e evidentemente as populações estão a acompanhar este tipo de situações e não conseguem perceber porque é que não há nenhuma referência, tendo em conta a exiguidade de meios que nós temos na ilha. Portanto, esta situação é a segunda vez que ocorre e causa aqui alguma perplexidade à população e eu estou aqui como representante da população da ilha a transmitir-vos uma perplexidade que não é minha, é de todos nós na ilha do Corvo, inclusivamente responsáveis do Partido Socialista, todos porque nestas questões não existem cores partidárias, nestas questões o que existe é uma preocupação que é de todos.

Em segundo lugar, em relação à questão do Porto das Lajes das Flores e a sua debilidade, o Sr. Presidente do Governo Regional muito frontalmente assumiu que existiam estas fragilidades e também descreveu os procedimentos que foram adotados pelo Governo nesse sentido, portanto não tenho nada a referenciar, os procedimentos foram feitos por parte do Governo, eu tinha esta informação, agora tenho aqui uma notícia em que o Dr. Miguel Costa refere que esta fragilização não teve qualquer influência na destruição que a estrutura portuária sofreu agora. Isto é que eu já penso que é mais problematizável porque uma infraestrutura portuária que se encontra fragilizada ou debilitada por estragos que ocorreram em situações

anteriores, essa debilidade, evidentemente, terá alguma influência, não sabemos quanta, não sou técnico, não sou especialista, ...

Deputado Francisco César (PS): O que vale é que o senhor não possui capacidade técnica!

O Orador: ... mas que uma estrutura que está debilitada ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Qual foi o estudo que foi feito entretanto?

O Orador: ... obviamente não tem a mesma capacidade para suportar os efeitos de um evento como aquele que tivemos que enfrentar, portanto eu penso que é absolutamente lógico e alguma influência terá tido.

Outra coisa é que o Governo estivesse parado com uma situação desse tipo, ou seja, que não tivesse feito nada e já vimos que fez. Eu não tenho nenhuma razão para colocar em causa aquilo que foi transmitido pelo Sr. Presidente do Governo.

Depois, esta questão também não foi respondida e que também tem a ver com declarações outra vez do Dr. Miguel Costa. O Dr. Miguel Costa diz isto: “Este caso definiu o presidente da empresa, Miguel Costa, (agência Lusa, é uma notícia da Lusa) é a prioridade das prioridades, sendo que, antes de construir um novo porto é preciso tirar o que ainda sobrou e fazer de novo numa operação que custará “o dobro ou o triplo” do que a construção de um porto novo”. Portanto, diz que a reconstrução custará o dobro ou o triplo do que a simples construção de um porto novo, são palavras do Dr. Miguel Costa. Ora, no meu espírito esta questão levantou-me esta preocupação que é: está a pensar-se em contruir um porto novo? Até porque é mais barato nas Lajes das Flores e porque existem, de acordo com especialistas, vários fatores que apontam no sentido daquela localização não ser a melhor e de já terem ocorrido em diversas situações estragos muito significativos ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A Sra. Secretária respondeu a isso!

O Orador: ... naquele porto. As intervenções do Dr. Miguel Costa a dizer que vai custar o dobro ou o triplo do que custaria um porto novo levam a que, pelo menos, surja essa questão e por isso é que eu vos pergunto se existem ou não existem estudos, os especialistas vos apontaram até na sequência desta nova ocorrência se aquele porto de facto apresenta vulnerabilidades que apontam no sentido disto poder ocorrer mais vezes e portanto, poder ser uma despesa contínua e aquela localização não ser a melhor. É evidente que eu percebo que reabrir este processo, do ponto de vista político, exige muita coragem política, mas é uma questão que eu não posso deixar de colocar, que é uma questão que está a ser discutida por especialistas e pela opinião pública, por isso é que vos coloquei a questão e volto a referenciar: existem informações em relação ao facto da má localização do porto não assegurar que não volta a acontecer estragos? Existe uma localização melhor, na ilha das Flores, para instalar um porto comercial? E que se, tal como diz o Dr. Miguel Costa, até é mais barato construir de novo. Essa é a questão que vos quero deixar.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Não havia fundos comunitários!

O Orador: Em relação ao tempo, à estimativa da reconstrução do Porto, o Sr. Presidente do Governo respondeu, na minha perspetiva, de fonte cabalmente.

Depois há uma outra questão que tem haver, que não foi aqui respondida e até foi reiterada, penso que foi pelo Bloco também, que tem a ver com o seguinte, que é com a questão do navio Paulo da Gama se está a transportar combustível não pode transportar congelados. Foi aquilo que me foi referenciado, é a informação que eu tenho e portanto, a pergunta é se existe essa limitação? Porque se existe é necessário encontrar uma outra solução a

curto e médio prazo e depois também tem a ver com a falta de capacidade, como foi também referenciada, do navio Paulo da Gama para transporte de contentores.

Deputado Bruno Belo (PSD): O navio não tem capacidade!

O Orador: Aliás, eu tenho aqui informações sobre a capacidade do navio em que é referenciada uma capacidade limitada por parte dos serviços do próprio governo, que informam que este navio tem uma capacidade muito limitada para o transporte de contentores, a mesma coisa não em relação às paletes (tem boa capacidade) mas, em relação ao transporte de contentores a mesma coisa não sucede e portanto, também não terá a capacidade para abastecer de forma regular a ilha das Flores. Coloco essa questão: está prevista uma solução mais compatível com as necessidades da ilha? É a questão. Está prevista, ou seja, tem a capacidade de transportar mais contentores? E que tenha sobretudo também a capacidade de fazer chegar congelados à ilha das Flores que neste momento é incompatível, não pode transportar as duas cargas, combustível e congelados, é incompatível, segundo informação que recebi.

Depois, dizer-vos também outra questão que é, o Sr. Presidente do Governo Regional (eu ouvi esta entrevista na RTP Açores no dia 3 de outubro) referenciou que o abastecimento, uma vez que o Corvo não tinha sofrido estragos de grande dimensão e que estava operacional, o Porto do Corvo, o que foi referenciado pelo Sr. Presidente é que o abastecimento se faria a partir da ilha do Faial. Ora bem, as informações que eu tenho acesso sugerem precisamente o contrário, ou seja, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Secretária já respondeu a isso!

O Orador: ... há uma ligação entre – e vou ler – tenho aqui os e-mails.

(Neste momento, o orador mostra um documento à câmara)

O Orador: Este data de 9 de outubro, em que diz o seguinte: “mais informamos que existe a limitação de embarque a cinco contentores e que os restantes cinco contentores (isto naquele navio) são para combustível, num total de dez.” Esta é a capacidade que é referenciada, dez contentores, em relação ao navio que estava há pouco a fazer referência. E depois é feita outra referência, relativamente à ilha do Corvo os empresários do Corvo e das Flores são informados que existirá um circuito Flores-Corvo que será garantido pelo Lusitânia, ou seja, o que é exatamente o contrário do que aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo Regional, ou seja, o abastecimento continua a ser feito utilizando o circuito das Flores e não temos um abastecimento direto a partir do Faial e pelo menos é esta a informação que eu tenho aqui, isto é um e-mail do dia 9 de outubro e depois tenho um outro e-mail de dia 8 de outubro que reitera essa informação e portanto, isto significa que é um circuito logístico diferente daquele que tinha sido anunciado pelo Sr. Presidente do Governo Regional. A minha pergunta é: a questão foi reequacionada, o abastecimento já não será feito a partir do Faial, o que é que aconteceu?

Sra. Presidente isto é pouco formal, mas quanto tempo é que ainda tenho? 9 minutos. Pronto, então vou aproveitar para colocar mais algumas questões que tem a ver com o seguinte. Em relação à questão do seguro, bom diz-me a minha Sra. Secretária: “Bom, mas isso é responsabilidade dos comerciantes, de quem faz as encomendas e tudo isso.” Porque depois, nesta mesma informação que tenho vindo a citar, é aqui referenciado explicitamente que o transporte não contempla o seguro, não sendo assumida a responsabilidade pela perda ou pelos danos das cargas. Mas Sra. Secretária o problema é que estamos a viver circunstâncias especiais, veja bem, um

empresário que precisa de encomendar os frescos ou o problema dos congelados que depois não podem ser transportados, há aqui um conjunto de perdas que os empresários e os comerciantes vão ter, muito significativas, e outras porque as condições também em que estão a operar os navios não são as melhores, nomeadamente daqui um mês, daqui a um mês vamos ver isso, que a operação dos navios vai ocorrer com maiores dificuldades do que aquelas porque o canal Flores-Corvo, como eu próprio posso testemunhar é um canal difícil e as condições de navegabilidade são difíceis e obviamente, aqui a questão do seguro eu penso que deveria ser devidamente equacionada por v. exas. tendo em conta as circunstâncias excecionais em que a mesma se está a produzir e portanto, eu penso que esta questão é uma questão relevante tendo em conta as circunstâncias específicas que estamos a enfrentar.

Depois, também é necessário, e v.exa. fez isso, informar de forma prévia os comerciantes e empresários das ilhas das Flores e do Corvo em relação ao transporte. É evidente que eu também tenho aqui algumas provas de que isto foi feito, a verdade é que esta calendarização tem sofrido atrasos sucessivos. Também percebo perfeitamente as circunstâncias especiais e portanto também compreendo que não possa ser calendarizado ao milímetro, mas penso que aqui também se pode melhorar em termos de calendarização prevista porque isto está a falar algumas semanas. Neste caso está atrasado em relação ao que estava calendarizado e previsto, cerca de uma semana, pelo menos é a informação que eu tenho recebido.

Depois, tenho também fundamentalmente em relação, Sra. Secretária, ao gado vivo – transportes das ilhas das Flores e do Corvo, eu coloquei-lhe a questão, mas v.exa. não foi capaz de precisar uma data e uma solução em relação ao transporte do gado vivo das ilhas das Flores e do Corvo, portanto

o que lhe solicito é que o mais brevemente possível se encontre uma solução porque esta questão está a preocupar os agricultores das duas ilhas.

Depois, em relação à reserva de combustível a Sra. Secretária respondeu, as reservas existentes permitem que não exista preocupação a este nível.

Depois, uma questão que v.exa. não respondeu foi a seguinte: os proprietários dos bens destruídos no Porto das Lajes das Flores vão receber ou não indemnização? Porque aquela carga ficou no fundo do mar ou foi destruída, o que é que irá acontecer? Há algum tipo de apoio para os danos sofridos? É que são muito significativos em alguns casos, há gente que tinha cargas valiosas e bastante importantes e que portanto, sofreu ali um prejuízo muito considerável. O que é que acontece? Que garantias é que o Governo tem a dar nesta situação ou não tem a dar nenhuma? A questão é essa, v.exa. não respondeu.

Depois, em relação às queixas dos articulares em que v.exa. me pediu que eu fosse mais preciso. Eu vou ser bastante preciso, vou pedir autorização a quem me fez chegar as queixas e se assim for autorizado vou fazer chegar a v.exa. as queixas que me foram dirigidas que são aqui da ilha do Faial.

Finalmente, em relação à questão da responsabilização por parte do Governo da República, o que é que está pronto a assumir doo ponto de vista dos prejuízos e da colaboração com o Governo Regional. Essa é uma questão bastante relevante e eu na altura fui questionado por parte da comunicação social se achava bem a vinda dos Ministros. Eu disse que achava muito bem, achava mal era o contrário, era que não tivessem vindo porque isso significa que existe de facto a preocupação do Governo da República em acompanhar esta situação. Agora também, todos nós temos uma preocupação em relação àquelas que são as declarações de boa vontade, que é uma coisa, outra coisa são os compromissos que o Governo da República, este ou qualquer outro, seja qual for o partido, de facto assumem e portanto, quero aqui expressar a

minha preocupação em relação a esta matéria e desejar, esperar e também contribuir (quando chegar o momento político para o fazer) para que o Governo da República possa concretizar de facto as declarações que produziu, a boa vontade que manifestou em relação a esta matéria. Portanto, tem uma preocupação, não é com este Governo, é com todos os Governos da República, independentemente da cor política, e portanto manifesto aqui a minha disponibilidade no Parlamento para quando for necessário tomar uma posição conjunta sobre esta matéria e desejar que, de facto, a declaração de boas intenções possa corresponder de facto a um apoio concreto e um apoio bastante significativo, tendo em conta os prejuízos que temos que enfrentar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente esta intervenção por, em nome do grupo parlamentar do CDS-PP, saudar a atuação exemplar e a preparação demonstrada por todos os agentes de proteção civil dos Açores que intervieram, aquando da passagem do furacão Lorenzo, desde o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, às Câmaras Municipais, às Forças de Segurança, à Marinha e a todas as instituições envolvidas neste processo, quer em termos preventivos, quer depois também na gestão dos efeitos propriamente ditos da passagem do furacão e o apoio e o socorro às populações e a todos aqueles que foram afetados.

Saudamos ainda a ação e a postura exemplar assumida por parte do Governo Regional, nesta matéria e em todo este processo e também e julgo que ainda não foi feito aqui, destacamos o papel fundamental da RTP Açores e da RDP Açores neste processo e na transmissão de informação e no acompanhamento

dos acontecimentos, que de facto deixa as populações mais descansadas e mais alertas e capazes de responder em consonância.

E saudamos sobretudo a forma ordeira e responsável como os açorianos souberam lidar com esta intempérie e também como acataram as recomendações por parte de todos os agentes de Proteção Civil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A todos os açorianos nós endereçamos a nossa solidariedade e dizemos que podem com certeza contar connosco e com o nosso apoio e com o nosso empenho.

Cumpre-nos agora inventariar os danos e apoiar o esforço de recuperação e de reconstrução das nossas ilhas e de criar mecanismos e instrumentos de apoio e que possam permitir responder aos prejuízos que foram verificados. Nesta fase do debate, obviamente já muitas questões foram colocadas, outras tantas já foram respondidas, quer pela Sra. Secretária Regional, quer pelo Sr. Presidente do Governo Regional ainda assim, subsistem algumas dúvidas e algumas questões que gostaríamos de colocar, a primeira das quais, e tendo em conta que há aqui uma nova realidade, um novo cenário de alterações climáticas globais, a tendência que se prevê é que fenómenos extremos desta natureza possam ocorrer cada vez com maior frequência e assim sendo, se existem de facto por parte do Governo Regional medidas previstas de correção e de adaptação a este tipo de fenómenos, especificamente, por exemplo, no caso do Faial se existem medidas corretivas e de adaptação para que o mar não volte a galgar a estrada e a inundar estradas e habitações como aconteceu na zona de Porto Pim? E o Sr. Presidente do Governo de alguma forma já respondeu a esta pergunta, em relação à quantificação do apoio a atribuir por parte do Governo da República, mas esta é uma pergunta, de facto muito pertinente e os açorianos querem de facto saber qual é que será a atuação do Governo da República e qual é que será o nível de solidariedade

que terá em relação à Região e a questão que também resta fazer é se o Governo Regional avançará imediatamente para as recuperações necessárias ou se, de alguma forma terá de aguardar pelos apoios e pelas participações a receber?

E por fim, tendo em conta que (também já é público) o furacão provocou estragos e prejuízos na ordem dos 390 milhões de euros a pergunta que se coloca é se nesses 390 milhões de euros estão englobados...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): 330!

O Orador: ... 330 milhões de euros, peço desculpa, se estão englobados prejuízos provocados em infraestruturas públicas apenas ou se aqui também estão, de alguma forma, contabilizados os prejuízos em habitações e em outros equipamentos como barcos de pesca que sofreram danos, nomeadamente nas Lajes do Pico, e se existem de facto medidas de apoio a essa reconstrução e a essa reconstrução dessas infraestruturas porque é neste momento pertinente que as pessoas também saibam com que é que podem contar nesta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar não posso deixar de expressar o meu orgulho nas nossas gentes, pela sua fibra, pela sua resiliência, pela solidariedade ao outro, mas acima de tudo, pela sua capacidade de começar do zero sem cramar sempre que a natureza fala mais alto e parece que nos quer expulsar deste pequeno paraíso, ou quem sabe, a nos lembrar que todos os paraísos têm um preço.

Reconhecer o trabalho irrepreensível da Proteção Civil na ajuda às populações, bem como a solidariedade sempre presente e disponível das Forças Armadas às nossas gentes.

A Portos dos Açores foi de um enorme profissionalismo na forma como procedeu à contenção dos estragos permitindo trazer, dentro do possível, alguma normalidade ao funcionamento da atividade portuária que é fundamental numa região arquipelágica como a nossa, muito em particular em relação ao grupo ocidental que desta forma, ficando completamente isolado, sem se conseguir assegurar alguma normalidade, nem as questões básicas poderiam ser asseguradas.

O que estranhamente contrasta com algum amadorismo revelado na prevenção do impacto do furacão Lorenzo no Porto das Lajes das Flores, deixando à mercê da força do mar o terraplano, as embarcações, contentores e até a Ariel e desta forma comprometendo a ligação entre as Flores e o Corvo, sabendo que o Governo (e até hoje já aqui assumiu), a Portos, a Secretaria Regional, de que os danos estruturais que existiam no Porto das Lajes não resistiriam a uma mais qualquer tempestade tropical, muito menos a um furacão da força do Lorenzo e se assim estou errada, se há provas técnicas de que efetivamente o porto não estaria tão fragilizado e de que este furacão não teve nada a ver com as fragilidades estruturais e técnicas que existiam no porto antes, agradeceia que o Governo pudesse fazer chegar à Mesa e distribuir por nós esse estudo técnico que possa, de uma forma tão assertiva e tão segura, garantir que não existe nenhuma relação causal.

E por último e finalmente, congratular a atuação do Governo regional pela celeridade que demonstrou em todo este processo, desde a chegada do Sr. Presidente do Governo às Flores, bem como à rapidez com que se calculou o impacto dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo, anunciados ontem na figura do Sr. Presidente, no montante de 330 milhões. Talvez porque vai

ser pago pela República e pela Europa, desta vez não foram necessários fazer variadíssimos estudos, nem foi necessário pedir não sei quantas avaliações.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dúvida que fica aos açorianos, muito em particular às famílias faialenses que perderam as suas casas, os seus bens e os seus pertences de uma vida inteira, é qual a fé que podem depositar no apoio que virá da República se no que se refere às catástrofes dos incêndios a nível nacional que assolaram o nosso país, a vergonha que se passou em Pedrogão Grande é bem o exemplo de como este Governo trata os seus. Até hoje as famílias continuam sem casas e até hoje continuamos sem saber onde é que estão os donativos ao apoio a esta famílias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção e porque é também uma área que me diz muito, gostaria em primeiro lugar de enaltecer o envolvimento das autoridades regionais, municipais e de freguesia perante a catástrofe que vivemos na madrugada ao início da manhã do dia 2 e reconhecer também o desempenho e o espírito de missão que todas as autoridades e agentes de proteção civil, bem como a interajuda e solidariedade da nossa população.

Como foi aqui referido é preciso reconstruir as infraestruturas, mas é também urgente acudir às pessoas que viram as suas habitações e os seus bens danificados ou até completamente destruídos e relativamente a estes particulares, quer ao nível do comércio e serviços, quer ao nível das pessoas que viram as suas habitações danificadas ou destruídas, pergunto, ao Sr.

Presidente do Governo ou à Sra. Secretária, a partir de quando e como podem estas pessoas afetadas recorrer aos apoios que foram anunciados?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caras e Caros Colegas:

De forma muito rápida, informar esta Casa que na agricultura e florestas os danos provocados pela passagem do furacão Lorenzo, perfizeram um prejuízo de cerca de 930 mil euros, um prejuízo essencialmente na destruição de milho forrageiro, fruticultura, floricultura, horticultura, nas estufas e também em algumas infraestruturas.

Os levantamentos estão concluídos, foi aprovado na última sexta-feira no Conselho do Governo uma resolução que define os critérios para a atribuição de apoio extraordinário para estes prejuízos, apoios que poderão atingir os 75% e no menor espaço de tempo possível faremos publicar as primeiras portarias com a atribuição dos respetivos apoios, visto que todo o processo administrativo e burocrático e levantamento está concluído.

Em relação a outro aspeto que naturalmente nos preocupa de uma forma particular tem a ver com o abastecimento à ilha das Flores e do Corvo de alimentos para os animais e a retirada dos animais, seja em vida, seja também em carcaça, aqueles que naturalmente serão abatidos nos próximos tempos na ilha das Flores.

Aquilo que está a ser feito é um trabalho de articulação com as organizações de produtores e também com o departamento da minha colega no sentido de garantirmos no mais curto de espaço de tempo possível, naturalmente sujeito aos transportes possíveis e disponíveis e às condições, naturalmente, climatéricas, o maior número de animais no menor espaço de tempo possível.

A nossa programação é de quatro a cinco contentores por semana e naturalmente, cada vez que o navio vai às Flores possibilita também que seja abastecido desde logo com alimentos para esses animais e também de outro tipo de necessidades para a ilha das Flores e do Corvo.

Aquilo que é possível fazer, está a ser feito e naturalmente há situações que não dependem de nós, nomeadamente as condições atmosféricas, mas aquilo que depender do Governo vamos fazer até ao limite das nossas competências para que a situação dos produtores florentinos e corvinos não sejam ainda mais afetadas sobre esta situação.

Dizer também como nota final que nós já estamos a trabalhar com a Cooperativa Agrícola das Flores no sentido de garantir um reforço de alimento para dar resposta ao elevado grau de destruição das pastagens que ocorreu nas Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para dar uma opinião sobre aqui algumas coisas que já foram faladas.

A questão da construção dos portos e a localização dos portos é um assunto demasiado técnico que naturalmente nós não dominamos, nem eu que fiz uma parte do percurso da minha vida profissional ligado, exatamente, a esta área. Portanto, falarmos que é mais seguro aqui ou mais seguro acolá, parece-me que não nos compete a nós, os técnicos irão dizer e afirmar e aconselhar para a decisão política que vai ter que ser tomada. Parece-me, no entanto, que empiricamente que a reconstrução do porto será pelo menos mais rápida do que a construção de um novo porto.

O Sr. Deputado Paulo Estevão fala nos condicionalismos que existem no transporte de combustíveis e de produtos alimentares em simultâneo, no navio Paulo da Gama, para a ilha. Devo recordar, tanto quanto sei, isso decorre de legislação que regula esta matéria e já acontecia exatamente a mesma coisa quando o Corvo era abastecido a partir das Flores, quando o navio levava combustível e não podia levar produtos alimentares, daquilo que eu sei.

Quanto às vulnerabilidades do Porto e a questão que já aqui foi colocada que existiu e que isso terá contribuído, eu acho que importa aqui dizer que embora não existam testemunhos da altura em que ocorreu o incidente, mas tudo indica que pela orientação que teve e os estragos começaram na zona do enraizamento e foi aí que partiu parte do muro cortina, transportando blocos de betão com um peso na ordem das centenas de toneladas e portanto, vir agora afirmar que foi derivado aos estragos já existentes de outras tempestades, parece-me que é... mais a mais estavam ali localizadas embarcações e outros equipamentos como estava o edifício da Portos dos Açores que ficou completamente destruído como todos nós, e particularmente nós, os deputados da ilha das Flores conhecemos, que foram as lajes existentes do edifício apareceram junto, no meio do terraplano completamente intactas e foi necessário um grande trabalho para as destruir, portanto, é sinal que o mar entrou, levantou-as, transportando-as para o meio do cais. Portanto, o terraplano era um lugar seguro, ninguém diria se fossem questionados que podia haver um temporal que pudesse causar aqueles estragos, eu próprio dizia: “isso é impossível”, mas uma coisa é certa, é que aconteceu e nós devemos estar preparados e estou certo que a obra que será feita dará resposta e garantia de segurança às vulnerabilidades que neste momento existiam.

Disse!

Deputada Graça Silveira (Independente): O senhor fala como especialista?

Deputado Carlos Silva (PS): Fala como quem percebe!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Independente não é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

De uma forma breve às questões colocadas pelos srs. deputados nas intervenções que antecederam, Sr. Deputado João Paulo Corvelo exigiu, reclamou legitimamente que fosse dado uma garantia por parte do Governo, não só da regularidade do abastecimento às ilhas do grupo ocidental (Flores e Corvo), mas também em especial aos animais (gado vivo) que são transportados para abate.

Um pouco na sequência também do que já tinha dito e do que disse o Sr. Secretário Regional da Agricultura e prestando aquela que é a garantia que desde o primeiro momento o Governo Regional manifestou, através dos navios do tráfego local, neste momento, estamos a assegurar o abastecimento às ilhas. O Paulo da Gama tem, conforme aqui foi mencionado, limitações quanto ao transporte conjunto de frios com combustíveis, deve-se ao facto dos contentores de frio terem que usar eletricidade o que, por razões de segurança, não é compatível com o transporte de combustível. Aqui abrem-se duas hipóteses: ou o que neste momento é uma ligação semanal feita pelo tráfego local vem a ser reforçado também por navios do tráfego local e recordo a este respeito que existem, pelo menos, dois que neste momento não estão operacionais porque estão em operações de certificações normais, o Cecília A do Barcos do Pico e o Ponta da Barca dos TMG – Transportes Marítimos Graciosenses e que poderão entrar em operação, para além de

reforçarem aquilo que já é a operação normal deles, construir este novo apoio portanto, é verdade que não pode ser transportado em conjunto, mas aqui temos hipótese de reforço no transporte no tráfego local e temos ainda segura porque fundamentada esperança de que o São Jorge possa vir a operar naquela infraestrutura e ainda resolveria de imediato o problema do combustível porque deixava de ser em cisternas e abastecido pelo São Jorge e libertava, nomeadamente o Paulo da Gama e qualquer outro, para o abastecimento de bens e também exportação de gado vivo. Mas sim, existe essa limitação e já existia antes, de facto, mas existe essa limitação que dificulta ainda mais a montagem da operação logística.

Sr. Deputado Bruno Belo devo-lhe dizer que na extensa lista de agradecimentos que fez, posso ter ouvido mal, mas esqueceu-se da Portos dos Açores, o que é deveras injusto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não foi intencional!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não, não! Não foi de propósito!

Deputado José Ávila (PS): Esqueceu-se!

A Oradora: Mas eu tenho a certeza que não foi propositado, tenho a certeza que não foi propositado.

Seguindo, às perguntas do Sr. Deputado Manuel Pereira, sr. deputado perguntou que medidas provisórias estavam a ser implementadas no Porto das Lajes. Para além das dragagens com vista a um aumento do calado e também aumento do cais acostável, que ainda estão em curso, estão a ser equacionadas e estudadas as medidas provisórias de contenção e de proteção da baía, precisamente para proteger a operação nestes meses que se nos avizinham, que sabemos que são difíceis porque vamos entrar no inverno.

Para além disso, está também em curso um procedimento de aquisição por parte da Porto dos Açores de uma grua para ali, porque a existente ficou

totalmente destruída, a deslocação de um empilhador de garfos de outra ilha também para ajuda a operação e ainda também está a ser equacionada a ida de uma lancha de pilotos de outra infraestrutura para lá porque a lancha de pilotos daquela infraestrutura ficou, pelo menos, danificada, se não totalmente destruída.

Sr. Deputado Paulo Estevão um pouco no seguimento do que referia o Sr. Deputado António Lima sobre a incompatibilidade do combustível e dos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem fez essa pergunta fui eu!

A Oradora: ... o sr. deputado também falou no assunto, o Sr. Deputado António Lima falou também, mas não interessa que mé que falou, vamos à resposta, não é?

Pegando um pouco naquilo que eu disse há pouco ao Sr. Deputado António Lima estamos a compatibilizar soluções à semana. Se o São Jorge passar a conseguir acostar naquela infraestrutura, este problema está resolvido. Se não, essa incompatibilidade vai ter que ser gerida à viagem, naturalmente, sendo que a possibilidade de reforço das idas do abastecimento para além do Paulo da Gama, no caso das Flores, também será reforçada logo que os dois navios que referi há pouco saiam do estaleiro porque estão em processo de certificação, nomeadamente o Cecília A.

A propósito do Lusitânia e o sr. deputado pegou nas declarações do Sr. Presidente do Governo procurando ver aí alguma incongruência quando o Sr. Presidente disse que seria feito o abastecimento a partir do Faial. Conforme disse há pouco neste momento a informação que tenho é que o Lusitânia está a abastecer no Faial para sair por volta da meia noite. Vai parar desta vez nas Flores porque tem carga para deixar nas Flores, mas que de resto o abastecimento será feito pelo Lusitânia à ilha do Corvo em direto, obviamente não vou excluir alguma ida em que, havendo possibilidade de,

por economia de escala, carregar-se alguma coisa para as Flores, eu também faço o toque nas Flores antes de ir ao Corvo, como é este o caso.

Quanto à indemnização dos proprietários dos bens que estavam no interior dos contentores confesso que não lhe consigo responder, não tenho qualquer informação neste momento sobre isso, mas logo que tenha faça-lhe chegar a informação que já pedi.

Sr. Deputado Alonso Miguel, medidas de correção, de prevenção e adaptação nas infraestruturas na sequência um pouco das alterações climáticas. De facto, é visível e esta foi um exemplo de que nós estamos a ser fustigados, cada vez mais, por tempestades e até furacões, que não era habitual. Posso-lhe dizer que na conceção do Porto das Lajes serão utilizadas, provavelmente, medidas que não têm em conta propriamente o histórico do nosso clima, mas este caso, muito concreto, na medida em que se prevê que possa voltar a acontecer.

Na sequência deste furacão, mas já antes as infraestruturas são regularmente inspecionadas, naturalmente e certificadas na sequência dessas inspeções, neste caso concreto, obviamente que para a avaliação dos danos e do seu valor, todas as infraestruturas foram vistoriadas exaustivamente e essas vistorias foram objeto de relatórios que são da Portos dos Açores e que se a Assembleia assim o entender deverão ser disponibilizados.

Falou também no avanço para as reparações novas, neste momento estamos a fazer aquilo que podemos fazer, independentemente de sabermos da questão do financiamento. Tudo o que é o avançar de imediato para pedidos de projetos, análise, etc., está a ser feito.

Sr. Deputado Carlos Ferreira perguntou-me pela resolução dos problemas de habitação. Na sequência do Conselho de Governo da passada sexta-feira foi aprovada uma resolução que define e regulamenta esses apoios que se já não

foi publicada deve estar a ser publicada e responderá, nomeadamente aos prazos de candidatura que o sr. deputado, legitimamente, perguntou.

Sra. Deputada Graça Silveira acrescentado só um pouco àquilo que disse ao Sr. Deputado Manuel Pereira, de facto aquilo que é dito e que é reafirmado por quem entende – não por mim porque eu não sei – os bens estavam no sítio mais seguro do porto e se alguém tivesse sequer imaginado que um edifício de betão fosse ser completamente arrastado para a bacia do porto...Acho que era totalmente imprevisível e a título de exemplo recordo-lhe que o empilhador que estava no sítio mais abrigado do porto, no interior da garagem, foi arrastado cerca de 100 metros, estamos a falar de um equipamento com 63 toneladas, isto diz bem da violência com que o mar atingiu a infraestrutura.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas sabíamos que ia ser dessa violência!

A Oradora: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque no âmbito, e alguns conhecerão, da intervenção que tive então como responsável durante 16 anos do Governo, tive a responsabilidade de algum modo colaborar na reparação de mais de 500 milhões de euros de prejuízos ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas eram estradas!

O Orador: ... e obviamente que há situações que eu espero que não se repitam porque elas estão melhorando como várias coisas. Em primeiro lugar, hoje, e ainda bem, a cultura de proteção civil dos açorianos está num patamar diferente em termos de autoproteção, em termos de atender e

entender as informações das autoridades e em particular do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e há também nesta interpelação coisas que são factos salientes e que atravessam as intervenções. O Governo que acaba, para o bem e para o mal, de ser sempre (e vai sê-lo ao longo deste processo) o primeiro responsável, quer pelos poucos elogios normalmente da oposição, quer pelas grandes críticas que hão de surgir, mas o Governo, mais uma vez, demonstrou proximidade, capacidade de resposta e demonstrou também que começou logo a atuar naquilo que lhe era possível numa primeira fase, em termos de habitação, em termos de levantamento de estragos, mas em termos também das respostas urgentes que era preciso dar e isso é justo ser realçado no âmbito desta intervenção.

Por outro lado também, gostaria de dizer que os açorianos, e já foi dito aqui pelo Sr. Presidente do Governo, bastam-se muito a si próprios e bastaria recordar que nos nossos antigos 500 milhões de estragos ou de calamidades ocorridos entre 1996 e 2001 a Assembleia Legislativa Regional de então aprovou em vários planos mais de 25% em cada orçamento, só alocados às calamidades.

Mas para nós termos a noção de que estas batalhas não dispensam a solidariedade nacional e europeia, é também justo dizê-lo que já nesse tempo nós tivemos que contar connosco, que por exemplo no sismo, que teve um investimento (que é assim que eu lhe chamo) em termos de reforço do parque habitacional das ilhas do Faial e do Pico de 250 milhões de euros (preços daquela época), coube à solidariedade nacional 28% e à Região Autónoma dos Açores, o mesmo é dizer a todos os açorianos, 72%. Espero que esta solidariedade neste tempo seja um pouco diferente, bem sabemos que dificuldades e com que governos é que as tivemos para ter financiamento para esses processos.

De qualquer modo gostaria também de dizer nestas circunstâncias que é verdade que a cultura de proteção civil e de autoproteção dos açorianos e da própria consciência do governo à necessidade das respostas imediatas e rápidas é cada vez melhor e mais eficiente. Mas também é verdade que nós devemos ter algum senso para perceber que as calamidades ou as catástrofes que nos assolam nos Açores não acontecem só aqui e que nós não podemos, por melhor que quiséssemos ter essa postura, ter um escudo protetor a todas as situações porque vemos todos os dias nos ecrãs da televisão, por esse mundo fora, em países desenvolvidos com sistemas de proteção civil muito evoluídos e com governos com muito dinheiro que as situações acontecem e que acontecem às vezes com muita e grande gravidade.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: De resto, o que nós sabemos que nos Açores temos que ter é uma postura adequada, quer em termos de resposta próxima e humana a situações dessa natureza e o Governo demonstrou essa capacidade, como devemos ter também a noção de que as nossas infraestruturas estão preparadas e foram construídas para resistir a um determinado conjunto de exigências das nossas intempéries e aquilo que acontece, como sempre aconteceu desde o passado, é quando elas são sujeitas a intempéries de um grau e de uma exigência maior, a atuação e as intervenções que são feitas a seguir é no sentido da melhoria e do reforço dessas infraestruturas. Agora, ninguém pode adivinhar o que vem a seguir e o que vem a seguir com mais ou menos força. Pela nossa parte e pela parte do grupo parlamentar do Partido Socialista, nós cá estaremos para ter uma postura de acompanhamento solidário com quem todos os dias tem que decidir com situações bem difíceis, sei do que falo também, e nós não estamos disponíveis, também deixo aqui essa palavra, para estarmos como acontecia e alguns conhecem o serviço militar, em que os boinas vermelhos diziam: “estamos atrasados de uma marcha, trinta

segundos em relação ao último quilómetro”, portanto não queiramos pôr prazos em tudo porque, como o Sr. Presidente do Governo já disse aqui, há prazos políticos que são diferentes dos prazos técnicos, há situações que têm a ver com processos administrativos que às vezes atrasam as obras e que atrasam os processos.

Portanto, esta situação traz-nos, mais uma vez, vários ensinamentos. Ensinamentos que é preciso continuar a cultivar a cultura de proteção civil na população açoriana, até por mais exigências que as alterações climáticas possam eventualmente vir a pôr a toda esta sociedade, mas também a necessidade de sabermos que os açorianos em primeiro lugar contam consigo, com a sua autonomia, com os seus instrumentos, mas também, naturalmente, com a solidariedade que é justa e que está prevista na lei de Finanças Regionais e mecanismos que têm a ver com a Europa para debelar essas calamidades.

Esta interpelação teve, mais uma vez, o mérito de saber que há um Governo que está próximo, que está fazendo e que vai mais uma vez, como já aconteceu no passado, pelo menos há 40 anos, ganhar a batalha das intempéries e dar seguranças às nossas populações.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos a certeza e afirmamos aqui que o Governo Regional tem feito muita coisa em relação à passagem do furacão Lorenzo, em relação à ilha das Flores, mas não ficámos esclarecidos em relação a dois aspetos: o primeiro foi em relação aos contentores de congelados e de frio e gostávamos de saber concretamente quando é que começam a chegar às Flores? Prevê-se que seja semanal? Prevê-se que seja quinzenal?

É porque nós todos temos consciência e quem vive na ilha das Flores tem consciência que os barcos que lá vão neste momento não vão fazer serviço e isso não é ser futurista, isto é ser realista, não vão fazer serviço nas Flores durante o inverno porque o mar assim não o permite, este inverno não é diferente, têm sido todos os invernos da mesma maneira, portanto, isto não é ser futurista, é ser realista e queremos saber, por exemplo, em relação a estes congelados e a estes frescos se realmente já há um plano de contingência para se não for por via marítima como é que chega lá? E saber quando é que começa a chegar lá? Porque existem empresas nas Flores a trabalhar com este tipo de produtos que podem estar em vias de fechar porque não têm o produto para trabalhar – congelados e com frio.

Em relação ao transporte de gado vivo também não estou esclarecido, Sr. Secretário. Sr. Secretário falou que iriam cinco contentores de gado vivo das Flores para o exterior, ou seja, para exportação. Cinco contentores de gado das Flores para fora, se as minhas contas não me falham são cerca de 70 cabeças de gado, ora se são cerca de 70 cabeças de gado, mesmo que saia todas as semanas um barco com estes cinco contentores, dão em contas redondas 300 cabeças de gado por mês, ou seja, o sr. tem para sair de lá mais de 1000! Contando com os constrangimentos em relação ao tempo e às vezes que o barco não vai navegar lá, o sr. não tem capacidade, com os números que deixou aqui em plenário, de fazer essa exportação da ilha das Flores.

Pergunto eu, não há outra solução, Sr. Secretário? Qual é a solução que o sr. prevê? Porque esta estamos a ver que não é viável!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Há! De avião!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária esta questão dos congelados é uma questão realmente premente e v. exa. em relação ao que respondeu não é uma resposta satisfatória. Essa resposta que me deu não é satisfatória, não há nenhuma solução que v.exa. tenha devidamente calendarizada que dê uma resposta a esta questão. É uma questão grave e não é como o sr. deputado Manuel Pereira estava a referenciar: “Isto já sucedida antes”. Não sucedia em relação ao transporte de combustíveis e ao transporte de congelados essa incompatibilidade não existia, e neste momento estamos a falar de uma situação em que, por exemplo, o barco entre a Terceira e as Flores leva, nada menos, nada mais do que 26 horas e portanto, transportar nestas condições congelados não é possível. Por isso é que eu lhe digo que v.exa. tem que encontrar uma solução urgente nesta matéria. Eu sei que há decisões políticas e decisões técnicas, mas a decisão política tem que ser encontrar com urgência uma solução técnica e essa solução v.exa. não anunciou.

Mais, tenho que lhe dizer o seguinte, esta embarcação para além das dificuldades, como bem foi assinalado, do que vamos ter no inverno, esta embarcação que está neste momento a assegurar o transporte para as Flores está a responder a 1/5, 1/6 das necessidades reais da ilha, não constitui nenhuma resposta, não tem nenhuma capacidade e neste momento pode

colocar os comerciantes das Flores numa situação de rotura, isto não pode continuar, esta embarcação não tem capacidade de resposta para as necessidades da ilha das Flores. V. Exa. daqui a uma semana, quinze dias vai enfrentar uma situação de rotura se não encontrar uma solução logística adequada. Esta embarcação não tem uma capacidade de resposta mínima para as necessidades da ilha das Flores.

Devo-lhe dizer também, em relação ao Corvo, que a garantia do Sr. Presidente do Governo Regional foi que existiria, uma vez que o nosso porto está absolutamente disponível e portanto, não tem qualquer tipo de problemas a nível da sua estrutura, portanto está absolutamente funcional que o abastecimento direto a partir da ilha do Faial, a nós, parece-nos que neste momento é uma solução aceitável e é uma solução que resolve os nossos problemas, mas como lhe digo estou preocupado com os problemas do Corvo que se podem resolver com este abastecimento direto a partir da ilha do Faial e estou muito, muito preocupado com os problemas da ilha das Flores que neste momento, o serviço logístico que v.exas. estão a desenvolver, neste momento, não constituiu uma resposta minimamente credível para as necessidades da ilha, como irá ficar patente nos próximos dez dias, quinze dias porque vamos ter roturas. Neste momento já temos gente, muito comerciante que me está a contactar, como está a contactar o conjunto dos deputados a dizer que não têm capacidade, assim não pode continuar, o abastecimento neste momento está muito longe dos mínimos, Sra. Secretária.

E depois, fazer-lhe uma pergunta muito direta, também tem informação sobre isto: existe alguma substância poluente que tenha sido encontrada no Porto das Lajes e portanto, que signifique algum tipo de perigo para os seus utilizadores?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: A questão é esta: existe alguma substância poluente ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não!

O Orador: ... no Porto das Lajes? A pergunta é essa, preocupa-me. Termino, Sra. Presidente também com o seguinte: em relação ao transporte de gado vivo a partir da ilha do Corvo, nós temos algumas dezenas de cabeças de gado que também precisam de ser escoadas e sobre isto o Governo também não teve qualquer tipo de resposta e eu espero uma resposta objetiva em relação às cabeças de gado, com urgência, que tem que sair da ilha do Corvo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor é que não quer ouvir as respostas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (*PSD*): Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária em primeiro lugar, o meu não agradecimento à Portos dos Açores não foi de todo premeditado.

Segunda questão, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional da Agricultura: é verdade que nós temos que ter em conta os prazos técnicos que nos podem causar constrangimentos, mas há prazos que não podem sofrer constrangimentos que é o prazo do agora e o que nós estamos confrontados, neste momento, é com o abastecimento às Flores e esse navio que ontem escalou as Flores é, manifestamente, insuficiente. Percebo que, neste momento, seja aquilo que seja possível e é nesse contexto que lhe quero falar, Sra. Secretária. A Sra. Secretária referiu aqui que se o navio São Jorge ficar disponível, se o outro navio ficar certificado. Sra. Secretária os florentinos e

os corvinos não podem estar dependentes de o “se” de um ou outro navio estar disponível para que possa fazer o abastecimento às Flores de forma mais regular. E a nossa questão também é esta, é que os animais que estão em vias de sair e que têm que sair, com um prazo relativamente urgente, e quando eu digo um prazo relativamente urgente, normalmente a exportação de gado e o pico da exportação de gado dá-se entre esta altura e o final do ano, estamos a falar de mais de 1500 cabeças para saírem em cerca de 60 dias (ou menos ainda), aproximadamente. Portanto, Sr. Secretário, esta situação é grave e pode vir a ser ainda muito mais grave, portanto nós não podemos estar aqui a olhar para essa situação e diz assim: “vamos ver se, vamos tentar que...”. Não!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a solução?

O Orador: A pergunta é: se esta solução, que agora existe, não for capaz de dar a resposta adequada, o Governo tem alguma solução? Está disponível para procurar algum navio junto com os armadores para que esse abastecimento e o escoamento do gado da ilha das Flores se faça de forma conveniente?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Eu uso a palavra, a verdade é que ao longo desta interpelação o Governo respondeu a todas as perguntas que lhe foram colocadas. Haverá eventualmente respostas que não agradaram, segundo pudemos constatar, a alguns deputados. A verdade é que, tendo em conta o ponto de situação atual que foi exaustivamente aqui apresentado, quer pelo Sr. Presidente do

Governo, quer pela Sra. Secretária dos Transportes, quer pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura nós demos conta de todo o trabalho que está a ser feito, respondendo a todas as questões.

No entanto, não posso deixar de referir, tendo em conta que o Sr. Deputado Carlos Ferreira fez essa pergunta, outros srs. deputados também se referiram a isso, relativamente aos apoios no âmbito da habitação, das pescas, da agricultura e de todos os apoios que já estão regulados e que serão concedidos nos próximos dias. A verdade é que na passada sexta-feira o Conselho do Governo aprovou um conjunto de resoluções que define um conjunto de critérios nos apoios a conceder pelos cidadãos e empresas afetados por esta catástrofe natural no âmbito da habitação, da pesca, da agricultura, do comércio e serviços. Essas resoluções e o respetivo regulamento dos apoios a conceder serão publicados esta semana e portanto, até sexta-feira estarão publicados e resumidamente posso informar a Câmara que, no caso da habitação, foi aprovado o regime excecional de apoio social de emergência que pode ir até 100% do valor dos estragos e que se destina aos agregados familiares em situação de comprovada carência, nas ilhas do Faial, Flores, Pico, São Jorge e Graciosa. Foi também aprovado, na passada sexta-feira, um apoio extraordinário destinado a compensar os prejuízos registados em equipamentos de apoio à pesca...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... na parte não comparticipada por seguros ou não objeto de cobertura de seguros. Relativamente ao setor agrícola foi também aprovado um apoio que prevê a atribuição de uma comparticipação até ao máximo de 75% do montante dos estragos, também no âmbito do apoio a comércio e serviços foi feito esse levantamento, está feita a peritagem e será também publicada a resolução e portanto, todos estes apoios (tendo em conta que foi aqui perguntado várias vezes), todas as resoluções que regulamentam estes

apoios e todos os regulamentos que vão reger as regras de apoios às quais a população afetada poderá concorrer, estarão todas publicadas em Jornal Oficial já esta semana e obviamente também que qualquer departamento do Governo com essa tutela terá também a responsabilidade de os divulgar, de os promover e de, em proximidade com as pessoas afetadas, também desenvolver os procedimentos democráticos e técnicos que têm que ser desenvolvidos para que tudo seja resolvido o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a calamidade que nos assolou neste passado recente nos permite fazer uma análise, ou uma reflexão, digamos, em três níveis. Num primeiro nível a análise da reação, da reação que tivemos enquanto Região, a sua população, o Governo e as diversas entidades àquilo que foi um fenómeno, e é preciso que isto seja referido, um fenómeno extremo. Um fenómeno praticamente inédito naquilo que é a história dos Açores e fazer-nos refletir sobre o nível de preparação que temos, nomeadamente perante as alterações climáticas. Eu acho que há uma lição que todos podemos tirar e a primeira conclusão que podemos tirar sobre a questão das alterações climáticas é que elas irão nos afetar cada vez mais, de uma forma mais extrema e que é urgente que nós, nos trabalhos e nos estudos que façamos para o futuro, as tenhamos sempre em conta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Ou seja, como disse a Sra. Secretária ainda há pouco já não basta o histórico das tempestades que nos assolaram, já não basta o histórico ao

nível da agitação marítima, da força do vento ou até da própria chuva. Nós temos que prever, ou pelo menos, projetar a forma como esses fenómenos externos nos podem afetar e aliás, isso até nos deve fazer uma pequena reflexão, não interessa se a questão do Porto das Lajes ou de outros locais na nossa Região estavam danificados, tinham algum tipo de afetação relevante, o que interessava era saber se por acaso nós já estávamos a fazer alguma coisa para poder resolver os problemas que essa infraestrutura tem. Porque isto não se trata de lego, em que nós rapidamente podemos montar, uma infraestrutura tem que ser pensada, tem que ser projetada de forma a que possa suportar os fenómenos que são passíveis de poder aqui acontecer. E nós tivemos esta salvaguarda, o que estava a acontecer nas Lajes era a preparação para uma intervenção mais profunda que agora deve ser, mais uma vez, repensada a poder suportar fenómenos desta dimensão.

Há também que preparar as populações. Já não é uma simples tempestade que nos pode afetar. Nós temos que ter consciência que as medidas tradicionais podem não ser efetivamente suficientes. Nós tivemos danos em todas as ilhas do nosso arquipélago, nós tivemos em São Miguel, em Santa Maria, na Terceira e em alguns casos de pequena monta, noutros casos de enorme monta. Nós temos casos de 30 milhões de intervenção, 17 milhões de intervenção que podem ser muito, muito, muito difíceis de sustentar se não houver a respetiva solidariedade nacional.

E portanto essa é a reflexão que também temos que fazer, quer ao nível da prevenção, quer ao nível do contributo que podemos dar no sentido de as minorar, em termos do nosso contributo para as alterações climáticas e portanto, temos que ter também aqui a adoção num conjunto de comportamentos por mais pequenos que sejam e por pouco peso que possam ter na revolução, digamos, do fenómeno.

Este fenómeno também foi interessante para perceber como funciona a solidariedade nacional. Foi interessante perceber que nós tivemos as autoridades regionais presentes, elogiadas praticamente por todos, e até em alguns casos em algumas intervenções a própria ignorância, o ignorar do Governo Regional, nós fazemos perceber que, por exemplo, para o PSD já é ir muito longe naquele que é o reconhecimento do trabalho que foi feito pelo Governo Regional e por todas as entidades que fazem parte do sistema de Proteção Civil e também foi bom ver um Governo da República que esteve disponível para encerrar a campanha e que assim que pôde esteve presente na Região Autónoma dos Açores no sentido de dizer: “Nós estamos presentes quando há momentos difíceis” e logicamente que nós esperamos que essa solidariedade não seja só uma solidariedade de presença, mas seja também uma solidariedade que se materializa em termos de apoio à nossa Região.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: E portanto, a fase da reação, eu acho que todos podemos dizer com alguma unanimidade que todas as entidades que compuseram esse momento estiveram bem ou estiveram à altura daquilo que se esperava para um fenómeno desta dimensão.

Há um segundo momento, que também deve ser objeto de reflexão, de análise e de escrutínio pela parte deste Parlamento, que é o momento de resolução, ou seja, é necessário limpar, é necessário tentar voltar à alguma normalidade as infraestruturas que nós temos e no caso das Flores, em particular, era urgente repor algum tipo de normalidade, reabrir o que resta do Porto, tentar abastecer a população à medida daquelas que são as possibilidades dos meios existentes, quer meios regionais, quer meios nacionais e também aí, se nós olharmos com honestidade intelectual para aquilo que se passou, o momento de resolução, de limpeza de um conjunto

de estragos que tivemos nas nossas infraestruturas e de necessidades urgentes que as nossas populações tinham, foi um momento em que não houve nada que se assinalasse de negativo, obviamente, que poderão ser corrigidos uma ou outra questão, porque são pessoas que nós estamos a referir-nos, homens que estão a tentar fazer o seu melhor, não estamos a falar só do Governo, estamos a falar de diversas empresas, das Forças Armadas, de gente que esteve no momento em que era necessário, de uma forma solidária e também cumprindo a sua obrigação de tentar repor algum tipo de normalidade.

Se nós olharmos para o porto nas Lajes das Flores nós conseguimos ver o que era antes, o que foram os estragos e a situação que temos hoje. Nós hoje temos um porto completamente destruído, mas limpo e já com navios que conseguiram fazer a sua operação ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e portanto, isso é algo que deve ser assinalado e eu penso que é reconhecido por todos. Obviamente que se vieram dois contentores deviam ter vindo três, se devia ser um de frio e um sem ser de frio, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vieram 5, deviam vir 50!

O Orador: ... se deveria ser com mais combustível ou com menos combustível, todos nós reconhecemos que isto é subjetivo, mas que todos aqueles que fizeram o seu trabalho tentaram fazer de forma a servir o melhor possível as suas populações porque é essa a nossa obrigação. E portanto, eu compreendo também aqui o escrutínio que faz o sr. deputado, que fazem todos os srs. deputados no sentido de dizer que devia ser de determinada maneira ou devia ser de outra maneira, foi esse também o vosso trabalho, tem sido o trabalho de todos aqueles que estiveram presentes nestes processos. E portanto, eu acho que nesta matéria o Partido Socialista deve saudar todos aqueles que estão a dar o seu melhor, no sentido de tentar repor alguma normalidade.

Eu acho que há aqui um terceiro momento que deve ser alvo de reflexão da nossa parte, que é o momento de reconstrução e das expectativas que nós devemos deixar junto das populações e que essa expectativa deve partir de todas as reflexões que eu tentei fazer até agora, da reação que tivemos, da resolução dos problemas que tivemos imediatos e que deve ser algo que constrói as expectativas que nós devemos dar às nossas populações.

Nós temos o Porto das Lajes das Flores, em particular, praticamente destruído e portanto, vamos ser claros com as pessoas e dizer-lhes a verdade: não há possibilidade, num curto espaço de tempo, dos navios que antes faziam a sua operação, fazerem a sua operação. Essa é a realidade, não há outra e portanto, nós devemos dizer que não é possível os grandes navios, que levavam muitos contentores num espaço curto de tempo, fazerem a sua intervenção. E portanto, o que nós temos que dizer é que nós vamos fazer o que for necessário, com os meios que temos, para já, disponíveis para minorar o impacto na vida das pessoas dos constrangimentos que temos neste Porto.

Iremos, e a Sra. Secretária já referiu, temos um conjunto de navios que podem fazer a operação, que podem minorar e digamos, diminuir um conjunto de constrangimentos que esta operação coloca, mas vamos ser claros, a situação que temos não é uma situação de normalidade e portanto, até essa situação ser resolvida nós iremos ter necessariamente constrangimentos que, quer os empresários, quer os cidadãos têm.

Dizia-me ontem alguém que nós temos uma situação de crise energética e que há um conjunto de racionamentos que afetam a vida das pessoas e portanto, nós deveríamos ter apresentado as medidas que compõem a declaração de crise energética de outra forma, com limites muito mais altos de combustível. Bom, a reflexão que fiz foi: meus caros amigos então se nós subíssemos os limites todos em que as pessoas podem utilizar combustível,

não haveria crise energética. Então porque é que iríamos declarar crise energética ao nível dos combustíveis? É porque há constrangimentos, como é obvio! E portanto, o que nós temos que fazer e aquilo que foi apresentado da parte do Governo Regional, é um conjunto de operações com navios dedicados e nós sabemos que vamos ter muitas vezes que resolver isto, tendo em conta o navio mais adequado com determinado estado do mar, que possa estar disponível a uma determinada altura para resolver os problemas que as pessoas têm e isso deve ser algo que é dito às pessoas para que as pessoas tenham a expectativa do que verdadeiramente se irá passar.

Portanto, nesta fase nós temos que preparar o que é que temos que fazer, agilizar procedimentos – o Governo já referiu isso – e exigir solidariedade nacional para efetuar a reconstrução do que é que temos que fazer.

O que é que cabe, na minha opinião, a este Parlamento? A este Parlamento cabe ser responsável. Todos nós já estamos aqui há tempo suficiente para saber que o exercício daquele pequeno momento em que nós podemos, perante as populações, parecer bem, exigir muito, dizer que a situação poderia ser perfeitamente normalizada com aquele ou com outro momento, para obter um ganho momentâneo em termos de popularidade ou dividendo político, não é algo que ajude a resolução dos desafios que temos pela frente. E portanto, a responsabilidade é o nosso primeiro desafio. O segundo desafio é o desafio da disponibilidade, a disponibilidade de todas as forças políticas, obviamente exercendo a fiscalização e o nível de exigência necessário ao Governo dos Açores, mas para dizer que nós estamos presentes, para aprovar aquilo que for necessário, para permitir a resolução destes problemas e por último, a solidariedade, este Parlamento tem que estar solidário, estou certo que estará, com as suas populações dizendo “presente”, visitando os locais que foram afetados, dando uma palavra às populações de solidariedade e é essa obrigação que temos e é esse o posicionamento do Partido Socialista

agora, será este o posicionamento do Partido Socialista no futuro, de responsabilidade, de fiscalização e de solidariedade em relação às suas populações.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Antes de encerrar os trabalhos vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo esgotou o seu tempo, o Partido Socialista tem 1 minuto e 21 segundos, o PSD tem 14 minutos e 42 segundos, o CDS tem 11 minutos, o Bloco de Esquerda tem 6 minutos e 54 segundos, o PCP esgotou o seu tempo, o PPM esgotou o seu tempo e a Deputada Graça Silveira tem 1 minuto e 13 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Vamos então dar continuação à interpelação efetuada pela Representação Parlamentar do PPM ao Governo.

Eram 15 horas e 17 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Dionísio Maia substituiu a Deputada Ana Luís no lugar de Presidente da Mesa)

Pergunto se há mais inscrições.

Neste momento, a Mesa não tem inscritos.

Sr. Presidente, tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo já não tem tempo...

Presidente: Sr. Presidente, eu peço desculpa, esgotou o seu tempo.

O Orador: Eu recorro à figura de interpelação, porque houve uma informação que, da parte da manhã, eu dei a esta Assembleia e que por lapso não está correta e eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para corrigir esta informação. Tem a ver a elencagem de prejuízos em resposta ao Sr. Deputado Bruno Belo e tem a ver em concreto com o Porto do Corvo. O Porto do Corvo não teve danos no valor de 5 milhões de euros. Os 5 milhões de euros referem-se a danos em equipamentos portuários em toda a Região. O Porto do Corvo teve poucas coisas. Aliás, os dados que eu tenho, o que se indica é que anda na ordem dos 35, 40 mil euros para reparar aquilo que eventualmente tenha sido necessário. Ou seja, o valor dos 5 milhões que eu referi não se referem ao Porto do Corvo, mas, sim, a equipamentos portuários que se perderam no furação “Lorenzo”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seu tempo esgotou. É interpelação? Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, só para dizer que eu me apercebi do lapso. Apercebi-me do lapso que foi dos 5 milhões de euros, só que achei que era uma negociação com o Primeiro-Ministro e, portanto, não fiz nenhuma referência à situação.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos dar por encerrado este ponto da nossa agenda. E vou pedir um intervalo regimental de 15 minutos. Até já.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, queiram, por favor, ocupar os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 44 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar início aos nossos trabalhos, entrando no ponto 4 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI – “Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos são os definidos em Conferência de Líderes.

E vou dar a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano)**: Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Colegas Membros do Governo:

Defesa civil do território é a expressão que foi utilizada pelo primeiro normativo legal em Portugal na área da Proteção Civil. Em 1942, visava assegurar o regular funcionamento em tempo de guerra ou de grave

emergência das atividades nacionais. A Proteção Civil surgiu em 1949 enquadrada pelo Tratado de Genebra, na esteira da Segunda Guerra Mundial, com objetivo de proteger as vítimas de conflitos internacionais armados. Distante dos frios tempos da guerra, foi com o advento da democracia que nasceu o atual sistema de Proteção Civil.

Mas tínhamos de chegar a 1991 para termos uma lei de bases a dar início à implementação progressiva do sistema, organizado para prevenir e articular esforços em caso de emergência e calamidade causadas pelo homem e pela natureza.

A condição arquipelágica da Região Autónoma dos Açores e as suas condições endógenas de natureza sismovulcânica e geológica, a que acresce o isolamento das suas ilhas, propiciam a ocorrência de acidentes graves e catástrofes e representam desafios acrescidos e exigem respostas sustentadas. Foi, aliás, no seguimento do sismo de 01 de janeiro de 1980 que surgiu o Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores.

A Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, que foi alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, regula a atividade da Proteção Civil desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, cidadãos e todas as entidades públicas e privadas. Nos termos do artigo 60.º, da aludida Lei de Bases, nas Regiões Autónomas, os Serviços de Proteção Civil dependem dos respetivos órgãos de Governo próprio. Como tal, os componentes e a responsabilidade sobre a respetiva política e estruturação dos Serviços de Proteção Civil devem ser definidos por diploma da Assembleia Legislativa Regional.

Atendendo, assim, à necessidade de adaptar à Região a Lei de Bases de Proteção Civil e de congregar num único documento a legislação dispersa, o Governo traz a esta Assembleia uma Proposta de Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores. Através deste

Decreto Legislativo Regional serão revogados o Decreto Legislativo Regional n.º 13/1999, de 15 de abril, que criou os Centros Operacionais de Emergência e Proteção Civil a nível regional e municipal, e o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2004, de 23 de março, que regula a declaração de calamidade pública regional.

A aprovação do diploma implicará a adaptação da orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. A proposta toma em consideração as particularidades da Região e dos municípios açorianos e sustenta o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil, que foi aprovado recentemente pelo Governo dos Açores após rigoroso e detalhado processo de elaboração e auscultação pública. Tal como linhas orientadoras, a melhoria da resposta à população e o reforço da articulação entre as várias entidades que atuam em situações de emergência dá maior segurança jurídica à atuação dos diversos agentes.

O Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, agora proposto, obedece aos seguintes princípios especiais aplicáveis às atividades de Proteção Civil, de acordo com a referida Lei de Bases:

- Prioridade à persecução de interesse público relativo à proteção civil;
- Prevenção, precaução, subsidiariedade, cooperação, uma vez que se constitui em atribuição do Estado, das Região Autónomas e das autarquias locais, mas também em dever de todos os cidadãos e entidades públicas e privadas;
- Coordenação, cabendo ao Governo a articulação entre a definição e execução das políticas;
- Unidade de comando, determinando que todos os agentes atuam sob um único comando;
- E, finalmente, informação.

O Capítulo I do diploma define o Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores como o conjunto articulado das atividades desenvolvidas pelos agentes de Proteção Civil com a finalidade de prevenir riscos coletivos decorrentes de situações de acidente grave ou catástrofe e de atenuar os seus efeitos, protegendo e socorrendo pessoas e bens em perigo. No plano operacional, as ações desenvolvem-se de acordo com o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro da Região Autónoma dos Açores, cujo regulamento foi publicado recentemente, assegurando que todos os agentes atuam de forma articulada e sob comando único.

No Capítulo II do Decreto proposto são reguladas três situações de Proteção Civil: alerta, contingência e calamidade pública regional. Da natureza dos acontecimentos, da sua gravidade e da extensão dos efeitos atuais ou expectáveis dependerá a amplitude das medidas a adotar. De acordo com a avaliação do risco, será declarada situação de alerta, contingência ou calamidade pública regional. O âmbito territorial poderá ser inframunicipal, municipal, supramunicipal, ou regional.

A situação de alerta deverá ser declarada quando, face à ocorrência ou eminência de acidente grave ou catástrofe seja necessário adotar medidas preventivas ou especiais de reação. Deverão ser ouvidos os Presidentes de Câmara, aos quais caberá a declaração de alerta caso esta seja de âmbito municipal. A declaração de situação de alerta deverá mencionar a natureza do acontecimento, o âmbito temporal e territorial, procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços, agentes e recursos, medidas preventivas, limites à circulação e permanência de pessoas, animais e veículos. Com esta declaração deverão ser acionadas as estruturas de coordenação institucional territorialmente competentes, bem como as de coordenação política para que estas avaliem a necessidade de ativação do Plano de Emergência de Proteção Civil.

Os meios de comunicação social, em particular rádios, televisão e as operadoras móveis de telecomunicações, têm uma obrigação especial de colaboração na divulgação da informação relevante.

Caso essas medidas não sejam mobilizáveis no âmbito municipal, deverá ser declarada a situação de contingência. Apenas o membro do Governo Regional com competência em matéria de Proteção Civil poderá declarar a situação de alerta ou de contingência sob proposta do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Região dos Açores. A declaração da situação de contingência deverá mencionar a natureza do acontecimento, o âmbito temporal e territorial, diretivas específicas relativas à atividade dos agentes de Proteção Civil e das entidades e instituições envolvidas, procedimentos e inventariação de danos e prejuízos, critérios de concessão e apoios, limites de circulação e permanência de pessoas, animais e veículos. Já a situação de calamidade pública regional poderá ser declarada sob a forma de Resolução do Conselho do Governo aquando de acontecimentos graves provocados pelo homem ou pela natureza que atinjam o arquipélago causando elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas. Para que seja reposta a normalidade das condições de vida, haverá que adotar medidas de carácter excecional. A declaração de situação de calamidade pública regional deverá mencionar a natureza do acontecimento, o âmbito temporal e territorial, diretivas específicas relativas à atividade dos agentes de proteção civil e das entidades e instituições envolvidas, procedimentos de inventariação de danos e prejuízos e critérios de concessão de apoios. Poderá ainda estabelecer a mobilização civil de pessoas, limites à circulação de pessoas, animais e veículos, cercas sanitárias e de segurança e racionalização dos serviços públicos de transporte, comunicações e abastecimento de água e energia e consumo de bens de primeira necessidade. Face a uma situação de calamidade pública regional poderão ser requisitados de forma temporária

bens e serviços mediante despacho dos membros do Governo Regional com competência em matéria de Finanças e Proteção Civil. Os trabalhadores da Administração Pública Regional que sejam agentes de Proteção Civil e Socorro, por exemplo bombeiros, estão dispensados do serviço público caso sejam convocados pelo respetivo corpo. As condições de dispensa e mobilização dos trabalhadores do Setor Privado serão fixadas na Resolução do Conselho do Governo que declare a situação de calamidade pública regional.

A declaração de situação de contingência ou de calamidade pública regional ativa automaticamente o Plano de Emergência de Proteção Civil do respetivo nível territorial. Em qualquer das situações, todos os cidadão e entidades privadas estão obrigados a prestar a colaboração que lhes for requerida pela Proteção Civil, bem como a respeitar as ordens e orientações que lhes forem dirigidas.

A coordenação, direção e execução da política de Proteção Civil são abordadas no Capítulo III do diploma. Sob a direção política da Proteção Civil, a condução será do Governo Regional, cabendo ao Conselho do Governo, sob coordenação do Presidente, estabelecer linhas gerais, definir programas, assegurar meios e adotar medidas de carácter excecional para repor a normalidade. Deverá ainda deliberar sobre a afetação extraordinária de meios financeiros. O membro do Governo Regional com competência em matéria de Proteção Civil será responsável pela coordenação das políticas, tutelar a atividade do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e desencadear as ações de Proteção Civil adequadas. A nível municipal, caberá ao Presidente da Câmara desencadear as ações de Proteção Civil, apoiado pelo Serviço Municipal da Proteção Civil. A coordenação regional em matéria de Proteção Civil pertencerá à Comissão Regional de Proteção Civil dos Açores, presidida pelo membro do Governo Regional

com a tutela da Proteção Civil. A estes juntar-se-ão outros membros do Governo, o Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, responsáveis regionais das Forças Armadas, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Marítima, da Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, representantes do Gabinete Coordenador de Segurança, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera e do Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores. As Comissões Municipais de Proteção Civil asseguram, a nível municipal, a coordenação em matéria de Proteção Civil. O Presidente da Câmara Municipal será coadjuvado pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil, representantes dos corpos dos bombeiros, das forças de segurança, da segurança social, das juntas de freguesia, dos capitães dos portos, pela autoridade de saúde e pelos dirigentes das unidades de saúde da área abrangida.

A Proteção Civil deverá organizar-se a três níveis: regional, ilha e municipal. Conforme define o Capítulo IV da Proposta deste Decreto Legislativo Regional. Os seus agentes são os corpos de bombeiros, as forças de segurança, as forças armadas, os órgãos da autoridade marítima nacional, a autoridade nacional de aviação civil e as entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde. A Cruz Vermelha Portuguesa deverá cooperar no apoio, socorro e assistência sanitária e social. Terão um dever especial de cooperação entidades de direito privado detentoras de corpos de bombeiros, serviços de segurança, serviços responsáveis pela prestação de perícias médico-legais e forenses, segurança social, instituições particulares de solidariedade social e outras com fins de socorro e solidariedade, serviços de segurança e socorro privativos, instituições imprescindíveis às operações dos setores das florestas, conservação da natureza, indústria, energia, transporte,

obras públicas, solidariedade social, comunicações, recursos hídricos e ambiente, mar e atmosfera e organizações de voluntariado da proteção civil. O Capítulo V do diploma determina que os planos de emergência da Proteção Civil do âmbito regional deverão ser elaborados pelos organismos regionais competentes e aprovados pelo Conselho do Governo. Caberá ao membro do Governo Regional com competência em matéria da Proteção Civil aprovar os planos no âmbito municipal sob proposta das Câmaras. Os meios e recursos a ativar serão determinados por critérios de eficiência, proximidade e disponibilidade, dando preferência aos de natureza pública.

No Capítulo VI é regulada a relação entre o Governo Regional dos Açores e as Forças Armadas. As Forças Armadas poderão participar em funções de Proteção Civil por solicitação do Presidente do Governo Regional ou mesmo, em caso de manifesta urgência, pelos Presidentes das Câmaras Municipais.

Para finalizar, destacamos que o Governo está fortemente empenhado na melhoria da resposta do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, assim atestam a recente revisão do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil e a aprovação do Regulamento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e, agora, a fechar este triângulo virtuoso, o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores. Mas este é um triângulo virtuoso que não se fecha em si mesmo. Antes, encontra base segura no investimento que tem sido realizado em equipamentos e infraestruturas para as corporações de bombeiros, fulcrais na proteção e no socorro à população, informação para os agentes de Proteção Civil do arquipélago.

A Proteção Civil é de extraordinário relevo para o Governo dos Açores, porque tantas vezes assistimos à tragédia e às catástrofes que transformam as nossas ilhas em cenário de destruição. Estamos atentos, vigilantes e

prontos, tal como estiveram todos os profissionais e cidadãos aquando da passagem tão recente do furacão “Lorenzo”.

Na prática, com este Regime Jurídico, os Açores ficarão dotados de um Sistema de Proteção Civil mais pronto e eficaz para responder a cada momento. E é assim que queremos trabalhar, privilegiando a prevenção e a sensibilização no terreno e em estreita cooperação com entidades públicas e privadas e todos os cidadãos, pela salvaguarda de bens e sobretudo pela proteção de vida humanas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional da Saúde.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Temos inscrito o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faça favor.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O funcionamento adequado do Sistema de Proteção Civil é um vetor fundamental para o socorro às populações e para o sentimento de segurança que lhes deve ser proporcionado.

Esta condição, como tivemos oportunidade de perceber ainda bem recentemente, no início deste mês, é especialmente pertinente numa região ultraperiférica e arquipelágica, como é o caso dos Açores.

Reforçamos, por isso, o elogio e o reconhecimento a todas as autoridades e agentes de Proteção Civil que atuaram no âmbito da operação decorrente do furacão “Lorenzo”. E enaltecemos também as populações das nossas ilhas pela forma como agiram antes, durante e após a passagem do furacão.

Relativamente ao diploma em discussão, vem o Governo propor as normas enquadradoras do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, no que se refere aos componentes do sistema, à responsabilidade sobre a respetiva política e à estruturação dos serviços que o integram.

Ou seja, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional procede à adaptação à Região da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, alterada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto.

Assim, esta é uma proposta positiva, porque vem preencher uma lacuna existente e dar concretização ao artigo 60.º, da referida Lei de Bases, que estabelece precisamente que compete aos parlamentos regionais definir as normas de tal adaptação.

Mas não podemos deixar de mencionar que é uma iniciativa com vários anos de atraso. Como referi há pouco, a lei nacional data de 2006 e a atual redação de 2015.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria que o PSD/Açores acompanha de forma muito próxima, na perspetiva de contribuir, sempre, para a melhoria do funcionamento do sistema.

Nesta legislatura, este Grupo Parlamentar já apresentou:

- Uma iniciativa dirigida à melhoria do funcionamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida;
- Apresentámos também um projeto de resolução a recomendar ao Governo a elaboração do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil;
- E apresentámos ainda uma iniciativa parlamentar para a Revisão da Portaria de Condições de Trabalho dos Bombeiros Voluntários que exercem funções de Tripulantes de Ambulância, diploma extremamente relevante para as

associações humanitárias e para os seus trabalhadores tripulantes de ambulância, que não é revisto desde 2010.

Já o dissemos neste Parlamento e hoje reforçamos: os bombeiros dos Açores merecem muito mais do que o que lhes tem sido proporcionado, merecem o nosso reconhecimento, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... merecem o investimento do Governo nas corporações e nas suas condições de trabalho, mas merecem, também, a sua valorização pessoal e profissional, com medidas concretas que contribuam para a melhoria das suas condições de vida.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Esperamos, por isso, com elevada expectativa, o resultado do trabalho em curso quanto à revisão da Portaria de Condições de Trabalho dos Bombeiros Tripulantes de Ambulância.

Para concluir e quanto ao diploma aqui em apreciação, que consideramos positivo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores votará favoravelmente a presente proposta.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O arquipélago dos Açores apresenta um enquadramento geodinâmico complexo, que leva a que as ilhas sejam frequentemente assoladas por

perigos naturais. E o facto de os Açores estarem localizados numa região ativa do ponto de vista vulcânico e tectónico faz com a Região esteja sujeita a diversos perigos associados a fenómenos geológicos, nomeadamente, terremotos, erupções vulcânicas, movimentos de vertente, cheias e erosão de zonas costeiras, sendo que estes eventos geológicos nos Açores, no passado, foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas e também por grande destruição e perdas materiais.

A somar a estes perigos naturais a que a Região está sujeita devido ao seu enquadramento geodinâmico, os Açores têm sido afetados também, cada vez mais, por fenómenos meteorológicos extremos, tal como tive oportunidade de referir de manhã e como se verificou ainda agora com a passagem do furacão “Lorenzo” pelos Açores, sendo que, infelizmente, essa tendência irá acentuar-se de futuro tendo em conta esta nova realidade de alterações climáticas. E neste contexto e tendo em conta esta elevada suscetibilidade a que as ilhas estão sujeitas à ocorrência de perigos naturais e que ameaçam gravemente a segurança das populações e que podem resultar na perda de vidas humanas e em avultadíssimos socioeconómicos e danos materiais, é determinante que os Açores possam estar, de facto, munidos de um Sistema de Proteção Civil extremamente eficiente, quer em termos preventivos, quer também ao nível da mitigação e da gestão dos danos resultantes e também na proteção e socorro das populações e dos bens.

Sendo certo que a atividade desenvolvida na Região pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e pelos restantes agentes de Proteção Civil tem um mérito reconhecido a nível nacional até e em muitas partes do mundo, como hoje de manhã também tive oportunidade de, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, saudar, a verdade é que existia aqui uma lacuna ao nível legislativo, de acordo com aquilo que está dispôsto no artigo

60.º da Lei de Bases da Proteção Civil e que agora se pretende colmatar com a aprovação deste regime jurídico.

Relativamente ao diploma em concreto, parece-nos que respeita aquilo que está disposto na Lei de Bases da Proteção Civil e segue de perto essa legislação e que em termos genéricos está bem contruída e adapta devidamente à realidade da Região essa legislação, definindo e clarificando aspetos essenciais, como o enquadramento, a coordenação e a execução da política de Proteção Civil, sem prejuízo do diploma poder ser, de facto, melhorado, acolhendo algumas sugestões, como aquelas que são feitas nos pareceres do Comando Regional da PSP e ainda também pelo Comando Operacional dos Açores.

Aprovado este regime jurídico, que era, de facto, uma peça-chave que estava em falta em termos legislativos, resta-nos, nesta matéria, continuar a exigir e a garantir a existência de recursos e meios e condições para que estes agentes de Proteção Civil possam fazer com que o Sistema Regional de Proteção Civil funcione de uma forma eficaz e também garantir que temos meios de previsão destes perigos naturais, nomeadamente dos fenómenos extremos, como, por exemplo, a rede de radares meteorológicos e as estações meteorológicas de superfície, que o CDS há muito tempo vem defendendo e que já propôs.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, como é assumido, vem adaptar à Região a atual Lei de Bases da Proteção Civil. E obviamente que é

uma proposta que faz todo o sentido e que era efetivamente necessária. Os Açores, como já aqui foi dito e como hoje tanto já se debateu, são uma Região onde a Proteção Civil tem um papel fundamental. E precisa, obviamente, de um enquadramento legislativo adequado, para além dos recursos que são necessários.

A proposta, em nosso entender, cumpre com aquilo que é necessário. Não temos grandes coisas a apontar à proposta. Estamos genericamente de acordo com ela e terá o nosso voto favorável.

Não podemos também deixar de falar, quando se está a falar de Proteção Civil, daquelas que são as entidades que têm responsabilidades na Proteção Civil. E não poderia deixar de falar naquilo que também já foi aqui apontado, que são as condições de trabalho de alguns dos principais agentes de Proteção Civil, que são os bombeiros dos Açores. Nos Açores, vive-se uma situação que é de veras inaceitável, em que há tabelas salariais de bombeiros, da tal Portaria n.º 10/2010, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E sobre o diploma?

O Orador: ... que estão com salários base muito abaixo do salário mínimo. Ora, isso não é aceitável, já se arrasta há demasiado tempo. Bem sabemos que há uma Comissão a trabalhar nesse assunto, mas já foi há praticamente 1 ano que foi aprovada aqui uma resolução nesta Assembleia de modo a que se reveja essa mesma portaria. E mais do que rever a portaria, julgo que o que é necessário é uma verdadeira carreira de bombeiros nos Açores, porque são os únicos agentes de Proteção Civil que não têm uma carreira própria.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é isso que está em discussão, Sr. Deputado!

O Orador: E julgo que a proteção civil e o trabalho dos bombeiros merecem esse reconhecimento. Muito mais do que as palavras que possamos ter aqui

de reconhecimento ao seu trabalho, é preciso que o seu trabalho seja reconhecido como uma carreira com condições de trabalho e com salários dignos numa profissão que é extremamente importante e é de risco. Nós não podemos continuar, numa região como a nossa, a depender muitas vezes do voluntariado. Ele é extremamente importante, mas é preciso muito mais do que isso.

E a questão que deixo aqui em jeito de intervenção final é: em que ponto é que está essa negociação e o que é que se prevê, obviamente, que vá acontecer? Qual é o ponto de situação e o que é que se prevê que vá acontecer? Não podemos ter uma Proteção Civil que usa trabalho low cost de bombeiros. É preciso uma Proteção Civil que valorize o trabalho dos bombeiros voluntários, sim, senhor, mas também dos bombeiros profissionais. Temos que mudar de paradigma, já estamos no século XXI, e o trabalho dos bombeiros tem que ser reconhecido!

(Neste momento, a Deputada Ana Luís reocupa o seu lugar de Presidente da Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito e passo a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para a Representação Parlamentar do PCP, a otimização e a operacionalização do Sistema de Proteção Civil reveste-se de uma elevadíssima importância, sobretudo tendo em conta que a natureza da nossa Região é com frequência assolada por fenómenos naturais que frequentemente deixam bem patente a nossa impotência perante as forças da natureza.

Simultaneamente, essas intempéries alertam-nos para a necessidade de cada vez mais nos organizarmos em termos de tomar as adequadas medidas preventivas dos mesmos, bem como minorar as suas consequências, reconstruindo quando necessário e repondo a normalidade da vida das populações.

É certamente consensual que a nossa Proteção Civil conta com o contributo sério, abnegado, responsável e solidário de muitos agentes, de que merecem especial realce as corporações de bombeiros voluntários e, nomeadamente, todos quantos lhes dão corpo.

A apreciação global que fazemos da Proposta de Decreto Legislativo Regional em discussão é globalmente positiva, quer pela adaptação que é feita para a Região da Lei de Bases da Proteção Civil, quer por se afigurar importante dotar a Proteção Civil Regional de um instrumento legal regulador da sua atividade.

Se é certo que no global esta Proposta de Decreto Legislativo Regional não nos oferece grandes dúvidas nem motivo de recusa, não podemos, contudo, deixar de salientar a dúvida que o n.º 2, do artigo 13º, que atribui ao Presidente do Governo Regional amplos poderes para quase tudo decidir através de despacho e sem necessidade do Conselho do Governo, nos oferece, nomeadamente em aspetos que em nossa opinião carecem de alguma ponderação e de coordenação por parte de algumas Secretarias Regionais.

Para a Representação Parlamentar do PCP não faz sentido que os critérios para a concessão de apoios materiais e financeiros possam ser definidos por simples despacho do Presidente do Governo, enquanto a racionalização da utilização de serviços públicos de transportes, comunicações e abastecimento de água e energia, bem como do consumo de bens de primeira necessidade, situações estas que em caso de catástrofe poderão ter de ser

resolvidas no imediato, estejam excluídas do âmbito do despacho previsto no artigo 13º, conforme claramente é expresso no seu n.º 2.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, pela sua localização geográfica e pelas características geológicas, é uma zona suscetível de uma maior ocorrência de alguns tipos de acidentes e de catástrofes de origem natural ou tecnológica.

Se dúvidas alguém tivesse, julgo que estas foram dissipadas na madrugada e manhã do último dia 2 de outubro – o furacão “Lorenzo” semeou a destruição. E só uma boa articulação do Serviço Regional de Proteção Civil tornou possível a inexistência de danos pessoais e a redução de danos materiais.

Ao longo dos anos, têm sido executados elevados investimentos, tanto a nível da formação do pessoal do corpo de bombeiros da Região, como a nível de infraestruturas, entre as quais importará salientar a rede de comunicações que tem demonstrado enorme fiabilidade. A título de exemplo, todas as redes de comunicação do concelho das Lajes das Flores colapsaram durante a ocorrência daquela intempérie, apenas existindo a do Serviço Regional de Proteção Civil que permitiu um conhecimento e acompanhamento das ocorrências que se registavam.

Mas se os investimentos em formação e infraestruturas é determinante, a existência de regulamentação, mais concretamente a definição de obrigações e competências, é imprescindível.

Assim, e no uso das competências autonómicas e conforme o estipulado na Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, o Governo Regional apresentou nesta Assembleia a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional. A presente proposta adapta à Região e à nossa realidade a nova legislação nacional. E dessa forma será dado um contributo importante para o funcionamento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Realço que esta proposta foi contruída com diferentes contributos dos parceiros da área, tendo sido apresentada em sessão pública, realizada em abril último desde ano, na vila do Nordeste. Em sede de Comissão de Política Geral, para a emissão de parecer, procedeu-se às audições definidas e foram analisados os pareceres escritos de parceiros intervenientes no processo, o que habilitou este Grupo Parlamentar para apresentação de propostas de alteração que, sendo aprovadas, melhorarão aquela que já era uma boa proposta.

Esta é a nossa convicção, que com a aprovação deste diploma se torne mais fácil a articulação entre todos os intervenientes do Sistema de Proteção Civil, contribuindo para uma pronta e mais eficaz intervenção sempre que tal se justifique e contribuirá para um aumento do sentimento de segurança de todos nós.

Termino dizendo que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta iniciativa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo como terminou a intervenção que me antecedeu. A Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pronto, não diga mais nada!

O Orador: ... tendo em conta que na nossa perspetiva estão asseguradas as especificidades da Região Autónoma dos Açores nesta matéria, que são integradas algumas das exposições que consideramos muito relevantes e que foram testadas, entretanto, no âmbito da legislação nacional e que a doutrina operacional desenvolvida ao longo dos anos na Região Autónoma dos Açores, relativa à coordenação das diversas entidades, também está acautelada no diploma. Reunidos estes três pressupostos, nós estamos em condições de votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um breve intervalo de 10 minutos, uma vez que houve propostas de alteração que já entraram na Mesa e que estão a acabar de ser fotocopiadas para poderem ser distribuídas por todos. Regressamos dentro de 10 minutos.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 37 minutos.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, uma vez que entraram várias propostas de alteração do Partido Socialista e, como é óbvio, nós não podemos, ao mesmo tempo que estamos a votar, analisar as propostas. Precisamos de algum tempo, como é óbvio, para votar em consciência e de forma adequada. Por isso, o intervalo julgo que é mais do que justificável.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h10.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, até porque vamos entrar no debate e votação na especialidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI – “Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores”.

Eram 17 horas e 18 minutos.

A Mesa recebeu propostas de alteração do PSD e do Partido Socialista, que já foram distribuídas por todos.

Eu agradeço que ocupem os vossos lugares para que a Secretária de Mesa possa fazer uma contagem inicial.

Vamos então iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então iniciar...

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entendeu, nesta fase, apresentar um conjunto de propostas de alteração que de certa forma espelham aqueles que também foram os contributos obtidos no âmbito dos pareceres recebidos na audição da Comissão de Política Geral. Temos um conjunto de contributos que melhoram o diploma, aquele que é um bom diploma, muito bem estruturado e que na matéria da Proteção Civil realça desde logo aquelas que são as nossas especificidades insulares, num território que é disperso, descontínuo, com características orográficas, geológicas e hídricas bem distintas.

Fazemos estas propostas com a certeza da melhoria deste diploma. Apresentamos aqui um conjunto e deixamos aqui à consideração da Sra. Presidente a votação dos mesmos de forma sequencial e até de forma conjunta se assim entender.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer também que a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores resultou precisamente de uma questão que foi colocada em sede de Comissão e que tinha a ver com a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos planos de emergência e de proteção civil de âmbito supramunicipal. E, portanto, a nossa proposta visa precisamente corresponder à questão que foi suscitada e ao parecer que foi assumido de forma mais ou menos consensual também em sede de Comissão, de modo a não ficar essa lacuna no diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, julgo não haver mais inscrições. Vamos iniciar as votações.

Artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu pergunto à Câmara, uma vez que só há propostas de alteração a partir do artigo 25.º, se há oposição a que este corpo de artigos possa ser votado em conjunto, nomeadamente do 2.º ao 25.º.

Não havendo oposição, está então à votação este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 25.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 26.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 27.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 29.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar conjuntamente, porque me parece que se manterá a unanimidade, os artigos 30.º, 31.º e 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 33.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Penso que poderei também colocar à votação conjunta os artigos 34.º e 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu, no que diz respeito ao artigo 36.º, proceder a uma alteração. Esta alteração vai, desde logo, naquela que é a substância do próprio diploma, assim como também de um conjunto de pareceres que foram recebidos e até indo ao encontro daquela mesmo que foi a dúvida levantada pelo PSD em sede de Comissão. Efetivamente e nesse sentido, entendeu o Partido Socialista, não só incluir aquela que foi a

chamada de atenção muito em particular do Sr. Deputado Carlos Ferreira, mas também dos pareceres, mas ir também ao encontro daquela que é, como dizia há pouco, a substância da forma estruturada como está o diploma e, desde logo, no que diz respeito aos planos de emergência naquelas que são as suas finalidades – as gerais e as especiais – e ao nível territorial a questão municipal de ilha supramunicipal e regional. E, por essa via, não discordando na totalidade com a proposta de alteração do PSD, mas entendendo que a proposta que o Partido Socialista traz tem mais substância no conjunto das análises e até porque a proposta do Partido Socialista acrescenta à do PSD e além de acrescentar também engloba um conjunto de matérias que nos parecem ser bastante importantes, desde logo, são asseguradas nesta legislação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então colocar à votação, em primeiro lugar, porque entrou primeiro na Mesa, a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, a este artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

É a do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; com 18 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 da Deputada independente.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada para este mesmo artigo, desta feita pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 da Deputada independente; e com 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 36.º da proposta com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 da Deputada independente; e com 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 37.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** A Sra. Presidente referiu o artigo 37.º da proposta, mas é o artigo 37.º da proposta com a alteração.

Presidente: Não fiz referência que era com a alteração aprovada, mas, sim, votamos o 37.º com a alteração que foi aprovada.

Passamos agora à votação o artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 39.º com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 40.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação os artigos 41.º, 42.º e 43.º da proposta, nomeadamente as disposições finais: norma revogatória e entrada em vigor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Encerramos este nosso ponto da agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Manuel Pereira... Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Acabamos de aprovar um Decreto Legislativo Regional que, no entender do Grupo Parlamentar Partido Socialista, já tinha na sua génese um conjunto de qualidades e vantagens para o funcionamento do Serviço de Proteção Civil nos Açores, mas graças ao contributo que foi dado pelos parceiros e que estão plasmados nos pareceres que recebemos em sede de Comissão e o trabalho desenvolvido por este Grupo Parlamentar, não esquecendo também o trabalho do Grupo Parlamentar do PSD, penso que acabamos de aprovar um documento que está melhorado e, portanto, melhor poderá servir para a segurança dos Açores e dos açorianos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 5 da nossa agenda: **Proposta de**

Decreto Legislativo Regional n.º 45/XI – “Regula a extinção da SAUDAÇOR, S.A.”.

Os tempos são os que normalmente temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e estão assim distribuídos: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; as Representações Parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos; e a Deputada independente, 5 minutos.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Colegas e Membros do Governo:

Iniciou-se, em 2018, o processo de reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, que abrange também a Saúde. O Setor da Saúde, de importância vital para o bem-estar e para o desenvolvimento económico e social da Região sofreu uma grande evolução. O financiamento do Serviço Regional de Saúde cresceu, em apenas uma década, mais de 50%, um esforço público que reflete a centralidade e a prioridade atribuídas à Saúde e ao bem-estar das açorianas e açorianos.

A Saudaçor foi criada, em 2003, com o objetivo de planear e gerir o Serviço Regional de Saúde, contratar bens e serviços necessários aos respetivos sistemas de informação, infraestruturas e instalações. Nas suas atribuições e competências consta também a realização de obras de construção, conservação, recuperação e reconstrução de unidades e serviços de saúde. Sucedeu ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde da Região Autónoma dos Açores procurando corresponder à complexidade, às necessidades do Serviço Regional de Saúde e às dificuldades de controlo do crescente volume de despesa. A sua criação visou ainda separar de forma clara as funções de

prestador e financiador de cuidados de saúde, perseguindo ganhos de eficiência e de qualidade.

Pretendia-se, então, um modelo inovador de gestão para satisfazer com qualidade e eficiência as necessidades dos cidadãos, dar resposta às exigências de atualização e melhoria de meios e estruturas.

E o Serviço Regional de Saúde e a população da Região Autónoma dos Açores ganharam, de facto, com a criação da Saudaçor. Durante 16 anos, esta cumpriu a sua missão no planeamento e gestão do Serviço Regional de Saúde com amplos benefícios para a comunidade. Destacou-se na prestação de serviços de gestão, nomeadamente através da central de compras, criada em 2010, que permitiu nesse ato poupar cerca de 9 milhões de euros. Teve um papel relevante também na centralização de financiamentos, na gestão dos sistemas de informação e no acompanhamento às unidades de saúde.

Mas o contexto mudou. A economia regional cresceu. O Serviço Regional de Saúde evoluiu e a Saudaçor atingiu um nível de maturidade que permite internalizar a sua atividade.

Deputado Luís Garcia (PSD): O que cresceu foi a dívida!

A Oradora: É chegada a hora de encerrar o ciclo de vida da Saudaçor, uma decisão que acreditamos servir melhor os interesses dos Açores.

Vamos continuar a prestação de um serviço público com ganhos nos indicadores de saúde, qualidade e eficiência. Hoje, vamos apresentar a proposta deste Governo para concretizar a extinção da Saudaçor em moldes semelhantes à Sociedade de Promoção e Reabilitação de Infraestruturas, isto é, assente na internalização de serviços e de recursos humanos. Passo a descrever:

– As atribuições e a documentação a que a elas diz respeito, até agora no domínio da Saudaçor, são integradas na Direção Regional de Saúde. Passará

esta a contratualizar a produção, a celebrar os contratos de gestão e programa e a realizar os respetivos pagamentos com as unidades de saúde e hospitais;

– Realizará concursos centralizados para o estabelecimento das condições de fornecimento de bens e serviços, ficando responsável pelos planos de investimento e por candidaturas a fundos comunitários nacionais e regionais;

– Acompanhará a atividade de prestação de cuidados, monitorizando os respetivos indicadores;

– Para a sua esfera passará ainda a gestão dos temas de informação do Serviço Regional de Saúde;

– A nova orgânica da Secretaria Regional da Saúde está já concluída e foi reforçada de forma a acomodar as novas atribuições e competências, encontrando-se, neste momento, apenas a aguardar a publicação do diploma que agora se apresenta;

– O património ativo e passivo, incluindo emissões obrigacionistas, será liquidado por transmissão para o acionista Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional do Orçamento e Tesouro;

– A dívida financeira e que já é consolidada nas contas públicas passará a constituir-se como dívida da Região. Aproveito para lembrar que esta dívida resulta de um processo de transformação da dívida comercial vencida dos hospitais em dívida financeira, que permitiu à Região obter condições mais vantajosas de financiamento com as poupanças daí decorrentes. A este propósito destacamos a elevada procura registada pela colocação no mercado, na passada segunda-feira, do empréstimo obrigacionista de 120 milhões de euros, a 8 anos, pela Sudaçor. A operação, que não aumentou o endividamento, vai substituir financiamentos, reduzir as taxas de juro e diminuir encargos financeiros. Esta redução representa uma poupança de 3.3 milhões de euros por ano, o que no conjunto dos 8 anos se traduz numa poupança total de 26.8 milhões de euros. Este montante permitirá reforçar as

transferências para os hospitais e para as unidades de saúde de ilha, ou seja, a partir do próximo ano, os hospitais e as unidades de saúde de ilha terão disponíveis mais 3.3 milhões de euros por ano;

– Quanto aos contratos públicos de aprovisionamento e aos contratos de mandato em execução, bem como aos procedimentos pré-contratuais em curso, no âmbito da central de compras, passarão a égide da Direção Regional de Saúde. O mesmo acontecerá com a gestão dos equipamentos, o parque informático e outros bens móveis integrados no património da Saudaçor;

– Os contratos de gestão e de programa celebrados com as unidades de saúde mantêm-se em vigor, garantido a continuidade da prestação de cuidados e objetivos contratualizados, assumindo a Região Autónoma dos Açores a posição jurídica da Saudaçor. Já o contrato programa celebrado entre a Saudaçor e a Região Autónoma dos Açores caducará com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional de extinção;

– Para as Direções Regionais do Orçamento e do Tesouro e da Saúde transita o contencioso que esteja pendente;

– Quanto aos trabalhadores, pretendendo-se salvaguardar as competências adquiridas e o conhecimento constituído ao longo de mais de uma década, garantimos a manutenção dos postos de trabalho. Todos os trabalhadores poderão, caso assim desejem, transitar para a Direção Regional de Saúde. Os trabalhadores detentores de contrato de trabalho por tempo indeterminado poderão já transitar para a Direção Regional de Saúde ao abrigo do regime de cedência de interesse público e, posteriormente, ingressar nos quadros do Serviço Regional de Saúde através de procedimentos concursais para as funções e atividades que se encontravam a executar na Saudaçor, posicionando-se na categoria das carreiras a que teriam direito por força do tempo do trabalho prestado. Os concursos deverão ser lançados num prazo

máximo de 30 dias a contar da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional que extingue a Saudaçor. A integração deverá fazer-se com respeito, naturalmente, pelos requisitos legalmente exigidos para ingresso nas carreiras e categorias do Regime Geral da Função Pública postas a concurso. O tempo de exercício de funções com relação jurídica de emprego na Saudaçor será compatibilizado para efeitos de duração do período experimental e para atribuição da posição remuneratória, bem como para efeitos de férias e de carreira contributiva. Os trabalhadores da Administração Pública Regional abrangidos pelo regime da função pública poderão regressar aos seus serviços de origem. Caso estejam a exercer funções como titulares de órgãos de administração e de gestão no Setor Público Empresarial ou em Gabinetes de Membros do Governo poderão manter esses cargos até à celebração do contrato de trabalho. Os acordos de cedência de interesse público vigorarão, porém, apenas até à celebração do contrato de trabalho com a Administração Regional Autónoma.

Todo este processo será oportunamente explicado aos trabalhadores envolvidos por via de agendamento de audições com cada um individualmente.

Os estatutos da Saudaçor manter-se-ão em vigor até à data de conclusão do processo de extinção.

A extinção da Saudaçor nos moldes aqui propostos permitirá manter os inúmeros benefícios adquiridos, entre os quais destacamos o reforço do controlo centralizado de atividades e despesa, bem como a otimização da estrutura da Secretaria Regional.

Com a integração da central de compras, a Direção Regional de Saúde deverá reforçar o seu papel integrador e articulador, promovendo transparência e eficiências acrescidas. Passará a dispor de todos os instrumentos de implementação e operacionalização das políticas de saúde, o que irá

potenciar o alinhamento entre decisão financeira, contratualização com as unidades de saúde e hospitais, orientações clínicas e, conseqüentemente, os ganhos em saúde daí decorrentes.

Para concluir, queremos deixar claro que a decisão de extinção da Saudaço decorre de uma nova estratégia. Os sistemas de saúde confrontam-se com grandes desafios decorrentes das mudanças sociais e tecnológicas e há que responder de forma rigorosa e exigente, tendo a coragem de reorganizar o sistema numa perspetiva articulada e integradora para melhor prestar cuidados, mas, sobretudo, proteger a saúde e promover o bem-estar das açorianas e açorianos.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Em primeiro lugar, dizer-lhe que é curioso que ao fim de 10 anos seja V. Exa. a anunciar aqui o anúncio de extinção da Saudaço. Não deixa de ser um facto de se notar, já que era Presidente da Saudaço justamente quando o CDS pedia a extinção da Saudaço, em 2009.

E 9 anos depois, após o anúncio da constituição da Comissão de Inquérito, por proposta do CDS e apoiada pelo PSD e pelo PPM, o Governo, a seguir, anuncia a intenção de extinguir a Saudaço, intenção essa que nós apoiamos desde a primeira hora. E, realmente, na Comissão de Inquérito foram apurados factos relevantes para essa matéria.

E devo dizer, Sra. Secretária, que, passados 9 anos e 640 milhões depois, deram-nos razão que era preciso um novo paradigma para a Saúde, um novo paradigma de política pública para a Saúde que a Saudaçor, sobretudo nos últimos anos, foi incapaz de levar a cabo.

A Saudaçor falhou no seu objetivo (eu terminarei na história do passado, mas não irei muito ao passado), porque a Saudaçor falhou na informatização, falhou na aquisição e falhou na gestão. Falhou na informatização, como sabem, porque não conseguiu informatizar o Serviço Regional de Saúde, como estava previsto. Falhou na aquisição porque foi incapaz de instalar uma central de compras digna desse nome, acontecendo até que os hospitais compravam mais barato que a Saudaçor. E falhou na gestão quando nos deixa o descalabro financeiro que nos deixou e que agora é integrado na Região. Ou seja, hoje em dia, no novo paradigma de políticas públicas na Saúde, hospitais e centros de saúde não conseguem comunicar uns com os outros, para prejuízo dos utentes.

E, portanto, é bem-vinda essa extinção. Peca por tardia, mas finalmente vamos extinguir aquilo que o CDS há uma década defende e propõe consecutivamente.

Queria-lhe apenas dizer, Sra. Secretária, terminando, fazendo aqui uma referência ao seu primeiro Presidente, António Luís Teixeira, hoje, Presidente da SATA, portanto, referindo aí o cavalheiro Sr. Presidente António Luís Teixeira, primeiro Presidente da Saudaçor, eu acho que o Governo devia dizer aos açorianos: i apologize, i apologize, i apologize.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

A extinção da Saudaço, portanto, é sabido, é também defendido por esta bancada, por este Grupo Parlamentar, e também já viabilizamos aqui a proposta que foi defendida por si aprovando em sede de Comissão e votando favoravelmente o relatório que acompanha este diploma. Mas, no entanto, não podíamos nem devemos prescindir desta oportunidade de lembrar esta Assembleia, de lembrar os açorianos e as açorianas que a extinção da Saudaço não surge de um dia para o outro, também como fez aqui transmitir. Gostaria de questioná-la em relação àquilo que afirmou em sede de Comissão no que concerne ao grupo de trabalho que disse que estaria a ser criado e às suas funções, uma vez que em sede de Comissão não clarificou aquela que seria a função do grupo de trabalho. E gostaria de questioná-la se eventualmente esse grupo estará a avaliar a transferência da dívida pública dos hospitais da Região, que antes, recorde, era da responsabilidade da Saudaço.

Desde a sua criação que o Governo Regional não se cansou, portanto, de enumerar as diversas vantagens desta empresa pública, mas todos nós sabemos, aliás, temos vindo a alertar que esta empresa serviu para o Governo Regional obter diversos empréstimos bancários destinados ao financiamento do Serviço Regional de Saúde e fugindo assim às limitações da dívida pública.

Deputado Carlos Silva (PS): A Saudaço, não o Governo!

A Oradora: Tendo sido alterados, portanto, estes critérios quanto à inclusão do perímetro orçamental da Saudaço, obviamente que esta justificação deixou, como é óbvio, de fazer qualquer sentido. E, portanto, Sra. Secretária, as vantagens da existência da Saudaço sempre foram diminutas para o Serviço Regional de Saúde, sendo a maior prova disso o próprio reconhecimento, agora, do Governo Regional em promover a sua extinção e a integração das suas funções no âmbito da Direção Regional de Saúde, sem

que se tenha propriamente verificado qualquer alteração às condições do próprio Serviço Regional de Saúde.

Gostaria também de referir e ainda que não tenha implicações nas alterações da dívida pública, que o valor dos financiamentos bancários da Sudaçor atingiam, a 30 de junho deste ano, cerca de 735 milhões de euros. Portanto, um valor bastante avultado, como já foi aqui referido.

E, portanto, Sra. Secretária, nem mesmo os anúncios que fez de poupanças, que em sede de Comissão anunciou que teriam sido poupados cerca de 8.7 milhões, mas recordo que esses 8.7 milhões foram repartidos por 15 anos. Portanto, ainda que o Grupo Parlamentar do PSD concorde com esta iniciativa, como já referi, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está a custar-lhe!

A Oradora: ... e também a defendeu no âmbito do seu eventual programa de Governo em 2016, não podemos deixar de criticar aquela que é a incoerência deste Governo, que, ao longo de muitos anos, foi apregoando as inúmeras vantagens da Sudaçor, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para agora finalmente e tardiamente vir anunciar a sua extinção. Apesar disto tudo, vamos, obviamente, viabilizar esta iniciativa. Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais, Sr. Vice-Presidente: O Bloco de Esquerda saúda a proposta que o Governo Regional traz hoje a esta Casa e que extingue a empresa pública Sudaçor. Deste 2012 que o Bloco de Esquerda apresenta reiteradamente esta mesma proposta. Desde

essa data, o Governo Regional e o Partido Socialista recusaram sempre as propostas do Bloco de Esquerda que visavam a extinção da Saudaçor.

Porquê agora esta proposta que vem consagrar a decisão do Governo Regional, de há cerca de 1 ano atrás, no quadro da chamada reestruturação do Setor Público Empresarial Regional? Como sempre dissemos, desde 2012, a constituição da Saudaçor cumpria dois objetivos à data da sua constituição, objetivos esses que se complementavam: por um lado, esconder a suborçamentação crónica do Serviço Regional de Saúde e, ao mesmo tempo, como a empresa não estava incluída no perímetro orçamental da dívida pública regional, esconder essa mesma dívida pública. Instrumento este de esconder a dívida pública, aliás, usado proficuamente pela maioria das Câmaras Municipais em todo o País com duplo objetivo: esconder essa mesma dívida pública e ter um instrumento para garantir os famosos “jobs for the boys”... or girls.

Como por demais de uma vez demonstramos nesta Casa, as funções da Saudaçor como fator de poupança ou de eficiência eram meros pretextos.

Deputado Carlos Silva (PS): Tudo para dizer isso!

O Orador: Nada que outros organismos públicos não pudessem executar, como por exemplo a famosa central de compras. O que estava em causa e sempre denunciámos foi a falta de transparência e opacidade, para além dos empregos de cartão que esta empresa possibilitava.

Deputado Carlos Silva (PS): Isto merecia um protesto!

O Orador: A partir de 2014, com a entrada de novas metodologias impostas pela União Europeia sobre a quantificação da dívida pública, ficou inutilizado um dos vetores que determinava a constituição e a manutenção da Saudaçor. Fica claro, após anos de defesa desta estrutura opaca por parte do Governo Regional, a razão da sua extinção: a Saudaçor já não serve os objetivos para que foi criada. E fica claro outra coisa: que todos os méritos

propalados pelo Governo Regional ao longo dos anos sobre esta empresa afinal não existiam. Se fossem verdade, não se percebe agora por que razão desapareceriam.

E tal como sempre disse o Bloco de Esquerda, a empresa devia ter sido internalizada na Administração Pública Regional, como agora este diploma em apreciação vem propor.

A defunta Saudaçor teria, para o Governo, de ficar bem-vista para a posteridade. Por isso, nas suas exéquias fúnebres, o Governo Regional decidiu criar uma manobra de encobrimento da sua real função e em vésperas da discussão deste diploma, que assume a sua extinção, tira o Governo Regional da cartola mais uma encenação para confundir a opinião pública: a Saudaçor conseguiu um empréstimo obrigacionista...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é factual!

O Orador: ... de 120 milhões de euros para a reestruturação da sua dívida, em que se poupa 3.3 milhões de euros. Dá vontade de dizer ao Sr. Presidente (que já não está) e ao Sr. Vice-Presidente e à Sra. Secretária: poupem-nos de tanta afronta à nossa inteligência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Todos sabemos que o que foi feito desta parte poderia ter sido feito pelo Governo Regional da mesma forma. Nada, aliás, que a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública não tenha vindo a fazer ao longo dos últimos anos com a gestão da dívida pública nacional, aproveitando as políticas monetárias empreendidas pelo Banco Central Europeu, no auge da crise iniciada em 2010, de compra de dívida pública e baixos juros.

Neste quadro todos percebemos então duas coisas: primeiro, que o Bloco de Esquerda tinha razão quando, desde 2012, reclamava o fim desta empresa pública; segundo, que a vida por vezes escreve direito por linhas tortas e

perante a evidência do anacronismo que hoje constitui a Saudaçor, o Governo Regional, perante as evidências, resolve extingui-la.

Como desde 2012 e como consequentemente reclamamos, votaremos obviamente a favor desta iniciativa do Governo Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): Tanta coisa só para dizer isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A extinção da Saudaçor é uma medida há muito tempo defendida pela Representação Parlamentar do PCP. Quanto à reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, só deixamos a nota que esta foi tardiamente executada.

O PCP sempre defendeu que a Região deve continuar a assumir o seu papel na economia, detendo as empresas estratégicas que asseguram serviços essenciais para o nosso arquipélago, que não podem ser confundidas com outras entidades empresariais que se limitam a duplicar funções que podiam e deviam ser exercidas diretamente pela Região e que servem apenas para aprofundar o endividamento regional.

Reafirmamos o papel estruturante de algumas empresas do Setor Público Empresarial Regional, designadamente da EDA, da SATA, entre outras. Empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento harmonioso da Região e que o PCP considera que devem continuar no domínio e controle público. O Sector Público Empresarial desempenhou e desempenha um importantíssimo e insubstituível papel na economia regional. O Governo do Partido Socialista insiste que as privatizações são a solução para todos os problemas da nossa economia, mas esta análise é errada, ao qual podemos apontar o exemplo de Santa Catarina, e da SATA.

A Representação Parlamentar do PCP entende que é justificável a extinção de empresas como a Saudaço, porque a Secretaria Regional da Saúde, como tutela, tem toda a capacidade de assumir estas funções. Novamente alertamos que é necessário/urgente uma planificação sólida e objetiva na gestão do Sector Público Empresarial Regional.

Lutar pela manutenção do Sector Público Empresarial na Região é algo que se impõe a todos os açorianos verdadeiramente preocupados com o futuro da sua região.

Relativamente ao processo de extinção em causa, será do maior interesse e merecerá a nossa grande atenção acompanhar a integração de todos os trabalhadores da Saudaço na Direção Regional de Saúde, com respeito pleno e integral pelos seus direitos laborais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O passivo da Saudaço, no final do primeiro trimestre deste ano, totalizava 750 milhões, dos quais 150 milhões terão um impacto direto no orçamento da Região até 2032. Sras. e Srs. Deputados, isto chama-se hipotecar o futuro dos nossos jovens!

Vem a Sra. Secretária à Comissão defender que uma das grandes vantagens de ter criado a Saudaço era porque a Saudaço afinal tinha uma central de compras que até poupou 8.7 milhões em 15 anos. Poupou 8.7 milhões em 15 anos, mas criou durante esses 15 anos, por ano, 50 milhões de dívida!

E a questão que se coloca é: criou-se uma empresa pública na Região para servir da saúde dos açorianos? Os açorianos beneficiaram com essa empresa pública, tendo, hoje, melhores condições de saúde? Não vale a pena elencar todas as questões das 13 mil cirurgias que continuam em lista de espera, dos

médicos especialistas que continuam a não ir às ilhas, dos enfermeiros que não estão nas SIV e que põem em causa as populações.

E, portanto, esta dívida não foi um investimento! É porque pode haver dívida que represente um investimento na melhoria das condições dos açorianos. Esta dívida foi única e exclusivamente o resultado de uma gestão no mínimo irresponsável, para não dizer desastrosa.

E a questão que se coloca aqui é que, finalmente e passados os 15 anos, faz-se o mea-culpa, reconhece-se que a Saudaçor não devia ter sido criada, dizendo que agora, finalmente, vamos extinguir a Saudaçor. Mas deixamos um lastro de dívida que vai ter que ser pago durante anos e anos pelos nossos filhos e pelos nossos netos com o esforço do seu trabalho, o dinheiro de todos nós!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que estamos, agora, aqui, a debater e a apreciar é um diploma que vem na sequência daquilo que foi a decisão do Conselho do Governo na reestruturação do Setor Público Empresarial Regional. Essa é uma decisão que está tomada através da publicação de Resolução n.º 74/2019. Foi sobejamente explicado pelo Sr. Presidente do Governo, em 26 de janeiro de 2019, o porquê da reestruturação do Setor Público Empresarial na Região. E, portanto, este diploma vem no sentido de dar cumprimento àquilo que é precisamente esta iniciativa do Governo.

Essencialmente, este diploma segue aquilo que já foi dito pela Sra. Secretária, que tem a ver com a internalização da Saudaçor no Setor Público,

nomeadamente na Direção Regional da Saúde e na Direção Regional do Orçamento e do Tesouro.

Nós reconhecemos que a Saudaçor, à data em que foi criada, em 2003:

- Trouxe modernização ao modelo empresarial que nós implementamos na Região e sobretudo nos três hospitais;
- Trouxe vantagens e permitiu agilizar procedimentos que tinham a ver com contratação pública e formas de financiamento, tendo em conta a transposição para a legislação nacional das diretivas da Comunidade Europeia e do Conselho sobre o Código da Contratação Pública;
- Veio melhorar e consolidar e também trazer ganhos de rendimento no âmbito da concertação das dívidas dos hospitais;
- A Saudaçor, à data em que foi criada e por estes anos, trouxe, para além daquilo que aqui foi dito pela Sra. Secretária, os ganhos que trouxe ao Serviço Regional de Saúde.

Chegado o momento em que é preciso repensar o Setor Público Empresarial Regional, foi considerado que a Saudaçor e as suas atribuições e competências poderiam ser integradas na Secretaria Regional da Saúde, nomeadamente na Direção Regional da Saúde e na Direção Regional do Orçamento e Tesouro naquilo que diz respeito ao contencioso, aos ativos e aos passivos.

Portanto, esta iniciativa é uma boa iniciativa, é um diploma que nós consideramos equilibrado, é um diploma que salvaguarda a transição das atribuições para a área da Saúde, como salvaguarda a internalização dos seus funcionários, salvaguarda os seus funcionários, o seu tempo de serviço, a sua posição e o seu ingresso no Setor Público.

Por isso, o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta iniciativa e ao mesmo tempo também saúda o Governo por trazer este diploma que

consideramos muito equilibrado tendo em consideração os objetivos a que se propõe.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós temos aqui, este diploma que o Partido Socialista considerou muito equilibrado, é a história de um enorme fracasso! Esta empresa deixa um buraco monstruoso de 750 milhões de euros! Não custa nada a dizer, custa muito a pagar e custa fundamentalmente 18 milhões de euros por ano só em juros. É uma coisa monstruosa! Um fracasso monstruoso por parte da Governação do Partido Socialista!

Deputado José Contente (PS): O senhor vai ganhar o prémio Nobel!

O Orador: Que serviu, sobretudo, como aqui já foi dito e todos nós sabíamos e os Srs. Deputados do Partido Socialista também sabem, o Governo, para sustentar a suborçamentação crónica que o Partido Socialista e o Governo introduziram nos orçamentos anuais da Região. É evidente que os meios que todos os anos eram considerados para a Saúde eram meios insuficientes, eram um conjunto de verbas absolutamente insuficiente para enfrentar as necessidades do Setor da Saúde. E, portanto, esta foi a forma de governar nesta matéria, ou seja, remetendo para a Saudaçor, que fundamentalmente tinha uma função e a função era acumulação de dívida.

Porque é que o Governo decidiu terminar com a vida da Saudaçor? Decidiu porque deixou de poder exercer aquela que era a sua função fundamental, que era ser uma espécie de porta dos fundos, que servia sobretudo para permitir que dívida fosse remetida para a porta dos fundos. A partir do

momento em que é integrada no perímetro orçamental, deixou de fazer sentido este truque.

Deputado Carlos Silva (PS): Há quantos anos foi isso?

O Orador: Mas devo-lhe dizer que todos nós, a opinião pública açoriana tem, evidentemente, a perceção do enormíssimo fracasso que isto significou. Não só foi um fracasso, como também significa uma pesada herança para todos os açorianos, uma herança de 750 milhões de euros que vai custar muito a pagar às próximas gerações e que vai exigir um esforço muito grande de todos.

E eu que sou professor de história é importante sempre referenciar a história, a história que está muito maltratada. Nas sociedades atuais é sempre muito importante. Estamos todos a pensar sempre no mediatismo, mas é importante verificar estas coisas: é que o Partido Socialista, há 23 anos, quando começou a sua gestão na área da Saúde, começou com o conta-quilómetros a zero com o perdão da dívida que foi efetuado pelo então Primeiro-Ministro Guterres! Portanto, começou com o conta-quilómetros a zero nesta matéria! E só na Saudaçor deixou-nos um conta-quilómetros invertido, um conta-quilómetros com 750 milhões de euros. É preciso que se tenha a consciência destes factos. E por isso, o Partido Socialista o que deveria fazer aqui, e o Governo, era de facto reconhecer as suas responsabilidades políticas e dizer honestamente ao que vinha e porque é que toma estas decisões agora e neste momento e nesta conjuntura. Mas não o fez. E, portanto, fez aqui um discurso em que tenta fazer de conta que isto não foi um enorme fracasso, que isto tudo não representa um enorme buraco orçamental para a Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Julgo não haver inscrições. Vamos então passar ao debate e votação. Então vamos votar na generalidade o diploma e depois, sim, passar ao debate e votação na especialidade.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é para uma inscrição para declaração...

Presidente: Sim, debate na especialidade.

O Orador: Ah, debate na especialidade. É declaração de voto, peço desculpa.

Presidente: Declaração de voto só no final, Sr. Deputado.

Vamos então votar na especialidade. Pergunto se há alguma inscrição para o debate. Não havendo, vamos então iniciar a votação.

Artigo 1.º e 2.º, julgo que posso colocar os dois à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 2.º... ao artigo 3.º, peço desculpa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 3.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes artigos do diploma, à exceção do 13.º, não sofreram qualquer proposta de alteração. Julgo que os poderei colocar à votação conjunta, nomeadamente do 4.º ao 12.º. Não havendo oposição, está à votação este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora este artigo com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

Deputado Manuel Pereira (PS): Prescinde.

O Orador: Não, não prescindo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É impressionante a pressa do Partido Socialista em despachar este diploma o mais rápido possível!

Deputado Manuel Pereira (PS): O PPM!

O Orador: Bem, eu tenho que me centrar naquilo que é a declaração de voto. É impressionante que uma empresa que deixa esta dívida monstruosa praticamente não gerou debate nesta Casa. Esta é uma das matérias mais importantes desta legislatura, que foi aqui deliberada. E não houve debate, porque pura e simplesmente há uma força política que tem responsabilidades nesta matéria que pura e simplesmente não esteve presente e, portanto, abdicou do debate parlamentar. E o que está à espera é que isto passe o mais depressa possível para poder lançar uma esponja sobre isto.

Eu quero dizer que votei favoravelmente esta matéria, porque, evidentemente, há muitos anos que o PPM defendia a extinção da Saudaçor. E votei sem ser um ato de contrição, sem ser algo que significa um fracasso. Não estou a contrariar tudo aquilo que disse nos últimos anos. Pelo contrário, estou a confirmar aquilo tudo que disse ao longo de todos os anos. Nem todos os partidos presentes aqui neste hemiciclo podem dizer a mesma coisa. Há muita gente que hoje engoliu um enorme sapo.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem engoliu um sapo foi o senhor!

O Orador: E por isso, como é evidente, nós, o PPM manteve a coerência em relação àquilo que defendeu sempre. E obviamente que esta empresa morre hoje sem glória, mas que deixa uma herança pesadíssima para todos nós e para a sociedade açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apraz registar e congratula-se com a votação desta proposta de diploma, que concretiza aquilo que foi determinado relativamente ao Setor Público Empresarial Regional. Demonstrou aqui as razões, quer pelo Governo, quer por esta bancada, o porquê desta iniciativa. E o Partido Socialista está sempre disponível para falar sobre Saúde e sobre tudo o que houver para discutir sobre Saúde.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Aliás, já tivemos, nos últimos tempos, oito debates de urgência, três interpelações. Ainda na anterior sessão legislativa assim aconteceu e assim acontecerá sempre que o Partido Socialista for solicitado a debater aquilo que tiver que debater, sem receios nem quaisquer constrangimentos, a situação da Saúde na Região.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de dizer, obviamente que esta é uma ação que nós já vínhamos a defender há algum tempo e, portanto, viabilizamos esta proposta do Governo porque não faz qualquer sentido o que se vem assistindo desde a sua criação a esta parte e que culmina com o fim de uma empresa regional com 750 milhões de euros em prejuízo, dívida esta que

obviamente acarretará consequência num futuro próximo para todos os açorianos e todas as açorianas.

Lamento também que a única pergunta que tenha sido feita, também em sede de Comissão e aqui neste debate, não tenha sido respondida por parte da tutela e que gostaria que fosse esclarecida, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Qual é a pergunta? Isso é no debate, não é na declaração de voto! Só falou uma vez!

A Oradora: ... porque, de facto, extinguir uma empresa e criar um grupo de trabalho para a sua extinção quando aparentemente será um processo fácil, obviamente que nos suscita grandes dúvidas. E lamento que em sede de debate esta questão não tenha sido respondida.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais declarações de voto. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para...

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 18 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Vamos entrar agora no ponto 6 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 147/XI – “Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são aqueles que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD apresentou, em maio de 2019, uma iniciativa...

Deputado Carlos Silva (PS): Vais retirar ou não?

O Orador: ... que visava a reabilitação do Porto das Poças, a conclusão da obra, que se iniciasse exatamente a seguir àquela primeira fase que está a decorrer. Ora, nesta altura, os pressupostos relativamente àquela infraestrutura eram outros do que aqueles que são hoje. Entendemos que à data fazia todo o sentido a iniciativa que o PSD apresentou. Hoje e depois da passagem do furacão “Lorenzo”, os pressupostos são outros. Há necessidade de outras ponderações e eventualmente de outras avaliações. Neste sentido e responsabilmente o PSD anuncia a retirada da iniciativa e vai entregar na Mesa um ofício a formalizar essa retirada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 118.º, o PSD retira a iniciativa. Por isso o ponto fica, naturalmente, encerrado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora para o ponto 7 da nossa agenda. O ponto 7 é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XI – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2020 a 2023”**.

Os tempos também são os mesmos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira reocupa o lugar de Secretário da Mesa)

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta decorre de um artigo da Lei de Finanças Regionais que prevê que seja apresentado, anualmente, à Assembleia Legislativa Regional, uma previsão de um quadro plurianual de total de despesa no âmbito dos próximos 4 anos com o montante indicativo de valor máximo.

Efetivamente, como tive oportunidade de esclarecer na Comissão, estamos perante aqui uma matéria que eu penso que em próxima revisão da Lei de Finanças Regionais deve ser revista, porque a verdade é que estamos aqui em outubro a analisar um quadro que vai ser alterado. Já era antes e agora com o que aconteceu na sequência do furação, obviamente tem que ser totalmente alterado. Mas já teria que se antes. Já era antes alterado porque vai ser revisto e revogado no âmbito do Decreto Legislativo Regional do Orçamento que será entregue nesta Assembleia no final deste mês e que terá também outro quadro atualizado.

A diferença deste quadro face ao dos anos anteriores e não permite a comparação com os anos anteriores, é que, de acordo também com uma recomendação do Tribunal de Contas, este quadro passou a incluir, não só a administração direta, como a administração indireta, os fundos e serviços autónomos e todas as empresas que estão dentro do perímetro da Administração Pública Regional naquilo que concerne às transferências líquidas em termos de despesas.

E, portanto, é esse quadro que tem esse enquadramento, que, como também tive oportunidade de explicar, tem um enquadramento global daquilo que se prevê, o total da despesa para cada um destes 4 anos por departamento, passando o deste ano a incluir toda essa abrangência em termos de outras entidades e assim ser um quadro consolidado do total da despesa. E que pretende cumprir uma norma que está no Orçamento e que será atualizado e voltaremos a discutir no próximo mês outro quadro no âmbito do Orçamento da Região para o próximo ano.

E evidentemente que, face às circunstâncias das últimas semanas, o mesmo tem que ser profundamente alterado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este diploma e à obrigatoriedade da apresentação deste quadro plurianual de programação orçamental, julgo que estaremos de acordo de que fará pouco sentido a sua apresentação nesta altura, quando para o mês que vem este quadro será revogado. Aliás, já em 2018 tivemos exatamente esta mesma discussão. O Sr. Vice-Presidente fez uma intervenção inicial em que nos alertou para o facto do timing de apresentação deste quadro ser inadequado, de que não fazia sentido haver uma duplicação de quadros, de que o mesmo seria revogado aquando da apresentação do quadro do Plano e Orçamento e que se tratava, no fundo, de um erro da própria lógica da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, cuja norma deveria ser revista numa próxima alteração. E até aí nós estamos de acordo. Mas o Sr. Vice-Presidente diz também, disse na altura e diz agora que a apresentação deste quadro nesta altura pretende cumprir com uma recomendação do Tribunal de Contas no sentido de dar cumprimento a uma

norma da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. A questão é que, para cumprir com o disposto no n.º 2, do artigo 20.º, dessa lei, o Governo deveria apresentar este quadro até ao dia 31 de maio e não em outubro, o que torna ainda mais...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não apresentou em outubro!

O Orador: Em setembro, pronto.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é em setembro!

O Orador: Quando é que foi apresentado isto? Não foi apresentado em maio!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A data de 31 de maio é de entrega na Assembleia e este ano foi entregue em junho. Não foi em outubro nem em setembro.

O Orador: Mas deveria ter sido entregue a 31 de maio.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi em 31 maio, foi a 7 de junho.

O Orador: Não foi entregue a 31 de maio e, portanto, de alguma forma também não cumpre com a recomendação do Tribunal de Contas e com aquilo que está disposto na Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Por outro lado, já em 2018, levantamos uma série de questões em relação a esta matéria e, de facto, nós continuamos a ter algumas dúvidas em relação à forma como este quadro é construído e apresentado, porque a verdade é que não é feita qualquer explicação ou fundamentação do que quer que seja. É apresentar um quadro com verbas desagregadas por áreas orgânicas, no fundo, por Secretarias, mas não é sequer apresentado uma desagregação por agrupamentos de programas, como devia, de acordo com o n.º 5, do artigo 20.º, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Por outro, também não se torna possível perceber outras questões, por exemplo: se está, ou não, em consonância com os limites e com os objetivos estabelecidos no Plano de Estabilidade e Crescimento, tal como previsto no artigo 20.º, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas; e também não sabemos se tem em conta, ou não, as perspetivas macroeconómicas apreciadas e discutidas pelo Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, de acordo com o artigo 17.º da referida lei.

E, portanto, no nosso entendimento, não está vertida nesta Proposta de DLR a necessária fundamentação, nem tão pouco sabemos ou podemos ter a certeza de que são respeitados os preceitos legais para fazer uma apreciação segura deste diploma. E não fica claro o que é que afinal estamos a discutir e o que é que vamos votar e com base em quê.

E, portanto, eram estas algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito já foi aqui referido sobre este quadro e sobre a sua comparação com o quadro que existia no passado, mas também é importante e o Partido Socialista quer aqui realçar que a apresentação deste quadro resulta do cumprimento da lei e também resultada do acatamento de uma daquelas que foram as recomendações do Tribunal de Contas, porque muitas vezes o Governo tem sido aqui nesta Casa acusado de não cumprir. Este é um bom exemplo daquilo que é cumprido e é apresentado a esta Assembleia.

É verdade que ele será substituído, mas isso não invalida que se faça a análise, como já foi aqui inicialmente feita pelo Sr. Deputado Alonso Miguel,

tal como foi também, em sede de Comissão Parlamentar, feita a análise pelas Sras. e Srs. Deputados.

Ao contrário dos mapas dos anos anteriores, este abrange todo o perímetro de consolidação da Administração Pública Regional, abrange todas as empresas e entidades incluídas no perímetro, o que não acontecia antes. E esta é uma grande diferença.

Alem disso, importa também aqui tecer algumas considerações sobre alguns dos montantes e prioridades que estão elencados no quadro. Em primeiro lugar, evidencia, desde logo, uma das prioridades do Partido Socialista e do Governo Regional, que tem a ver com a afetação de verbas à Secretaria Regional da Saúde. A título meramente explicativo, no período entre 2020 e 2023, há uma variação da dotação afeta à Saúde em mais 21 milhões de euros, atingindo, no final de 2023, cerca de 415 milhões de euros. Isso demonstra bem a importância que o Partido Socialista dá e que o Governo também tem vindo a assumir sobre aquelas que são as prioridades ao nível de acesso à Saúde e da melhoria dos cuidados de Saúde.

Além disso, também já foi anunciado anteriormente que o Governo pretende reforçar a verba afeta à Saúde e também daqui se conclui que o montante será ainda superior àquele que foi apresentado.

Em termos globais, a área da Saúde representa cerca de 30% do total das verbas afetas neste quadro, enquanto a Secretaria Regional da Educação representa 24%. E no seu global, Saúde e Educação representam mais de 53% dos recursos financeiros que são aplicados e investidos anualmente no âmbito do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, evidenciando, uma vez mais, aquelas que são as prioridades do Partido Socialista e do Governo Regional.

Também não poderia deixar de realçar a aposta que é feita na competitividade empresarial com uma afetação de cerca de 200 milhões de

euros anualmente e também na melhoria das acessibilidades e da mobilidade dos açorianos com cerca de 160 milhões de euros. Na sua globalidade, quando falamos de Saúde, Educação, Transportes e Competitividade, falamos de cerca de 80% dos recursos financeiros que são alocados anualmente a áreas tão importantes para a nossa Região e que atestam bem os desafios que enfrentamos, mas também confirmam o desenvolvimento que temos vindo a conseguir para a nossa Região.

E, para já, eram só essas as palavras que queria tecer.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos de acordo quanto à falta de oportunidade, do ponto de vista legal, da apresentação deste quadro. Isso já foi discutido na Comissão de Economia. Era uma recomendação do Tribunal de Contas que, porventura, resulta de uma lacuna na lei. E, portanto, relativamente à concentração da apresentação desses valores no momento da discussão do Orçamento e do Plano faz todo o sentido.

Agora, outra questão é (e devemos também discutir essa questão) o que é que deve acompanhar a própria apresentação do Plano e Orçamento do ponto de vista daquilo que são as perspetivas macroeconómicas, que o Sr. Deputado Alonso Miguel falou. Ou seja, num quadro plurianual em que se prevê um investimento de cerca de 3 mil milhões de euros entre despesas de Orçamento e de Plano é normal, em qualquer Orçamento de Estado, em qualquer região, que se apresentem os resultados, aquilo que são os objetivos macroeconómicos desse vultuoso orçamento e investimento público. E,

portanto, aquilo que se deveria juntar a esta recomendação é que na discussão do Orçamento, que ocorrerá no próximo mês, que desta vez, ainda que seja em fim de legislatura, o Governo consiga apresentar objetivos macroeconómicos. O que não aconteceu até agora e que nós sempre defendemos aqui que fosse feito, nomeadamente qual é a previsão do crescimento do PIB, qual é o impacto que se prevê na redução do desemprego, qual é a redução prevista na dívida pública ou o seu aumento. Portanto, todo esse conjunto de indicadores que são típicos das discussões de orçamento em estados democráticos é pena que aqui não sejam apresentados, que é a forma depois *a posteriori* de avaliar os resultados do Governo em função dos vultuosos investimentos e recursos financeiros que são afetos à governação. E, portanto, esta é a questão essencial.

Mas voltando aqui à proposta, vamos admitir que seria para manter essa proposta, é evidente que é muito pobre do ponto de vista da informação que contém. Contém aqui alguns valores pela orgânica, mas daqui pouco se pode tirar. Não há explicações, não há qualquer justificação em qualquer das variações que são apresentadas aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, se no futuro não fosse possível alterar a Lei das Finanças Regionais afastando a necessidade da apresentação desse diploma, necessariamente que a obrigação do Governo era apresentar um documento fundamentado, com informação adicional, com mapas explicativos e não apenas um quadro com uma coluna e com o montante para cada uma das Secretarias que fazem parte da orgânica do Governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate é muito semelhante, senão idêntico, àquele existiu há cerca de 1 ano exatamente sobre esta matéria. Os argumentos são os mesmos. Trata-se, efetivamente, do cumprimento de uma norma da Lei de Finanças Regionais que, efetivamente, não faz sentido. E julgo que isso é consensual entre todas as bancadas. De facto, o plano, da forma como está, não traz grande informação. É muito parca. Julgo que o Governo também faz isso porque faz uma espécie de serviços mínimos, porque, exatamente, irá revogar este plano daqui a 1 mês. Obviamente que nós, Bloco de Esquerda, não podemos acompanhar esta proposta em coerência com aquilo que foi a nossa posição relativamente ao Plano 2017/2020. E uma vez que este Plano ainda abrange 2020, julgo que em coerência será obviamente o mais avisado. Faz todo o sentido votarmos contra esta proposta, aguardando pela Proposta do Plano e Orçamento para o próximo ano.

Gostaria também de dizer que me parecem também, exatamente por isso, precipitadas as conclusões do Partido Socialista de que há mais não sei quanto para a Saúde ou para a Educação, uma vez que daqui a 1 mês tudo isso poderá deixar de ser verdade. Até poderá ser, mas poderá não ser. Quer dizer, parece-me perfeitamente desnecessária essa conclusão em primeiro lugar por isso e depois também porque o plano é extremamente vago e não é possível tirar quaisquer conclusões de um conjunto de valores atribuídos a cada uma das áreas. Por isso parece-nos que a conclusão do Partido Socialista é precipitada.

Como já disse, em coerência com aquela que tem sido a nossa posição, vamos votar contra e aguardaremos pela proposta de Plano e Orçamento que, aí sim, terá certamente mais informação e aí podemos ter um debate mais aprofundado e sério sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para reafirmar aquilo que penso que é consensual e que foi consensual neste debate, que efetivamente que nós temos que rever, nesta matéria, a Lei de Finanças Regionais. E faz sentido que este mapa seja analisado e aprovado apenas uma vez por ano e integrado num artigo do Orçamento, porque aí, estando num artigo do Orçamento, tem, na globalidade, tudo aquilo que é necessário de forma complementar. E é aí que se enquadra um quadro desses. Acho que foi uma deficiência de redação da Lei de Finanças Regionais, mas está na lei e estamos aqui para a cumprir.

Eu gostaria de dizer também, começando pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, que aquilo que referi do cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas é que ele fez uma primeira que foi cumprida já ao longo dos anos, que foi fazer esse mapa ao longo do ano. E depois fez uma segunda, que é esse mapa passar a ser de todo o perímetro da Administração Pública. E este é o primeiro que cumpre essa recomendação, que tem todo o perímetro da Administração Pública. Foi nesse sentido que referi o “cumprimento da recomendação”.

E outra questão refere-se ao Sr. Deputado António Vasco, em relação ao cenário macroeconómico. Tenho que lhe dizer que o Orçamento para 2020 tem já, pela primeira vez, um cenário macroeconómico. Aliás, a Anteproposta do Orçamento que foi apresentada para análise ao Conselho Económico e Social, que eu tenho aqui e que foi entregue ao Conselho Económico e Social tem já, no seu ponto 2, o 2.1, o cenário macroeconómico da Região para o próximo ano e que corresponde essencialmente à evolução

dos principais indicadores que referiu e é também um aperfeiçoamento do Orçamento, que vai de encontro também àquilo que tem sido aqui falado aquando do debate o Orçamento. Portanto, o plano que estará no Orçamento será acompanhado pelo correspondente cenário macroeconómico que irá fazer parte do relatório do Orçamento e cuja anteposta já foi entregue no âmbito do Conselho Económico e Social.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu olho para este quadro, que é de facto uma obrigação legal que o Governo do Partido Socialista cumpre, mas cumpre... E eu não vejo depois que este quadro tenha credibilidade. Não tem credibilidade do ponto de vista do quadro macroeconómico. Não tem credibilidade a esse nível. Portanto, eu interpreto como um mapa político.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é macroeconómico, senhor! Isso é outra coisa!

O Orador: Interpreto como um quadro político.

Sr. Vice-Presidente, não me diga o que é que é macroeconomia e o que é que deixa de ser!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não digo! Não digo!

Deputado Francisco César (PS): Ah, o senhor é especialista!

O Orador: Não sou especialista, mas sei o suficiente sobre estas matérias. Sei o suficiente. Não sei tudo, nem sequer sei muito, mas sei o suficiente para lhe dizer que isto não tem credibilidade! Portanto, isto parte aqui do princípio de um crescimento da receita, evidentemente, e, portanto, da despesa. Parte de uma projeção do crescimento económico da Região, que é

mais do que problemático, está por explicar, está por detalhar. Portanto, nada disto tem sustentação científica e técnica. Portanto, não me venham dizer isso. Aliás, o Sr. Vice-Presidente teve o cuidado de desvalorizar isto, de desvalorizar este quadro. Diz que é uma obrigação legal e, portanto, faz isto. Portanto, ele próprio não dá grande credibilidade a este documento, porque ele sabe perfeitamente que se analisarmos isto daqui a 3 anos, se calhar as divergências em relação ao projetado e de facto em relação àquilo que realmente aconteceu podemos encontrar enormes divergências.

Portanto, isto é um quadro político. Mas é interessante olhar para isto como uma projeção do ponto de vista político, ou seja, é algo que é politicamente correto. Porquê? Aumenta as despesas na Saúde. Aumenta também na área da Educação. Portanto, deixam as pessoas descansadas em relação à recuperação do tempo de serviço. E a sua projeção em relação à despesa também está aqui acautelada. E, portanto, isso tem fundamentalmente uma série de cuidados no sentido de o documento ficar com correção política. E, portanto, é assim que eu leio, é que não possa ser atacado do ponto de vista político. E por isso tem estes cuidados aqui. Tem o aumento aqui do orçamento da Assembleia Legislativa. Curiosamente já só cresce em 2023. E, portanto, há aqui também uma projeção também difícil, porque, por exemplo, o aumento do número de partidos representados na Assembleia fará aumentar, com certeza, a despesa. Mas isso é como muitas outras coisas, isso é algo que constitui um exercício de adivinhação que é difícil de realizar. E por isso é que eu considero que este mapa não está sustentado em pressupostos e, obviamente, no caso de alguns destes setores é também difícil de prever.

De qualquer das formas, nós, como não concordamos com a gestão e as opções que têm sido tomadas por parte do Governo do Partido Socialista,

vamos manter esse posicionamento e, portanto, não vamos votar favoravelmente estas projeções. É isso que me cumpre aqui dizer.

Em relação ao resto, é de facto um documento político, não tem rigor do ponto de vista técnico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação do diploma. Começamos, como é habitual, pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista; 18 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP; votos contra 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 1 da Deputada independente. Peço desculpa.

Presidente: Repetir o anúncio da votação.

Secretário: Portanto, a proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS; a abstenção de 18 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 da Deputada independente; votos contra 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos agora à votação e debate na especialidade. Julgo não haver inscrições. São 3 artigos, julgo que os posso colocar à votação conjunta se o sentido de voto for o mesmo. Estão então à votação estes três artigos que compõem o diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do Partido Socialista; 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; a abstenção 18 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 da Deputada independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Peço desculpa, tem que se fazer a votação final global (para manter o ritmo da votação).

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global, o projeto foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista; 18 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP e 1 da Deputada independente; votos contra 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Agora, sim, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto de abstenção justifica-se exatamente por aquilo que foram as razões da nossa intervenção no sentido de que este documento não tem informação que permita a sua análise. Independentemente daquilo que é a intenção da sua abolição e concentração apenas no Orçamento e na discussão do Plano, concretamente, este documento não tem informação que permita qualquer tipo de avaliação por falta de informação complementar. Daí a justificação do nosso voto de abstenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto. Sendo assim, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8 da agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI – “Modificação da área das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada”**. Este Projeto de DLR é subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS e Bloco de Esquerda e também pela Representação Parlamentar do PCP.

Pergunto quem vai apresentar a iniciativa.

Sr. Deputado António Marinho, Presidente da CPG, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para dizer que na sequência da apreciação pela Comissão de Política Geral da Petição Pública n.º 16/XI – Alteração às áreas geográficas das freguesias de Fenais da Luz e São Vicente Ferreira, Bairro da Nossa Senhora da Luz, os diversos Grupos e Representações Parlamentares mostraram-se sensíveis ao facto de, uma vez instruído todo o processo administrativo subjacente à alteração dos limites das freguesias em causa, designadamente que as ruas da Paz, Pêro Garcia e parte da Rua da Autonomia passassem a pertencer à freguesia dos Fenais da Luz, dizia eu, sensíveis a emanar uma iniciativa legislativa dos Deputados da Comissão que concretize as aspirações e anseios dos peticionários. É isso mesmo que consta, aliás, do próprio relatório da petição, que em devido tempo foi aqui analisada e debatida.

Desenvolvidas depois todas as diligências necessárias também previstas, quer em termos regimentais, quer em termos legais, produziu-se a iniciativa que agora se encontra em apreciação, em discussão, que foi subscrita por todos os Deputados que integram a Comissão de Política Geral desta

Assembleia. Mas são os diversos Grupos e Representações Parlamentares que de seguida apresentarão as boas razões para que esta iniciativa tivesse sido apresentada, dando assim resposta aos anseios de açorianos que lançaram este tema num ato de cidadania, que é certamente de louvar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(* **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta aqui apresentada é uma iniciativa legislativa, como há pouco foi referido pelo Sr. Presidente da Comissão, por parte dos Deputados que integram a Comissão de Política Geral. Foi uma proposta trabalhada em consenso pelos mesmos Deputados, mas, porém, e com justiça há que referir que ela consubstancia a vontade expressa pelos cidadãos, desde logo validada pela Assembleia de Freguesia de Fenais da Luz, a Assembleia de Freguesia de São Vicente e respetivas Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada e o Conselho de Ilha.

Importa, nesta matéria, perceber efetivamente o que é que está em causa. Ora bem, o Bairro de Nossa Senhora da Luz, quando foi construído, há cerca de mais de 30 anos, foi edificado com um conjunto de ruas, sendo que algumas delas, em particular duas ruas e meia, ficaram sediadas na freguesia de São Vicente. No entanto, como este bairro tinha sido construído para responder às necessidades habitacionais da freguesia por via de uma derrocada na orla costeira, foi natural um sentimento social e cultural por parte dos habitantes entenderem que esse mesmo bairro seria todo pertença da freguesia dos Fenais da Luz.

A verdade é que, em 2005, com o modelo de georreferenciação territorial e a edição do código postal aditado com mais três dígitos, alguns moradores dessas mesmas ruas verificaram que efetivamente aquele conjunto de ruas integrava a freguesia de São Vicente e não a freguesia dos Fenais da Luz, como era o seu entendimento.

Isto é muito mais do que uma questão de posicionamento geográfico. É claramente uma questão de pertença social, cultural e histórica, que respeitamos, o que está em causa e que suscitou, efetivamente, em sede de Assembleia de Freguesia Dos Fenais da Luz no ano de 2014 e, em 2017, uma petição sobre este mesmo assunto.

Face àquilo que eu acabei agora de referir e numa nota equilibrada, digamos assim, entre aquilo que é possível pôr em letra de lei e a vontade manifestada pelos moradores no ímpeto social, cultural e histórico que representa para estes mesmos moradores o facto de residirem, no seu entendimento, na freguesia dos Fenais da Luz, veem aqui este Projeto de DLR efetivamente alterar os limites, quer da freguesia dos Fenais da Luz, quer da freguesia de São Vicente. Isto passado mais de 30 anos após a construção do bairro. E é desta forma que nós transpomos em letra de lei aquela que é a vontade dos cidadãos.

Assim, este projeto de Decreto Legislativo Regional, no nosso entendimento, repõe uma injustiça resultante da não realização da operação do loteamento na década de 80 do século passado em conformidade com a lei vigente à data. Mas também e isso é que é verdadeiramente importante para a matéria que aqui estamos a analisar e nos tempos que correm ainda toma significativa importância, realiza-se a vontade dos cidadãos naquele que é o seu sentimento de pertença à freguesia dos Fenais da Luz. E para que isto efetivamente tudo se concretize, como o Projeto de DLR bem especifica, há que cumprir um conjunto de prazos para que esta alteração seja concretizada.

Por fim, com esta propositura de resolução de problemas, porque é isto que nós, o Partido Socialista como parte desta solução, aqui com outros partidos, como há pouco foi referido, considera-se como também parte desta solução de problemas, de forma a contribuir para o reforço da proximidade da decisão política àquelas que são as legítimas expectativas dos cidadãos. E pensamos nós e por isso o Partido Socialista trabalhou em consenso com todos os partidos que têm assento na Comissão de Política Geral, porque entendemos que sempre que os partidos políticos dão uma resposta que vai ao encontro daquelas que são as expectativas dos cidadãos, estamos a reforçar a proximidade, mas, acima de tudo, estamos a fazer uma política positiva a favor da construção de mais presença, de mais proximidade e de uma política mais positiva.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que se aprecia surge na sequência do reconhecimento e da validação dos objetivos e da fundamentação da petição à alteração às áreas geográficas das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, Bairro Nossa Senhora da Luz, que foi entregue na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 10 de agosto de 2017, reuniu 414 assinaturas de moradores de ambas as freguesias.

O seu objeto, que é a redefinição da delimitação administrativa territorial das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no município de Ponta Delgada, vem dar resposta àquela que era a ambição dos signatários da petição sobre esta matéria, ou seja, que as ruas da Paz, Pêro Garcia e da Autonomia, localizadas geograficamente na freguesia de São Vicente

Ferreira, no Bairro Nossa Senhora da Luz, passassem a integrar a freguesia dos Fenais da Luz.

Relembramos que o Bairro Nossa Senhora da Luz foi construído, há 30 anos, para resolver o problema habitacional de vários agregados familiares dos Fenais da Luz e ele foi contruído e licenciado no pressuposto de pertencer àquela freguesia.

O que está em causa aqui é o sentimento de pertença e a vontade de pertencer à freguesia dos Fenais da Luz de todos os residentes do Bairro Nossa Senhora da Luz. É naquela freguesia que os moradores do Bairro Nossa Senhora da Luz praticam o culto religioso. É naquela freguesia que efetuam os registos dos batismos, comunhões, casamentos e óbitos. É naquela freguesia que efetuam os funerais dos seus entes que partem e é àquela freguesia que sentem que pertencem.

Relembramos também que o Bairro Nossa Senhora da Luz dista apenas 500 metros dos principais polos administrativos, comunitários, de educação e de lazer da freguesia dos Fenais da Luz, mas fica a 3 quilómetros do centro da freguesia de São Vicente. Esta situação vem colocar aos residentes do Bairro Nossa Senhora da Luz, que estão localizados geograficamente na freguesia de São Vicente Ferreira, vários constrangimentos. Os residentes das ruas da Paz, Pêro Garcia e da Autonomia tiveram que efetuar alterações aos seus cartões de cidadão, às suas cartas de condução, aos seus títulos de propriedade automóvel, aos seus registos de correspondência, entre outros documentos. Além disso, deveriam matricular os seus filhos em São Vicente Ferreira, ter o atendimento no Centro de Saúde de São Vicente Ferreira e efetuar a votação em atos eleitorais em São Vicente Ferreira, quando estes serviços e este atendimento ficam bem mais próximos na freguesia dos Fenais da Luz.

Neste processo, àquela que foi a vontade dos residentes nas ruas da Paz, Pêro Garcia e da Autonomia, juntaram-se também os pareceres favoráveis das Assembleias de Freguesia dos Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira. À sua vontade juntou-se também o consenso por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Nada mais natural, portanto, que aquele impulso cívico, que possuiu associados fundamentos sociais de relevância e o consenso e apoio administrativo dos órgãos de poder local envolvidos, colhesse também um amplo consenso político e partidário para conformar a sua intenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção curta, para dizer que de facto a modificação das áreas destas freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, para que todas as ruas do Bairro de Nossa Senhora da Luz fiquem integradas na freguesia de Fenais da Luz, é perfeitamente compreensível e aceitável e justificável atendendo aos motivos já amplamente explanados anteriormente, nomeadamente também no que diz respeito aos precedentes históricos, à proximidade e ao sentimento de pertença dos moradores daquele bairro.

Este assunto, de facto, surgiu inicialmente através de uma petição. A verdade é que foi possível gerar-se um amplo consenso institucional com pareceres favoráveis emitidos por ambas as Assembleias de Freguesia, com a deliberação da Assembleia Municipal de Ponta Delgada e também no que diz respeito à Comissão de Política Geral que, em boa hora e com o apoio dos partidos nela representada, decidiu avançar com esta iniciativa.

E, portanto, resta-nos saudar o empenho dos peticionários e dos moradores daquele bairro e também saudar a disponibilidade, a vontade e colaboração institucional prestada por todas as instituições envolvidas neste processo e também por todas as forças partidárias, saudando também de uma forma muito especial a Comissão de Política Geral deste Parlamento pela forma exemplar como conduzir este processo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda gostaria, nesta iniciativa, de fazer também uma breve intervenção, reforçando aquilo que já foi dito. Por um lado, a importância que teve a iniciativa da petição que trouxe pela primeira vez este assunto a esta Casa, que foi aqui debatida, aqui discutida e que levou a que a Comissão de Política Geral e os partidos nela representados tivessem, quase de imediato, um entendimento de que haveria efetivamente alguma coisa a fazer e que isso até poderia ter o acordo de todos os partidos, como foi possível num assunto que, obviamente, não tem qualquer barreira ideológica e que depende da boa vontade e do trabalho que foi feito na Comissão.

Obviamente que o sentimento de pertença e de comunidade é importante em qualquer local e esse sentimento foi importante no impulso que as pessoas tiveram para iniciar este processo.

Mas também todos os constrangimentos que também já foram aqui explanados do ponto de vista da sua vida, do ponto de vista burocrático, administrativo, que essa situação trazia. E foi, obviamente, muito importante que se tivesse, no âmbito da Comissão de Política Geral, feito um trabalho que foi consensual desde a primeira hora e para que se chegue aqui e aprove

algo que à primeira vista até parece muito simples, que é apenas alterar os limites geográficos de duas freguesias, mas que na prática tem alguma complexidade e que, obviamente, do ponto de vista democrático quer-se que tenha o acordo de todas as entidades envolvidas, desde o município às juntas de freguesia também dessas localidades.

E é obviamente com agrado que chegamos até aqui. E o Bloco de Esquerda, como é óbvio, subscreve esta iniciativa e também felicita a Comissão de Política Geral pelo trabalho desenvolvido. E, obviamente, votaremos favoravelmente a iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de DLR. Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Esta iniciativa legislativa tem três artigos. Penso que posso colocá-los à votação conjunta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos este nosso ponto da agenda.

Sr. Deputado Alonso Miguel, pede a palavra para...

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Uma interpelação, Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. E considerando também o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã, às 10h.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

Elisa Lima **Sousa**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Documentos entrados

1 - Projeto de Lei:

Assunto: Projeto de Lei n.º 1236/XIII (ILC) – Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas - n.º 256/XI AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 09 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 14.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo – MTSSS - (Reg. DL 412/2019) – n.º 142/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 02;

Assunto: Que procede à adaptação à administração local do regime da formação profissional – MAI - (Reg. DL 14/2019) – n.º 143/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 09 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 09;

Assunto: que altera o Código da Estrada, o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, e o Registo Nacional de Condutores - MIH - (Reg. DL 324/2019) – n.º 144/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 10 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 21.

3 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Modificação da área das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada – n.º 44/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 28;

Assunto: [Revê o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos \(COMPAMID\) – n.º 45/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 09 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 11 – 07.

4 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda a conclusão urgente da instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores e a realização de um estudo técnico que identifique a melhor localização do radar que será instalado no Grupo Ocidental – n.º 161/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 17

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 21;

Assunto: [Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial – n.º 162/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 09 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 25.

5 – Petição:

Assunto: Pela recuperação da mata ajardinada da Lagoa do Congro – n.º 42/XI

Proveniência: Teófilo José Soares de Braga

Data de Entrada: 2019 – 09 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 09.

6 - Requerimentos:

Assunto: [Relatório de inspeção à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria](#)

Autores: Elisa Sousa, Luís Maurício e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.03.01 – N.º 729/XI;

Assunto: [Reparação da grua do Porto das Pipas](#)

Autores: Alonso Miguel e Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 17

Referência: 54.01.03 – N.º 730/XI;

Assunto: [Resultados obtidos a nível regional, por disciplina, na 1.ª fase dos exames nacionais do ensino secundário de 2019, discriminando os resultados obtidos pelos alunos internos e autopropostos](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 731/XI;

Assunto: [Deslocações do terapeuta da fala à Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 732/XI;

Assunto: [O Projeto Corvo Digital deixou de funcionar](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 733/XI;

Assunto: [Falta de professores nas escolas da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 734/XI;

Assunto: [Centro de recolha oficial do município da Ribeira Grande](#)

Autores: Carlos Silva e Francisco do Vale César (PS)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.02.02 – N.º 735/XI;

Assunto: [Relatórios de auditorias da Inspeção Regional da Saúde aos três hospitais públicos da Região](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.06.00 – N.º 736/XI;

Assunto: [Requalificação do Caminho da Calheta, na freguesia de Fenais da Ajuda](#)

Autores: Luís Maurício, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros, António Almeida e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.03.02 – N.º 737/XI;

Assunto: [Horários da Atlânticoline não promovem o combate à sazonalidade e prejudicam os empresários jorgenses](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.01.05 – N.º 738/XI;

Assunto: [Falta de resposta às crianças surdas](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 739/XI;

Assunto: [Docentes de 1.º Ciclo com redução horária e/ou para apoio medidas de educação especial e de apoio educativo a quem foram atribuídas turmas de 1.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 740/XI;

Assunto: [Fiscalização e controlo dos Centros de Recolha Oficial de Animais e Canis Municipais nos Açores](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, António Almeida e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 741/XI;

Assunto: [Modelo de Evacuações Aéreas](#)

Autores: Mónica Seidi e Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 742/XI;

Assunto: [Relatório Anual de Atividade e Contas de Gerência das Unidades de Saúde de Ilha e respetivos Pareceres dos Conselhos Consultivos](#)

Autores: Luís Maurício Santos e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 743/XI;

Assunto: [Queijo de São Jorge não pode perder mercados externos](#)

Autores: António Almeida e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 04

Referência: 54.03.05 – N.º 744/XI;

Assunto: [Deslocação de médicos especialistas à Unidade de Ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 07

Referência: 54.01.05 – N.º 745/XI;

Assunto: [Oferta Formativa – Ensino Profissional](#)

Autores: Jorge Jorge e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 746/XI;

Assunto: [Escola Secundária Antero de Quental – falta de segurança](#)

Autora: Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 10

Referência: 54.03.02 – N.º 747/XI.

7 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Resultados do protocolo celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo no âmbito do fornecimento de refeições](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 688/XI;

Assunto: [Refeitório disponibilizado pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo no âmbito do protocolo celebrado entre a mesma e a Secretaria Regional de Educação e Cultura](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 689/XI;

Assunto: [Despesa realizada no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira no ano letivo 2018/2019](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 691/XI;

Assunto: [Termas do Varadouro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.04.07 – N.º 698/XI;

Assunto: [Resultados obtidos pelas escolas açorianas nas provas finais de Português e de Matemática do 3.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 708/XI;

Assunto: [Resultados obtidos a nível regional na 1.ª fase dos exames nacionais do Ensino Secundário de 2019](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 709/XI;

Assunto: [Relatório de inquérito à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 17

Referência: 54.03.01 – N.º 705/XI;

Assunto: [Relatório de inquérito à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 17

Referência: 54.03.01 – N.º 729/XI;

Assunto: [Cobertura de rede de comunicações na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 19

Referência: 54.03.06 – N.º 704/XI;

Assunto: [Recuperação da espécie de coelho-bravo na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.04.08 – N.º 686/XI;

Assunto: [Imposições da Santa Catarina – Indústria Conserveira S.A. aos pescadores florentinos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26

Referência: 54.01.08 – N.º 718/XI;

Assunto: [Dação em pagamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 639/XI;

Assunto: [Cópias dos relatórios dos estudos prévios referentes às obras no Porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.06.07 – N.º 332/XI;

Assunto: [Lugares disponibilizados e lugares utilizados nas rotas operadas pela AZORES AIRLINES e pela SATA AIR Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 438/XI;

Assunto: [Pagamentos de reembolsos de deslocação de doentes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.04.00 – N.º 658/XI;

Assunto: [Incentivos à fixação de jovens na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 681/XI;

Assunto: [Solicitação de cópia do caderno de encargos, do protocolo ou de outro qualquer documento que estabeleça as condições em que se encontra contratualizado o fornecimento de refeições escolares aos alunos, docentes e não docentes da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para o ano letivo 2019/2020](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 690/XI;

Assunto: [Consultas de acompanhamento de gravidez](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 713/XI;

Assunto: [Arrojamento de cetáceo nas Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08

Referência: 54.03.08 – N.º 721/XI;

Assunto: [Contas – Grupo SATA 2.º Trimestre](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 707/XI;

Assunto: [Assembleia das Regiões Vitícolas da Europa \(AREV\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 11

Referência: 54.03.06 – N.º 711/XI;

Assunto: [Caminhos agrícolas, rurais e florestais não podem continuar sem “dono”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 712/XI.

8 - Comunicações/Informações:

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Relatório n.º 9/2019 - *Evolução orçamental da administração local até junho de 2019*

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12;

Assunto: Of. 1045/AML/19, enviado por email, da Assembleia Municipal de Lisboa, a remeter cópia da moção “Pelo alargamento do Complemento Solidário para Idosos” (BE)

Proveniência: Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Data de Entrada: 2019 – 09 – 16;

Assunto: Correio eletrónico enviado pela APRODAZ-Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores sobre o Ensino Profissional na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Diretor Geral da APRODAZ

Data de Entrada: 2019 – 09 – 17;

Assunto: Ofício ref.^a 85 – Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 20;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 1321-ST, de 24 de setembro de 2019, a remeter o Relatório n.º 03/2019 – FS/SRATC (Ação n.º 19-203FS1) – Auditoria à constituição do gabinete de apoio à presidência da Câmara Municipal das Lajes do Pico

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 09 – 24;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 1324-ST, de 24 de setembro de 2019, a remeter o Relatório n.º 04/2019 – FS/SRATC (Ação n.º 19-208FC1) – Auditoria à adesão do Município de Angra do Heroísmo à PCTTER – Associação Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira (Apuramento de responsabilidade financeira)

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 09 – 24;

Assunto: Ofício ref.^a 86 – Transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 690/XI – “Solicitação de cópia do caderno de encargos do protocolo ou de qualquer outro documento que estabeleça as condições em que se encontra contratualizado o fornecimento de refeições escolares aos alunos, docentes e não docentes da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para o ano letivo 2019/2020” em perguntas orais – Recurso para o Plenário

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 25;

Assunto: Ofício ref.^a 87 – Interpelação ao Governo Regional a respeito da situação económica, financeira e logística do Grupo SATA, bem como a questão referente à manutenção dos voos da Delta Airlines entre os Estados Unidos da América e os Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 26;

Assunto: Ofício ref.^a 88 – Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referentes ao conteúdo do requerimento não respondido no prazo legal pelo Governo Regional n.º 706/XI – “Avaliação das condições em que está a ser implementado o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019”

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 30;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a Sai – SRAPAP/2019/378, de 30 de setembro de 2019, a remeter o Relatório de Execução Financeira relativo ao 2.º trimestre de 2019 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 01;

Assunto: Carta endereçada a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a agradecer o Voto de Pesar da ALRAA pelo falecimento do Padre Manuel de Medeiros Sousa

Proveniência: Octávio do Couto Sousa

Data de Entrada: 2019 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o envio da Resolução n.º 15/2019 - Os Açores e o novo Quadro Comunitário de Apoio

Proveniência: Clara Martinez Alberola, Chefe do Gabinete do Presidente Jean-Claude Juncker, Comissão Europeia

Data de Entrada: 2019 – 10 – 03;

Assunto: Ofício a retirar o Projeto de Resolução n.º 148/XI - Recomendar ao Governo Regional que preserve o pavimento da Ladeira do Maranhão, na Vila do Corvo, que constitui um dos últimos troços preservados da calçada tradicional da respetiva ilha

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 89 – Cancelamento da Interpeção ao Governo Regional a respeito da situação económica, financeira e logística do Grupo SATA, bem como a questão referente à manutenção dos voos da Delta Airlines entre os Estados Unidos da América e os Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 90 – Interpeção ao Governo Regional a respeito da inventariação dos danos ocorridos no território açoriano devido à ação do furacão Lorenzo, do planeamento logístico montado para assegurar o abastecimento das ilhas do Corvo e das Flores na sequência da destruição parcial do Porto das Lajes das Flores e da necessidade de solicitar apoio ao Estado para fazer face aos prejuízos decorrentes da intempérie acima referida, em especial os decorrentes da urgente reparação do Porto das Lajes das Flores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 03;

Assunto: Carta de agradecimento ao envio do Voto de Congratulação por terem recebido o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares

Proveniência: Luís Reis Torgal, Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Fundador e Investigador do CEIS

Data de Entrada: 2019 – 10 – 04;

Assunto: Carta de agradecimento ao envio do Voto de Pesar – Falecimento de Agustina Bessa- Luís

Proveniência: Mónica Bessa-Luís Baldaque, filha

Data de Entrada: 2019 – 10 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a 67/019/FS – Interpeção ao Governo Regional subordinada ao tema “Estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores – avaliação e análise dos resultados”

Proveniência: Luís Maurício, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2019 – 10 – 07;

Assunto: Exposição e solicitação de diligências complementares, no sentido de obter um novo parecer do LREC, com a atualização dos condicionalismos geológicos do local, sobre a Ponta da Fajã, Lajes das Flores, ilha das Flores

Proveniência: Nelson Deodato Valadão Furtado, Dina Maria Garcia Serpa Salvador e Tânia Sofia Vicente da Cunha

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de um Debate de Urgência sobre “Desigualdades Sociais nos Açores”

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 1434-ST, de 8 de outubro de 2019, a remeter o Relatório n.º 05/2019 – FS/SRATC (Ação n.º 18-203FS4) – Auditoria ao enquadramento normativo das políticas públicas regionais de apoio à criação de emprego

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: Envio de cópia da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, expressando a sua preocupação pela falta de concretização prática, do artigo 77.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, no que respeita ao Aeroporto da Horta

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: Envio de cópia de Voto de Saudação, aprovado por unanimidade, sob proposta da Representação da CDU, pela Mobilização global pelo clima, por meio da plataforma #FridaysForFuture

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Relatório n.º 10/2019 – *Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2019-2023 (Atualização)*

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 10;

Assunto: Ofício ref.^a 94 – Transformação das perguntas escritas que integram o requerimento n.º 706/XI – “Avaliação das condições em que está a ser implementado o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019”, em perguntas orais – Recurso para o Plenário

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 10;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 1460-ST, de 11 de outubro de 2019, a remeter o Relatório n.º 06/2019 – FS/SRATC (Ação n.º 19-209FS1) – Auditoria à contratação de serviços de viagens – Município das Lajes do Pico

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 11.

9 - Relatórios:

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2001/A, de 6 de março, que desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno do Núcleo Florestal da Achada, nas freguesias de São Bento, Porto Judeu e Ribeirinha de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 103/XI – Criação e implementação de um sistema regional de exploração e gestão de informação cadastral para cobertura integral do território](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 24;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional – MATE \(Reg. DL 91/2019\) – n.º 121/XI GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional – MATE \(Reg. DL 23/2019\) – n.º 129/XI GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida – PCM \(MM\) \(Reg. R 222/2019\) – n.º 138/XI GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 140/XI – Programas “Estagiar”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 37/XI – “Classificação de árvores notáveis nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI \(PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP\) – Modificação da área das freguesias de Fenais da Luz e de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 143/XI \(PCP\) – Recomenda ao Governo da República que dê início às negociações do acordo laboral para a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores da Base das Lajes](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 10 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho – Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde na Região Autónoma dos Açores\)”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2010/A - Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde na Região Autónoma dos Açores\)”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XI – Regula a extinção da SAUDAÇOR, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 146/XI – Classificação da Igreja do Carmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que cria a janela única logística, transpondo a Diretiva n.º 2010/65/UE – MM \(Reg. DL 313/2019 – n.º 137/XI GR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 09 – 19;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que transpõe diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de espécies hortícolas e organismos](#)

[prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais – MAFDR \(Reg. DL 230/2019 – n.º 139/XI GR\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 09 – 19;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 147/XI – Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 09 – 20;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XI – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2020 a 2023”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 10 – 11.

10 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 104, 105 e 106.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 96, 97, 98, 99, 100 (com suplemento), 101, 102 e 103, bem como as Separatas n.ºs 16/2019 e 17/2019.

Os redatores, Sara Azevedo e André Silva